

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
(PPGSCA)**

PRISCILLA OLIVEIRA DE SOUZA

**NO CÍRCULO DAS AFLUÊNCIAS:
VARIABILIDADES DISCURSIVAS E PERCEPÇÕES DOS LAGOS BADAJÓS,
PIORINI E ACARÁ NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS, ESTADO AMAZONAS, BRASIL**

Manaus – AM

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
(PPGSCA)

Priscilla Oliveira de Souza

NO CÍRCULO DAS AFLUÊNCIAS:
VARIABILIDADES DISCURSIVAS E PERCEPÇÕES DOS LAGOS BADAJÓS,
PIORINI E ACARÁ NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS, ESTADO AMAZONAS, BRASIL

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia –
PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Professora Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas

Manaus – AM

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729c Souza, Priscilla Oliveira de
No círculo das afluições : variabilidades discursivas e percepções dos lagos Badajós, Piorini e Acará no município de Codajás, estado Amazonas, Brasil / Priscilla Oliveira de Souza . 2018
107 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marilene Corrêa da Silva Freitas
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia)
Universidade Federal do Amazonas.

1. Variabilidades discursivas. 2. Percepções. 3. Lago Badajós. 4. Lago Piorini. 5. Lago Acará. I. Freitas, Marilene Corrêa da Silva. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**NO CÍRCULO DAS AFLUÊNCIAS: VARIABILIDADES DISCURSIVAS E
PERCEPÇÕES DOS LAGOS BADAJÓS,
PIORINI E ACARÁ NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS, ESTADO AMAZONAS, BRASIL**

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, COMO REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA.

Examinado por:

Professora Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas (Presidente)

Professor Doutor Odenei de Souza Ribeiro (Membro)

Professor Doutor Gláucio Campos Gomes de Matos (Membro)

Professor Doutor Nelson Matos de Noronha (Suplente)

Professor Doutor Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues (Suplente)

Manaus - AM

2018

Para minha mãe, em memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

Agradeço...

À minha mãe Alda, em memória de todo seu amor, sua luta, inteligência e dedicação a minha formação, sua vida inspiradora me move para além das dificuldades.

À minha avó materna Terezinha, que com seu amor e companheirismo transmite força e motivação contínua para o meu trajeto de vida, para a concretização dos meus ideais.

Ao meu irmão Alexandre, sua presença e todo apoio.

À minha irmã do coração Isabel Cristina e as minhas queridas sobrinhas-primas Camile e Daniele, suas presenças e companhia no dia a dia.

À Professora Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas, minha orientadora, a quem já direcionava minha admiração acadêmica, agradeço sua preciosa orientação, o compartilhamento de conhecimento e sua paciência de esperar meu amadurecimento intelectual, me ajudando a converter minhas demoras e tardanças em aprendizado.

Às profissionais Alessandra Pereira e Estergiani Wanderley, todo o cuidado e atenção a minha saúde.

À Fapeam, pelo financiamento de bolsa de estudo.

À Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, pela estrutura disponibilizada.

Aos Professores presentes no Exame de Qualificação.

A todos os Professores das disciplinas que me ajudaram a desenvolver e ampliar meus conhecimentos.

A todos os colegas de mestrado; Cecília, Ivanney e Larissa, especialmente pela amizade construída.

Aos moradores do Povoado de Badajós, do lago Badajós, das comunidades ao longo do lago Piorini e aqueles possíveis de serem conhecidos do lago Acará; famílias que abriram portas e apontaram direções.

“Para um estudo do ser mais vale seguir todos os circuitos ontológicos das diversas experiências do ser. No fundo, as experiências do ser que poderiam legitimar expressões “geométricas” estão entre as mais pobres... É preciso refletir duplamente a respeito antes de falar, em francês, do être-là (estar-aí). Fechado no ser, sempre há de ser necessário sair dele. Apenas saído do ser, sempre há de ser preciso voltar a ele. Assim, no ser, tudo é circuito, tudo é rodeio, retorno, discurso, tudo é rosário de permanências, tudo é refrão de estrofes sem fim.

E que espiral é o ser do homem! Nessa espiral, quantos dinamismos que se invertem!”

Gaston Bachelard

RESUMO

O Município de Codajás, Estado do Amazonas, localiza-se na mesorregião do Centro Amazonense e na microrregião do rio Coari, à margem esquerda do rio Solimões partindo-se da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, da qual está distante 240 km em linha reta; é constituído pelos Distritos de Badajós e Codajás, abrangendo uma área de 18.712 km² com uma população de 23.206 habitantes. Objetiva-se fazer uma leitura cruzada das expressões narrativas coletadas em campo com uma abordagem capaz de englobar as dimensões literárias e histórico-sociais, buscando compreender como se processam as percepções sobre abundância dos moradores e agentes sociais que configuram o espaço social dos referidos lagos do município de Codajás. Investigar a variabilidade do discurso sobre os lagos Badajós, Piorini e Acará num contexto social de mobilidades e deslocamentos de seus referidos moradores bem como de demais agentes sociais que configuram o espaço social pressupõe a busca por compreender como se processam representações e percepções, formas de conhecimento engendradas em situações históricas que ativam processos históricos e socioculturais na Amazônia. As histórias de vida são consideradas a partir da possibilidade de corroborarem na produção da informação relacionada à identificação e elucidação dos referentes, isto é, das relações, dos processos que configuram, estruturam e subjazem à vida social, participadas por seus interlocutores (RIBEIRO, 1995). No processo de construção e análise dos dados sustentou-se que os depoimentos particulares fornecidos pelas fontes orais se inscrevem em possibilidades de interpretação de processos coletivos e representam formas de interação social entre entrevistado e entrevistador. Dessa forma, localizar os lagos Badajós, Piorini e Acará no contexto social das atividades dos moradores intenciona relacionar o *espaço social*, que segundo Bourdieu (1998) comporta as várias dimensões de um espaço construído na base princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerados. Assim, buscou-se compreender um percurso investigativo que contemplasse a análise dos discursos existentes que corroboram para a busca e construção sobre um saber dos lagos do município de Codajás relacionado à produção e disseminação de dados, informações, códigos e expressões situadas e datadas que extravasam as figuras científicas epistemológicas chegando a compor um feixe de relações a serem consideradas. A construção de um saber localizado sobre gente, tempo e lugar ressoa a fundamentar a construção dos aspectos cognitivos que pressupõem a inteligibilidade das retóricas coletadas. A pesquisa alicerça suas conclusões localizando percepções sobre ideias de abundância e escassez dos referidos lagos em estreita interação com a lógica sazonal localizada em um contexto social de extremo esforço das atividades de extração, coleta e comercialização de recursos naturais mediado por relações políticas que movimentam a rede de conhecimento dos agentes e suas atividades.

Palavras-chaves: Variabilidades discursivas; percepções; lago Badajós; lago Piorini; lago Acará.

ABSTRACT

The municipality of Codajás, State of Amazonas, is located in the mesoregion of the Amazon Center and in the microregion of the Coari River, on the left bank of the Solimões River, departing from the city of Manaus, capital of the State of Amazonas, in a straight line; is constituted by the Districts of Badajós and Codajás, covering an area of 18,712 km² with a population of 23,206 inhabitants. The objective is to cross-interpret the narrative expressions collected in the field with an approach capable of encompassing the literary and historical-social dimensions, seeking to understand how the perceptions about the abundance of the inhabitants and social agents that shape the social space of the lakes of the municipality of Codajás. To investigate the variability of the discourse on lakes Badajós, Piorini and Acará in a social context of mobilities and displacements of its referred inhabitants as well as of other social agents that configure the social space presupposes the search for understanding how representations and perceptions are processed, forms of knowledge engendered in historical situations that activate historical and sociocultural processes in the Amazon. Life histories are considered from the possibility of corroborating in the production of information related to the identification and elucidation of the referents, that is, of the relationships, of the processes that shape, structure and underlie social life participated by their interlocutors (RIBEIRO,

1995). In the process of constructing and analyzing the data, it was maintained that the private statements provided by the oral sources are inscribed in possibilities of interpretation of collective processes and represent forms of social interaction between interviewee and interviewer. Thus, locating the Badajós, Piorini and Acará lakes in the social context of the activities of the residents intends to relate the social space, which according to Bourdieu (1998) includes the various dimensions of a space built on the principles of differentiation or distribution constituted by the set of properties that act in the social universe considered. Thus, we sought to understand an investigative course that contemplated the analysis of the existing discourses that corroborate the search and construction on a knowledge of the lakes of the municipality of Codajás related to the production and dissemination of data, information, codes and expressions located and dated that went beyond the scientific epistemological figures arriving to compose a bundle of relations to be considered. The construction of a localized knowledge about people, time and place resounds to support the construction of the cognitive aspects that presuppose the intelligibility of the collected rhetoric. The research bases its conclusions locating perceptions about ideas of abundance and scarcity of the referred lakes in close interaction with the seasonal logic located in a social context of extreme effort of the activities of extraction, collection and commercialization of natural resources mediated by political relations that move the network knowledge of the agents and their activities.

Keywords: Discursive variabilities; perceptions; lake Badajós; Piorini lake; Lake Acará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização da Área de Estudo.....	42
Figura 2: Mapa lago Acará.....	43
Figura 3: Mapa lago Badajós.....	44
Figura 4: Mapa lago Piorini.....	45
Figura 5: Croqui Povoado Badajós.....	65
Figura 6: Lagos interiores e suas denominações.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 DISCURSOS DOS LAGOS BADAJÓS, PIORINI E ACARÁ.....	20
1.1 A ÁREA DE ESTUDO: O VALOR ETNOGRÁFICO DE UM RELATO HISTÓRICO.....	22
1.2 UM OLHAR PARA OS DISCURSOS SOBRE OS LAGOS DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS, DISTRITO DE BADAJÓS.....	32
1.3 IDEIAS DE ABUNDÂNCIA, ESPAÇO E SOCIABILIDADE.....	47
1.4 CRENÇA E JUSTIFICAÇÃO NA PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE A ÁREA DE ESTUDO.....	52
2 CHEGANDO AOS LAGOS BADAJÓS, PIORINI E ACARÁ.....	57
2.1 HISTÓRIAS DE VIDA: A DIMENSÃO DA EXPERIÊNCIA E DA AÇÃO.....	63
2.2 SETOR URBANO DISTRITAL: PERCEPÇÕES DO LAGO BADAJÓS.....	65
2.3 CÉU E ÁGUA: PERCEPÇÕES DO LADO PIORINI.....	74
2.4 VESTÍGIOS E APROPRIAÇÕES: PERCEPÇÕES DO LAGO ACARÁ.....	80
3 A DESEMBOCADURA: UMA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.....	82
3.1 PROCESSO SOCIAL.....	84
3.2 O DELTA REFLEXIVO: AFLUÊNCIAS.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	
APÊNDICE 2 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	

Introdução

Lugar, tempo e olhar. Circularidade que nos alcança: a circularidade da Terra, o sentido horário que rege a contagem do tempo e o traçado circular de nossa visão. A circularidade como forma, percurso e percepção. Uma circularidade que encontra seu meio próprio de produção e reprodução. A partir disso, como refletir sobre a continuidade dessa circularidade, seu próprio fluir? Afluentes fluem para cursos maiores onde desaguam. Em vida se dá o movimento relacional entre o curso maior da existência e suas afluências. Nesse fluir entre circularidade e afluência existimos, continuamos e criamos.

O município de Codajás localiza-se na mesorregião do Centro Amazonense e na microrregião do rio Coari e está dividido em dois distritos: o distrito de Codajás que abrange a cidade de Codajás, os aglomerados rurais no seu entorno (são comunidades de moradores organizadas ao longo da margem direita do rio Solimões - Ilha dos Coros, Ilha de Codajás, lagos Oncinha e Urucurizinho, Jurupari, Onças, Jamaçanã e Joanico) e o Lago Miuá; e o distrito de Badajós que abrange os lagos Acará, Badajós e Piorini. Os referidos distritos possuem como setor urbano a cidade de Codajás (distrito de Codajás) e o Povoado de Badajós (distrito de Badajós).

Os dados históricos sobre a fundação do atual município de Codajás remontam meados do século XVIII. Anísio Jobim (1934) assinala o surgimento do Povoado de Badajós em 1880 como resultante das interações sociais de moradores emigrados do Ceará que negociavam com os índios Muras na referida localidade.

As atividades do setor primário do município preponderantes são agricultura, extrativismo vegetal e pesca. A agricultura é baseada no cultivo de mandioca de várzea e de terra firme, milho, feijão, banana, maracujá e também se baseia no plantio de açaí. No extrativismo a extração da madeira era uma atividade presente no município, as principais espécies exploradas eram jacareúba e louco inhamuí. No extrativismo vegetal as principais espécies exploradas são o açaí, castanha-do-Brasil, borracha, sorva, óleo de copaíba e várias espécies de cipó. A seringueira tem ampla distribuição na extensão do município, com maior frequência na planície aluvial. As maiores concentrações de castanheira-do-Brasil ocorrem onde o relevo é ondulado. Estando nas planícies aluviais a principal fonte de recursos naturais de grande expressão econômica. Em relação à pesca comumente são relacionadas ao município as expressões “fartura” e alta “piscosidade”, no período de maio à setembro ocorre uma intensa

atividade de pesca e comercialização do pescado do município. A pesca é realizada no rio Solimões e nos grandes lagos altamente piscosos: Miuá, Badajós, Piorini, Acará, Salsa e Mureru. A fiscalização desses lagos é feita pelos próprios moradores e pescadores das referidas áreas. Principais espécies de pescado são tambaqui, jaraqui, curimatá, branquinha, pirarucu, bodó, tucunaré, matrinxã.

Na pecuária o criatório do município consiste no desenvolvimento de espécies como bovinos, caprinos, ovinos, suínos e bufalinos. Na avicultura existem criatórios domésticos voltados para o consumo alimentar das famílias. A atividade de hortifruticultura é pouco desenvolvida e voltada para o consumo doméstico. Sendo a aquicultura atividade majoritariamente desenvolvida no município.

No setor secundário se desenvolve a indústria de madeira, tijolo, gelo e mobiliário. No setor terciário há a presença do comércio atacadista e varejista na cidade de Codajás. O turismo local é movimentado do período correspondente a seca na Amazônia, quando se formam praias ao longo do rio Solimões e lagos, atraindo barcos e lanchas turísticas.

Os principais eventos são o aniversário do município de Codajás comemorado em 31 de março e a festa do açaí que ocorre no final do mês de abril, época de alta produtividade e coleta do mesmo.

A presente pesquisa objetiva investigar a variabilidade dos discursos sobre os lagos Badajós, Piorini e Acará, município de Codajás, estado do Amazonas, Brasil, em um contexto social de mobilidades e deslocamentos de seus moradores bem como de demais agentes sociais que configuram o espaço social dos lagos do município de Codajás, buscando compreender como se processam percepções dos referidos lagos. Fundamenta sua motivação no contato primeiro com moradores do lago Badajós, contato este construído ainda no círculo familiar de relações no qual se tomou conhecimento dos relatos que se configurou como

“histórias dos moradores do lago Badajós”.

Os relatos sobre as vivências no lago Badajós, a importância e a intensidade das atividades de pesca e as histórias sobre a fartura e abundância de recursos naturais são compartilhados em minha família desde a infância e essa relação é explicada pelo fato de minha avó materna ser irmã de um morador do lago Badajós, o senhor Francisco Miranda. Esses relatos chegavam ao meu conhecimento quando de sua estadia em Manaus, dessa forma, consistiam em relatos sobre a distância entre o referido lago e a cidade de Codajás, as dificuldades de locomoção no período da seca, os modos de lidar com esse fato cotidianamente. As formas de

interação com outros sujeitos, estes não moradores do lago, que resultavam no arrendamento de determinados espaços, ou seja, a relação de permissão da utilização desses espaços mediante trocas específicas, também aguçou indagações. Como se processava essa interação? Em que bases se assentavam acordos ou desacordos firmados entre moradores do lago Badajós, e outros agentes, descritos como “vindos de outros lugares”? A ideia de cenário social transcorrido por atores sociais cedeu lugar a (re)construção do espaço social, um aprofundamento na compreensão deste: como interagem os agentes sociais pondo-se de acordo, mediante uma espécie de relação tácita e tacitamente orientada pela preocupação de minimizar os custos e os riscos para aceitar uma definição mínima de comunicação? A resposta a esta imbricada (re)construção do espaço social projetou a busca por conhecer e compreender as bases histórico-sociais que subjazem e estruturam a área de estudo. Neste momento da pesquisa emergiu ao conhecimento, a partir do levantamento histórico e a presença de histórias de vida de moradores da área de estudo, e estrutura patronal seringalista que convertia em “donos do lago” os proprietários de seringais das margens do lago.

Completando o quadro questionador a ideia de “fartura”, abundância propriamente explicitada em termos de recursos naturais (peixes, quelônios, aves, frutos, entre outros) que sempre era associada quando citava o nome da localidade Badajós, tornava ainda mais crescente à busca por entender como se processavam as relações locais: em que medida esta ideia de fartura era vivida e entendida pelos moradores do lago Badajós. Não raro, encontrei pessoas que nunca foram até o lago Badajós, mas, conheciam e compartilhavam a ideia de fartura.

Contudo, o que incide sobre lagos como ambientes de considerada abundância em termos de propriedades naturais? Qual perspectiva adotar para empreender a análise e a validação de tais depoimentos? O estudo descritivo, o emprego de material histórico e a análise das interações sociais comportaria o atendimento das expectativas da pesquisa? Em linhas gerais a pesquisa viu-se alicerçada sobre um fundamento comum: os discursos produzidos e reproduzidos sobre os lagos do município de Codajás.

Em diferentes tempos transcorridos a referida área de estudo, o distrito de Badajós, especificamente os lagos Badajós, Piorini e Acará está presente, refletida, representada, seja através da perspectiva da então Província nos documentos oficiais, seja através do cunho ensaístico intelectual, literário e de viajantes e missionários.

Uma duplicidade de espaços é tanto percebida quanto efetivada quando nos referimos a comunidades de moradores de áreas adjacentes a lagos: seja no espaço indiviso e juridicamente

considerado público¹ de rios e lagos, seja no espaço terrestre das áreas que configuram margens dos mesmos. Há uma uniformidade quanto à percepção e representação da noção e ideia de abundância que perpassa os discursos concernentes aos referidos lagos do município de Codajás. Porém, essa uniformidade abre-se a uma variabilidade discursiva quanto às formas de apresentar, de legitimar esse discurso. Dessa forma, os conceitos evidentes se assentam na percepção relacionada ao seu espaço de deslocamento, mobilidade, atuação, atividade e práticas sociais. Contudo, como no meio da trama coletiva da existência surge e se impõe a individuação? Como os discursos produzidos e reproduzidos são evidenciados no delineamento das percepções e práticas sociais dos agentes cognitivos?

Intencionando investigar a variabilidade de discursos que contextualizam processos históricos e socioculturais das referidas localidades objetiva-se fazer uma leitura cruzada das expressões narrativas coletadas em campo com uma abordagem capaz de englobar as dimensões literárias e histórico-sociais.

A presente pesquisa objetiva especificamente: investigar a variabilidade dos discursos sobre abundância dos lagos Badajós, Piorini e Acará a partir de fontes históricas/documentais e literárias; compreender como se processam as percepções sobre abundância dos moradores e agentes sociais que configuram o espaço social dos referidos lagos do município de Codajás; realizar uma leitura analítica cruzada das expressões narrativas coletadas em campo com uma abordagem capaz de englobar as dimensões literárias e histórico sociais no que diz respeito às percepções sobre abundância.

Marshall Sahlins (1978) analisa a ideia de abundância que bem se liga a concepção da afluência onde todas as vontades materiais das pessoas são facilmente satisfeitas. O autor contesta as seguintes ideias disseminadas em manuais antropológicos: o espectro da fome que persegue o caçador; sua incompetência técnica traduzida num esforço contínuo de trabalho pela sobrevivência, o que não lhe proporciona nem descanso, nem excedente, nem mesmo lazer para “construir cultura”. Há duas formas possíveis de afluência. As necessidades podem ser

“facilmente satisfeitas”, seja produzindo muito, seja desejando pouco. A concepção vulgar, de Galbraith, constrói hipóteses apropriadas particularmente à economia de mercado: as necessidades dos homens são grandes, para não dizer infinitas, enquanto seus meios são limitados, embora possam ser aperfeiçoados: assim, a lacuna entre meios e fins pode ser diminuída pela produtividade industrial, ao menos para que os produtos ou bens indispensáveis se tornem abundantes. Mas, há também uma concepção Zen da riqueza, partindo das premissas um pouco diferentes das nossas: que as

¹ Consideramos a Constituição que designa águas de domínio público.

necessidades humanas materiais são finitas e poucas, e os meios técnicos invariáveis, mas no conjunto, adequados. Adotando-se a estratégia Zen, pode-se usufruir de abundância sem paralelo (SAHLINS, 1978).

Segundo Neide Gondim (1994) a visão inaugural da Amazônia oferecida pelos cronistas viajantes fundamenta, enquanto matéria-prima, as deduções teóricas e, inversamente, estas servem de estofo aos sucessores, cujo estoque de informações impedem e inibem a apreensão da variedade, da multiplicidade, da diferença, em suma, caem na cegueira de verdades científicas. A autora analisa de que maneira e por quais artifícios a Amazônia e o homem americano foram “inventados” pelos europeus: por seus descobridores, filósofos, romancistas, poetas, respondendo assim até que ponto essa Amazônia inventada contradiz ou confirma a realidade.

Investigar a variabilidade do discurso sobre os lagos Badajós, Piorini e Acará num contexto social de mobilidades e deslocamentos de seus referidos moradores bem como de demais agentes sociais que configuram o espaço social dos lagos do município de Codajás pressupõe a busca por compreender como se processam representações e percepções, formas de conhecimento engendradas em situações históricas que ativam processos históricos e socioculturais na Amazônia.

Para Oliveira Filho (1977 e 1988), a validade de qualquer interpretação sobre a cultura e a forma de organização social de uma população exige a rigorosa explicitação e exame dos contextos e da escala em que essa análise foi realizada. Mas, segundo o autor, como resgatar os contextos sem perder-se no detalhismo e no casuísmo, buscando fatores que possam ter uma eficácia causal e ser efetivamente explicativos?

Entender, ao mesmo tempo, em que implica a representação de abundância que caracteriza os lagos Badajós, Piorini e Acará requer um esforço de compreensão da situação histórica compartilhada pelos moradores da área de estudo e agentes sociais copresentes.

Localizar os lagos Badajós, Piorini e Acará no contexto social das atividades cotidianas dos moradores intenciona relacionar o *espaço social*, que segundo Bourdieu (1998) comporta as várias dimensões de um espaço construído na base princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerados.

Feldman-Bianco (1987) assinala a relevância de estudos que sinalizem para análise das representações baseadas em discursos de agentes sociais que esboçam suas visões de mundo *coladas* a observações relativas ao comportamento concreto dos mesmos em situações específicas. Para a autora os desdobramentos metodológicos das teorias da ação permitem

combinar dados provenientes da observação e da indagação a partir da visualização de eventos que focalizam *gente (agentes sociais), tempo (o movimento e o fluxo das ações) e lugar*.

Em seus escritos Joan Vicent (1977) verifica que em contraste com as narrativas sobre estudos de sociedades agrárias apresenta-se interessante a formulação de análises que privilegiam a dinâmica dessas sociedades de forma mais sistêmica em uma perspectiva que considere a interação política, um delineamento das relações estruturais e também uma explanação dos eventos. Uma proposta de pesquisa que leva em consideração esses três aspectos advoga a necessidade de se completar a “observação intensiva” com abstração e análise de “campos de atividade” e o emprego de “material histórico”.

William Foote-Whyte (1975), problematizando as técnicas relacionadas à prática de trabalho de campo, dentre estas a *observação participante*, assinala o “adentrar a campo” e as séries de aspectos a serem considerados que se ligam diretamente com o método etnográfico como o registro das informações e dos acontecimentos baseado na relação construída entre o etnógrafo e o etnografado e a construção da rede de relações sociais possível de ser construída pelo pesquisador resultante de seus deslocamentos no lugar de estudo.

A realização de pesquisa de campo, na cidade de Codajás mostrou-se necessária para a visualização dos aspectos referentes aos deslocamentos que abrangem a relação entre as áreas de estudo, lagos Badajós, Piorini e Acará e a cidade de Codajás como um meio sua incidência acerca dos ordenamentos e posicionamentos resultantes dessas relações. Um levantamento histórico que contemple os processos de transformações sociais e a perspectiva dos agentes sociais locais também se fez mister para a realização da pesquisa.

Contudo, as incursões a campo se realizaram nos lagos Badajós e Piorini onde alcançaram relevância as narrativas orais coletadas de moradores dos referidos lagos.

A impossibilidade de adentrar em incursão o lago Acará é um dado importante somado ao espaço reflexivo da presente pesquisa. Com todas as suas áreas e extensões terrestres de apropriação privada e organização das atividades em castanhais arrendados num sistema que perdura a muitas décadas o que foi possível abranger o conhecimento da realidade social deste referido lago está presente no discurso de sua administradora senhora Adna Bastos.

As histórias de vida foram consideradas a partir da possibilidade de corroborarem na produção da informação relacionada à identificação e elucidação dos referentes, isto é, das relações, dos processos que configuram, estruturam e subjazem à vida social, participadas por seus interlocutores (RIBEIRO, 1995).

A partir dos relatos das histórias de vida de dois dos mais antigos moradores, alguns aspectos da área de estudo foram explicitados, atentando-se para o ponto de vista de suas histórias orais de vida. Nesse sentido, Pierre Bourdieu em *A ilusão biográfica*; apêndice 1 (1996), observando a impossibilidade de se abandonar à questão dos mecanismos sociais que privilegiam ou autorizam a experiência comum da vida como totalidade, assinala o *habitus* como princípio ativo, irreduzível às percepções passivas, de unificação das práticas e representações. E a possibilidade de obter essa identidade prática consiste na tentativa de apanhá-la na unidade de uma narrativa totalizante (BOURDIEU, 1996: p. 77).

Assim, apreender os fatos resultantes das experiências relatadas pelos referidos entrevistados como dados a serem considerados no processo de reconstrução das interações sociais que delinearão a formação social das referidas localidades – lagos Badajós, Piorini e Acará - significa atentar para as formas do “falar de si” dos sujeitos interpretados que implica na ordenação de suas respectivas trajetórias sociais.

Ellen Woortmann em seu estudo sobre gênero e memória social em um seringal na Amazônia, *Homens de hoje, mulheres de ontem* (1998), apreende a memória como expressão de um pensar coletivo e considera-a como uma negociação entre memórias/subjetividades de pessoas/personas específicas em contextos específicos. Para a autora, memória é recordar, designa o registro; lembranças individuais são registradas na ‘consciência coletiva’ à medida que o registro é compartilhado por uma ‘comunidade de memória’. Porém, trata-se de relatos orais sobre um passado, cada vez mais imaginado, transmitido de geração a geração, às vezes por intermédio de um ‘narrador oficial’ que se constitui em narrativa estruturada, pois se exprimem a partir de negociações de subjetividades com um pano de fundo estruturado.

Os sujeitos da pesquisa são os moradores das localidades, especificamente lagos Badajós e Piorini, eleitos a partir dos seguintes critérios: conhecimento e reconhecimento por parte dos moradores das localidades como moradores mais antigos dos lagos no caso da coleta de histórias orais de vida. A partir da construção de uma rede de relações resultante dos deslocamentos na área de estudo os sujeitos eleitos pela pesquisa como agentes sociais moradores relacionados no que consistiu a aplicação de entrevistas. Tendo em vista a entrevista como um dos procedimentos adotados pela metodologia qualitativa na obtenção de fontes orais para a pesquisa social, considerando sua conexão com a memória, com a história de vida e com a seleção de temática específica: a percepção sobre a ideia de abundância dos referidos lagos.

A recolha das informações, conforme o cronograma inicial da pesquisa ocorreria a partir de duas incursões na área de estudo: a primeira nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 onde objetivava-se permanecer de duas a quatro semanas nas localidades de estudo; a segunda incursão nos meses de junho e julho do mesmo ano onde também objetivava-se permanecer de duas a quatro semanas nas localidades de estudo. Essa explícita imprecisão quanto ao tempo de permanência nas áreas de estudo resulta das dificuldades de deslocamento as localidades, pois apenas é disponibilizado uma vez por mês, por parte da Prefeitura Municipal de Codajás, embarcação de caráter coletivo para as respectivas localidades.

Com a solicitação de prorrogação de um ano para a conclusão da pesquisa o cronograma foi alterado e uma incursão foi realizada durante os meses de março e abril de 2017.

Assim, a pesquisa de campo abarca a duração de quatro meses. Nos primeiros meses buscou-se a construção da rede de relações que viabilizou o entendimento das redes e dos processos que configuram as variabilidades discursivas da referida área de estudo, fundamentado na coleta das primeiras histórias orais de vida e nas entrevistas. As formas de registro foram através da gravação em áudio das histórias orais de vida e das entrevistas, mediante o aceite a assinatura de termo de consentimento por parte do entrevistado. Nos últimos meses de trabalho de campo a presente pesquisa alcançou as percepções sobre ideias de abundância dos referidos lagos buscando as inter-relações entre localidades e agentes sociais envolvidos pela mesma. Foi utilizado um caderno de campo, onde alcançaram relevância a anotação de observações, informações, dados e registros pertinentes ao trabalho.

No processo de construção e análise dos dados sustenta-se que os depoimentos particulares fornecidos pelas fontes orais se inscrevem em possibilidades de interpretação de processos coletivos e representam formas de interação social entre entrevistado e entrevistador.

A análise das histórias orais de vida se fundamenta nos eixos de memória abrindo frentes de captação de sentidos e significados das percepções do lugar, do espaço e do tempo mediante a transcrição na íntegra. A história oral de vida se aproxima dos objetivos da pesquisa ao tentar captar significados e interpretações para acontecimentos, movimentos e ações individuais ou coletivas.

O Primeiro Capítulo Discursos dos lagos Badajós, Piorini e Acará apresenta a área de estudo aprofundando uma análise do valor etnográfico de um relato histórico, lançando um olhar detido para os discursos sobre os lagos do município de Codajás, distrito de Badajós. Também

abordamos a ideia de abundância, espaço e sociabilidade finalizando o capítulo com a problematização da crença e justificação na produção do discurso sobre a área de estudo.

O Segundo Capítulo Chegando aos lagos Badajós, Piorini e Acará inicia-se com uma discussão acerca do traçado caminho teórico de reflexão das noções de estrutura e ação social que permeia a produção do conhecimento da representação da experiência de vida elaborado por Alfred Schultz.

O terceiro capítulo Desembocadura: uma sociologia do conhecimento é o encaminhamento reflexivo acerca do processo social e da discursividade referentes às percepções da área de estudo. Assim, advém a necessidade da elaboração de uma sociologia do conhecimento que encadeia as variabilidades discursivas e percepções da referida área de estudo fazendo emergir padrões e fontes de diversidade sociocultural seja ao nos confrontarmos com discursos históricos – documentais, ficcionais – seja ao irmos ao encontro das narrativas orais.

Capítulo 1

Discursos dos lagos Badajós, Piorini e Acará

1.1 A Área de estudo: o valor etnográfico de um relato histórico

Apresentar a área de estudo da presente pesquisa para muito além de uma descrição da especificidade de cada lago, requer um entrelaçamento do itinerário percorrido assim como uma revisão de incursões datadas historicamente.

Oliveira Filho assinala que os relatos de viagem ajudam o antropólogo a imprimir à sociedade estudada uma dimensão histórica mais profunda, reunindo informações que transcendem em muito a capacidade de observação dos etnógrafos durante a sua situação de campo (OLIVEIRA FILHO, 1983: p. 85).

Contudo, passando pelo crivo da teoria do pensamento antropológico contemporâneo é preciso atualizar os esquemas de uso dos relatos de viagem atentando-se para o critério definidor sobre em que medida as descrições que compõem os relatos podem ser tomadas como constituindo uma etnografia.

Importante entender, segundo Oliveira Filho (1983), que o valor etnográfico de um relato histórico não é em si maior ou menor que dados de observação direta; seu valor é instrumental e depende da definição do conteúdo da investigação realizada.

De acordo com o objeto de cada pesquisa, o valor heurístico de fontes documentais e de dados de observação direta pode variar bastante. Em muitos casos os dados de que o investigador precisa podem ser mais facilmente reunidos através de fontes documentais do que do estudo intensivo de uma comunidade local. Assim ocorre, por exemplo, em pesquisas que pretendem descrever a articulação entre a comunidade local e as agências e instituições situadas em níveis supralocais de determinação. Ou ainda em estudos que visam apreender transformações históricas que transbordam em muito a capacidade de coleta de dados por um pesquisador durante seu período de campo (limitado espacial e temporalmente) (OLIVEIRA FILHO, 1983: p. 89).

É no exercício da etnografia que devemos buscar o sentido profundo dos instrumentos analíticos desenvolvidos pelos antropólogos, que tanto aplicam conceitos anteriores e produzem interpretações sobre as coletividades estudadas, quanto são dialeticamente estimulados por situações etnográficas vividas a reelaborarem seu quadro teórico e seus procedimentos de

pesquisa (Oliveira Filho, 2015: p. 91). O autor dialoga com a obra *Um balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas* (1949) de Florestan Fernandes e desenvolve seu trabalho no sentido de investigar a unidade dos viajantes garantida pelos padrões narrativos e pelas funções sociais por eles desempenhadas e esclarece logo de antemão a sua intensão de trabalho: colocar à prova, no caso específico dos viajantes do Alto Solimões, a pretensa homogeneidade no plano da observação e descrição. Afirma o autor: “Procuro então demonstrar que a homogeneidade dos relatos precisa ser restabelecida em função de uma investigação empírica que, ou demonstre a existência de uma unidade, ou aponte a presença de diferentes tipos de etnografia aí reunidos” (OLIVEIRA FILHO, 1983: p. 90).

Para tanto Oliveira Filho (1983) lança uso de esquemas analíticos derivados da ideia de “campo intelectual” de Pierre Bourdieu (1974) adotando a perspectiva teórica de fazer uma sociologia da produção intelectual.

Segundo Bourdieu (1974) a ciência deve aplicar a esses campos (dos eruditos, dos artistas, dos escritores) o princípio da teoria do conhecimento antropológico, segundo o qual os sistemas simbólicos que um grupo produz e reproduz no âmbito de um tipo determinado de relações sociais, adquirem verdadeiro sentido quando referidos às relações de força que os tornam possíveis e sociologicamente necessários.

Assim, observa Oliveira Filho (1983) que a crônica ao ser pensada como instrumento de trabalho do etnógrafo do século XVII e XVIII, deve ser conceituada enquanto modalidade específica de produção intelectual, orientada por certas normas técnicas de recorte, verbalização e sistematização da realidade observada sendo bastante distante de outras modalidades de produção intelectual da época.

Como identificar e relacionar os pressupostos de análise que compõe o quadro teórico estruturado por Oliveira Filho quando de sua reflexão e produção de *Elementos para uma sociologia dos viajantes* (1983) e seu estudo *Regime tutelar e faccionalismo. Política e religião em uma reserva ticuna* (2015)? Qual a transversalidade do dado histórico e da produção etnográfica nos referidos estudos no que diz respeito à elaboração de um pensamento social na Amazônia?

Freitas (2007) chama a atenção para um vigoroso movimento de interpretação de realidades amazônicas, configuradas no topo de preocupações com as mudanças em curso, que se desdobram em direções díspares:

1- As que se situam em posição de diálogo ou de inventário ditos ambientais, localizados na linha dos chamados impactos sobre a natureza pelo uso dos ecossistemas e biomas, com ênfase nas formas tradicionais de adaptabilidade das populações indígenas, urbanas, rurais da Amazônia interiorana, e de suas cidades antigas e modernas;

2 – as que se situam na análise de estruturas, fenômenos e processos cobertos pelas abordagens das ciências sociais, contemporânea dos estudos brasileiros de identidades regionais como especificidade de recorte, mas que alcançam dimensões de análise no interior dos campos disciplinares da economia, história, geografia, antropologia, ciência política, sociologia, políticas públicas e sociologia.

Dessa forma a amplitude de compreensão da produção e apreensão de conceitos e categorias teóricas utilizadas por Oliveira Filho em ambos os trabalhos revela a sua busca no interior do campo da teoria antropológica de esmiuçar as bases de entendimento de uma realidade amazônica localizada, porém com vistas à problematização de sua reflexão.

A produção e utilização do relato histórico encontra na etnografia sua forma de expansão. Por assim dizer, explicita as bases de configuração de uma abordagem histórica alicerçada no fazer etnográfico.

Oliveira Filho (2015) empreende uma descrição e análise das situações históricas fornecendo desse modo um quadro global em termos do qual devem ser vistos e entendidos os dados provenientes da pesquisa intensiva e localizada. Encarando de maneira mais sistemática os dados históricos e evitando operar uma clivagem que obstaculariza de forma definitiva o entendimento da realidade localizada e estudada. O autor elucida a noção de situação histórica: “Uma situação histórica se compõe de um conjunto determinado de atores e forças sociais, cada um desses provido de diferentes recursos, padrões de organização interna, interesses e estratégias” (OLIVEIRA FILHO, 2015: p. 49).

É dessa forma que, descrevendo as várias situações históricas vivenciadas pelos ticunas do alto rio Solimões, inicialmente as Missões Religiosas, Oliveira Filho (2015) recorre à utilização dos relatos dos viajantes Bates e Martius:

Por volta de primeira metade do século XIX os viajantes que passem pelo alto Solimões traçam o seguinte panorama: os índios do Içá estão praticamente extintos (passes, juris, yumanas e mariatés), exceto umas poucas dezenas vivendo junto aos não índios, principalmente em Tonantins (Bates, 1973: 175); dos omáguas não existe mais qualquer referência; sobrevivem ainda os miranhas na parte interior, entre o Içá e o Japurá (Bates, 1973: 177); existem caichanas nas matas próximas de Tonantins, até o rio Mocó, afluente do Japurá (Bates, 1973: 175) [...] Martius fala de um morador de Ega (atual Fonte Boa), escolhido pelos demais para juiz, localizando-se próximo à foz do rio Içá,

ponto de concentração de índios domesticados, procedendo aí a partilha dos braços disponíveis. [...] O próprio Bates se refere a um diretor de índios na localidade de Tonantins (Bates, 1973: 175) (OLIVEIRA FILHO, 2015: p. 59).

Em seu estudo Oliveira Filho (1983) capta e desvela o sentido de mostrar que a categoria de viagem científica pode ser historicamente datada, surgindo em certa época (século XVIII, especialmente na sua segunda metade) e em certos países (França, Alemanha, Áustria, Inglaterra e, mais tarde, Estados Unidos), viabilizada por determinados acontecimentos de ordem intelectual. No entanto, “a seleção da área geográfica não é um processo que se impõe apenas ao pesquisador, mas uma opção que deve ser tomada por cada viajante” (OLIVEIRA FILHO, 1983, p. 100).

Como selecionar uma área de estudo? Se existe efetivamente um caráter imperativo que predispõe a escolha de determinadas regiões para averiguação e estudo detidos, o próprio pensamento social estaria concretamente vinculado à construção da ideia de região?

Dessa forma, a produção de informação sobre a região do Alto Solimões evidencia a área geográfica selecionada no que diz respeito a sua localização. O sentido e a configuração de localidade expressa à incidência do saber construído sobre a noção de região e suas fronteiras o que reflete o substrato de fundamento do pensamento social desta.

A área geográfica selecionada – o Alto Solimões – é a parte da Amazônia sobre a qual incide a maior parte dos relatos dos viajantes. A sua localização faz com que todas as grandes explorações empreendidas no rio Amazonas, subindo até as suas nascentes ou descendo dos altiplanos peruanos até o Atlântico, forneçam em maior ou menor grau informações sobre a região (OLIVEIRA FILHO, 1983: p. 101).

A noção de situação histórica trabalhada por Oliveira Filho (1979) remete ao conjunto de compulsões e interdependências que relacionam agentes sociais, ordenando os contextos em que as manifestações socioculturais ocorrem e atribuindo-lhes um significado que pode extravasar as suas tradições específicas.

As situações históricas variam e se distinguem umas das outras por incluírem diferentes elencos de agentes sociais, pelas múltiplas possibilidades de associação existentes e pelo peso relativo de cada personagem histórico. Contudo, o elemento que garante a descontinuidade e a comparabilidade entre todas as situações é a presença de padrões de comportamento que se estendem por diferentes contextos (Oliveira Filho, 1979).

Concluindo e elucidando seu estudo *Elementos para uma sociologia dos viajantes* (1983), Oliveira Filho buscou apreender que tipo de racionalidade sociológica e intelectual

indicavam as ações da população de viajantes do Alto Solimões. Retomando a discussão inicial com Florestan Fernandes que toma a totalidade de fatos fornecida por diversos viajantes que percorreram e descreveram a região do Alto Solimões durante os séculos XVIII e XIX como uma unidade, Oliveira Filho (1983) argumenta:

de modo algum a etnografia dos viajantes pode ser vista como unidade, uma vez que os diferentes tipos de viajantes obedecem a pressões econômicas bem distintas e servem-se de esquemas mentais muito diferentes. A categoria viajante revela-se, portanto, uma base enganosa para propiciar a homogeneidade das descrições de que precisaria o antropólogo atual para utilizar tais relatos como uma verdadeira etnografia (OLIVEIRA FILHO, 1983: p. 134).

A impossibilidade averiguada e constatada de utilização dos escritos, relatos e produções dos viajantes como unidade de relato etnográfico na atualidade do trabalho antropológico sinaliza para a apreensão de uma abordagem histórica, a situação histórica. Por esta abordagem, um relato ganha relevo com seu contexto e sua interdependência histórica. Prefaciando a obra de Oliveira Filho (2015), Alfredo Wagner Berno de Almeida (*Instrumentos etnográficos para uma “nova descrição”*) assinala a própria maneira fecunda de se produzir um gênero dissertativo em que a descrição etnográfica é entendida como um processo histórico, de relações sociais em permanente movimento, apontando para uma centralidade do presente.

Almeida (2015) admite que praticar a ciência antropológica nos termos engendrados no estudo de Oliveira Filho (2015), remete de uma maneira crítica às reformulações teóricas e as práticas de campo através das quais o antropólogo se explica, explicando em pormenor os seus procedimentos na coleta de dados e na relação com o povo estudado e com as agências, problematizando-os como parte de seu próprio objeto de pesquisa. É a reflexividade como instrumento de produção etnográfica: no pensamento antropológico não há olhar crítico sobre si mesmo que possa ser ignorado, sempre levando em conta o ponto de vista do outro (Almeida, 2015: prefácio p. 19).

Assim, Freitas (2007) elucida os objetivos mais amplos no que diz respeito, em grande medida aos estudos que se enquadram na linha de pesquisa do pensamento social brasileiro, definidos, tanto no foco explícito nas formas de problematizar questões, como nos modos de apresentar resultados:

- apreender o pensamento brasileiro na forma como ele se apresenta em sua origem como inquietação intelectual de ensaístas, homens públicos, cronistas, políticos, ativistas sejam eles etnólogos, historiadores, sociólogos, geógrafos, antropólogos, literatos, biólogos, viajantes, entre outros;

- compreender e explicar os marcos de tradições do pensamento social mediante o esclarecimento dos elos que compõem esta especificidade, e de seus contextos correspondentes, sob a forma de reconstruções históricas da realidade ou de percepções e interpretações de realidades naturais e sócio culturais;
- tipificar, no âmbito do pensamento de autores, as vinculações teóricas e da ação gerada pelo movimento de circulação de ideias, seja por meio dos processos de afirmação do pensamento social nas esferas institucionais, seja na organização da inteligência brasileira, em sentido estrito;
- descrever o impacto das ideias sociais sobre a sociedade, especialmente aquelas que parecem estar na origem de autocompreensão da atmosfera de mudanças e/ou de continuidade da organização e do desenvolvimento de processos sociais que a configuram (FREITAS, 2007: p. 28-29).

A sobreposição do quadro teórico resultado da inserção dos trabalhos de Oliveira Filho quando de sua análise sobre a categoria dos viajantes do alto Solimões e pesquisa antropológica em uma reserva ticuna também no alto Solimões, os ajustes que se delineiam revelam a possibilidade de visualização da produção de conhecimento no que diz respeito às categorias de análise e estudo detido, situadas e datadas, em uma abordagem histórica que congrega a assimilação do valor etnográfico de um relato histórico assumindo as perspectivas de sua heterogeneidade e temporalidade histórica.

O reconhecimento da percepção da área de estudo inicialmente é vislumbrado a partir dos escritos do Padre Constant Tastevin, missionário francês da Congregação do Espírito Santo.

Mas nossa ação ultrapassa de muito nosso território, pois o bispo de Manaus nos confiou a evangelização do alto Juruá ao (território do Acre) e da paróquia de Coari a leste, ou seja a bacia do Coari e do Piorini até a boca do Badajós no Solimões às postas de Codajás (FAULHABER & MONSSERRAT, 2008: p. 13).

Enunciando aspectos gerais desta região Tastevin escreve:

Todo o resto da região é dividido em grandes domínios para a exploração da borracha e da castanha. Sobre as margens do Amazonas porém, cuja descoberta é mais antiga, formaram-se alguns núcleos de povoamento independentes dos padrões: Badajoz, sobre o lago do mesmo nome, Câmara, Jutica, Caiçara, Uariny, Uará, Tupé, Foz do Jutáí, Cupatana. Mas essas pequenas localidades não têm, por assim dizer vida autônoma, não dispendo de orçamento próprio. São os comerciantes que regulam a atividade econômica como em feitorias. Tais feitorias são estabelecidas mais ou menos próximas ao longo dos grandes rios: o Amazonas é de longe o mais povoado: encontra-se aí aproximadamente uma casa de comércio a cada hora [de viagem] (FAULHABER & MONSSERRAT, 2008: p. 30-31).

É a partir de sua perspectiva que a pesquisa alcança o entendimento dos caminhos opostos de incursão na área de estudo.

Tastevin parte de Tefé, a presente pesquisa parte de Codajás.

O mapa de localização da área de estudo demonstra em perspectiva ampliada a localização dos três referidos lagos que compõem a área de estudo em relação às cidades de Codajás e Coari.

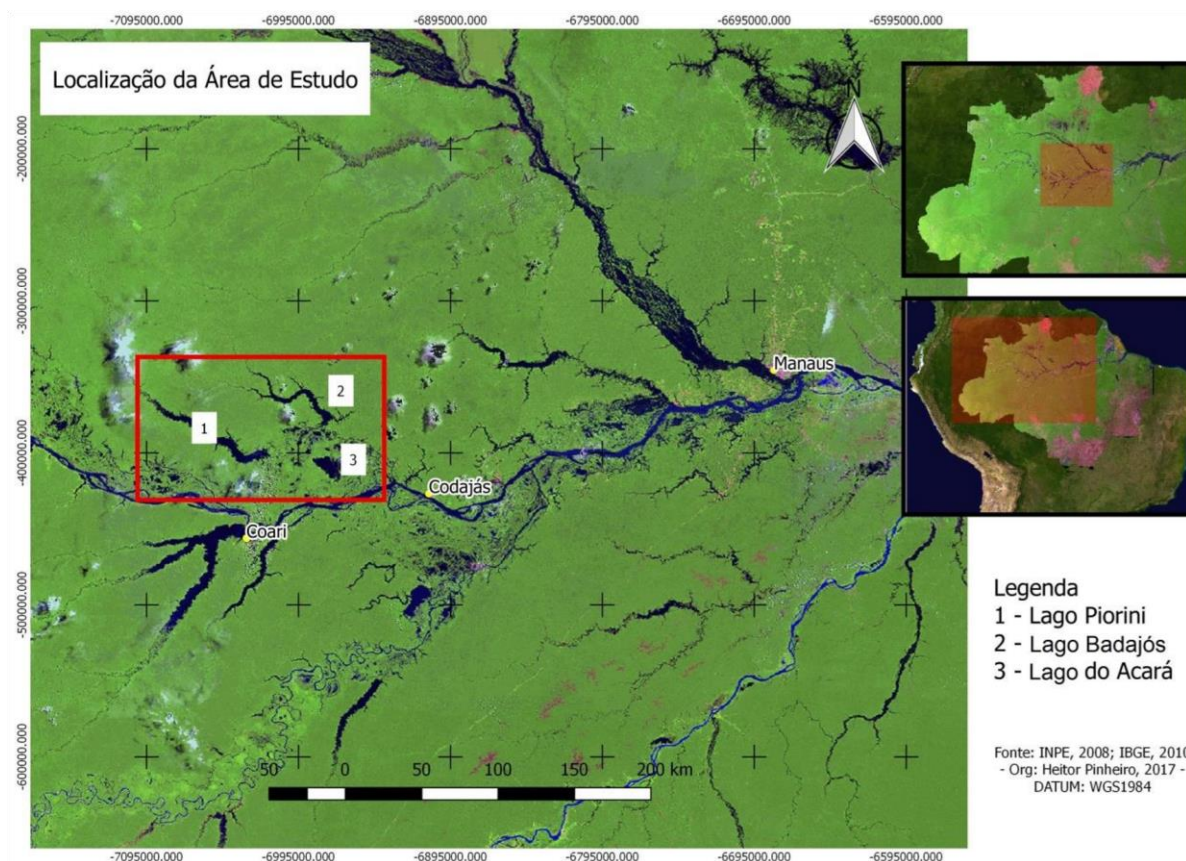


Figura 1: Mapa Localização da Área de Estudo

Os escritos de Constant Tastevin se inserem numa longa tradição de descrições da terra e da gente da Amazônia, referente à produção de saberes etnográficos, padre Tastevin tinha plena consciência de que suas descrições de primeira mão serviriam para alimentar os gabinetes que abrigavam os etnólogos na França. Dessa forma, durante os 16 anos de sua passagem pelo Brasil, Tastevin viajou de “vilarejo em vilarejo, de feitoria em feitoria” percorrendo uma parte expressiva do conjunto de rios que banham a Amazônia ocidental. Neste percurso desvelador da produção de Tastevin vem ao encontro, o exame de seu itinerário, elaborado por Faulhaber (2008):

Nascido na Bretanha, residiu de 1905 a 1926 em Tefé, cidade amazonense que então polarizava as relações étnicas e sociais regionais [...] Em 1922, Tastevin solicitou ao Ministro da Instrução Pública uma subvenção anual para realizar estudos geográficos, linguísticos e etnológicos na região ocidental do Brasil, afirmando esperar que o Ministro o julgasse suficientemente preparado para “fazer uma obra útil à ciência e ao bom renome da França”.

Dois artigos de Tastevin são eleitos pela extrema relevância à presente pesquisa: “A região do Solimões ou Médio-Amazonas” e “A embocadura do Japurá e o Piorini”. São anotações predominantemente geográficas, registradas por Tastevin paralelamente ao exercício do seu ofício missionário. Registrou suas observações etnográficas e linguísticas detendo-se nos topônimos, traduzindo termos da língua geral para o francês, mencionando também os nomes brasileiros e hispânicos. Examinou aspectos da ocupação humana e das atividades econômicas da região, descrevendo curiosidades sobre a exploração mercantil de atividades extrativistas, como borracha, castanha e pesca, mencionando nomes locais de animais e plantas. Destacou ainda características da colonização portuguesa e da migração nordestina, fazendo notar a diferença entre brancos, mulatos e negros, focalizando, principalmente, a presença indígena (FAULHABER, 2008: p. 7-8).

No artigo “A região do Solimões ou Médio-Amazonas”, Tastevin procurou estabelecer uma visão de conjunto da região que percorreu em atividades missionárias, mas também para fazer levantamentos topográficos para comissões de fronteiras nacionais ou para tratar de limites da área de jurisdição da Prefeitura apostólica de Tefé, administrada pela Congregação do Espírito Santo. Descreveu a floresta, o meio ambiente amazônico e seus recursos naturais, suas inundações sazonais, seus rios, afluentes, lagos, paranás e cursos de água, o clima, fenômenos atmosféricos, salubridade, geologia, fauna, flora, geografia econômica, população, detendo-se em localizações, etnônimos, usos, costumes e representações indígenas.

Em “A embocadura do Japurá e o Piorini”, com uma crítica a concepção errônea de “delta do Japurá”, que é comparado ao Nilo. Passa em seguida e escrever meticulosamente as peripécias ocorridas no itinerário de sua viagem a área, não se restringindo à geografia humana, mas procurando destacar, no que se refere à etnografia indígena, o rastro da nação Mura.

[Tastevin] Penso que este apanhado geral dá uma ideia suficientemente exata da região do Solimões, sob todos os pontos de vista. Gostaria agora de apresentar dois relatórios de viagem realizados, uma na região por excelência da borracha sobre o Riozinho da Liberdade, afluente do alto Juruá, e outro na região da pesca, da castanha e da borracha no Piorini e no delta do Japurá (FAULHABER & MONSSERRAT, 2008: p. 33-34).

O trabalho relacional das localidades descritas, visitadas e conhecidas por Tastevin é alcançado no corpo da pesquisa quando a verificação da perduração aos dias atuais da nomeação de determinadas localidades.

Após correr mais ou menos 50 quilômetros, o Codajás-mirim recebe as águas muito pretas do Piorini e, 20 léguas acima, as não menos pretas do Badajós, outrora chamado de Codajás (igarapé dos Coda? Nome desconhecido – sic). Transformado, então, em grande rio, ele toma nome de Badajós e se joga no Solimões, uns vinte quilômetros acima da cidade de Codajás, depois de ter recebido pela direita e pela esquerda as águas de numerosos pequenos cursos d'água, em particular as do grande lago Acará (pequeno peixe achatado). Vemos, por esse apanhado geral, que não existe o tal lago Copeá, mencionado em todos os manuais e assinalado em todos os mapas. Os grandes lagos da região são, ao norte dos grandes-paraná, o Amaná-Urini, o Tambaqui, o Piorini e o Badajós, antigo Codajás; e, ao sul, o Mura, o Trocari, o Acará. Queiram agora me acompanhar em minha última viagem por essa região, durante a qual fiz questão de reconstituir o traçado do meu itinerário com a bússola giratória de M. Hansen. Deixei Tefé em 17 de julho, só alcançando o Solimões, na desembocadura do Badajós, no dia 1º de dezembro, depois de ter percorrido o Pirantaíma, o lago Urini, os paranás Castanha, Tambaqui, Copeá, o do lago Socó, o paraná Codajás mirim, o lago e o igarapé Piorini, o rio Badajós. (FAULHABER & MONSSERRAT, 2008: p. 40-41).

O Piorini transbordava na floresta por todos os lados. A cada instante o deixávamos para tomar atalhos na floresta. Assim foi que cheguei diretamente a Monte Horeb, sem passar pela boca do Bom Intento. Esse pequeno rio é o maior afluente do Piorini pelo lado direito; sobe-se durante três dias de canoa para chegar à sua nascente, entre o Centro Grande e o Piorini. À esquerda, o maior tributário é o Cupim, que desemboca a montante do Eldorado, depois de ter drenado as terras entrevo Piorini e o Badajós. Seria demasiado longa a descrição de todos os outros cursos d'água. Podemos encontra-los no mapa com sua extensão aproximada. A partir do Eldorado, o vale do Piorini se alarga desmedidamente, e, acima do Tururi, é difícil não se perder sem a ajuda de um guia. A “mãe do rio” se desenvolve em ziguezagues regulares nesse mar de água e de verdor, onde por todos os lados, vemos se abrirem bocas, que vêm terminar nos lagos ou em caminhos sem saída (FAULHABER & MONSSERRAT, 2008: p. 51-52).

Para algumas pessoas, o Codajás-mirim toma aqui o nome de paraná do Piorini e se orienta para o nordeste, ao encontro do Badajós. Mas antes disso ele recebe à esquerda um pequeno rio formado por três igarapés, o Sumauma, e depois o grande lago de Taracúá (formiga de árvores), alimentado pelo rio do mesmo nome. Penetrei no Taracúá por um furo coberto pela floresta e passei aí a noite. No dia seguinte, cheguei ao povoado de Badajós, formado por umas quarenta casas, que tinha surgido apenas em 1880. E esse povoado foi fundado por amazonenses que faziam negócios com os índios Mura do lago Codajás e levaram para lá imigrantes do Ceará. Inicialmente, era apenas um barracão com o nome de Badajós (cidade da

Espanha), mas esse nome se estendeu ao lago e ao paraná que nele desemboca. O lago é grande como o Piorini mas ainda mais largo. É alimentado por três rios: o Badajós a oeste; o Cunuaru (rã arborícola) ao centro, e o Araué (barata), a leste, que desembocam no mesmo ponto, na extremidade ocidental

do lago. Os rios não tem habitantes permanentes. O Badajós e o Cunuaru têm o mesmo comprimento que o Piorini. Os trabalhadores passam o inverno em Badajós e nos barracões das margens do lago e do paraná. Alguns deles, somente os homens, acabavam de subir os rios, para preparar a coleta da borracha [...] Belém, Caiana, Tauá-mirim foram minhas últimas etapas no Badajós (FAULHABER & MONSSERRAT, 2008: p. 51-52).

No itinerário transcorrido pela pesquisa a ordem de incursão apresenta o lago Acará como o primeiro a ser observado.



Figura 2: Mapa lago Acará

O lago Badajós é a localidade da área de estudo que reúne mais informações, nele está localizado o Povoado de Badajós.

O Povoado de Badajós atualmente sob a seguinte gestão: Presidente Pastor Jarlison Santos Araújo, Vice-presidente Cristiano Alves Mesquita, Secretaria Alcineth Pinheiro da Silva, Tesoureira Edilene Ribeiro, 248 habitantes e um total de 63 famílias.

As Comunidades adjacentes são: Mucuripe, Três Bocas, Flora, Capatará, Santa Etelvina, Capitari 1, Capitari 2.

Lago de água escura, onde as atividades preponderantes são a pesca, agricultura familiar, coleta de açaí e castanha-do-pará.

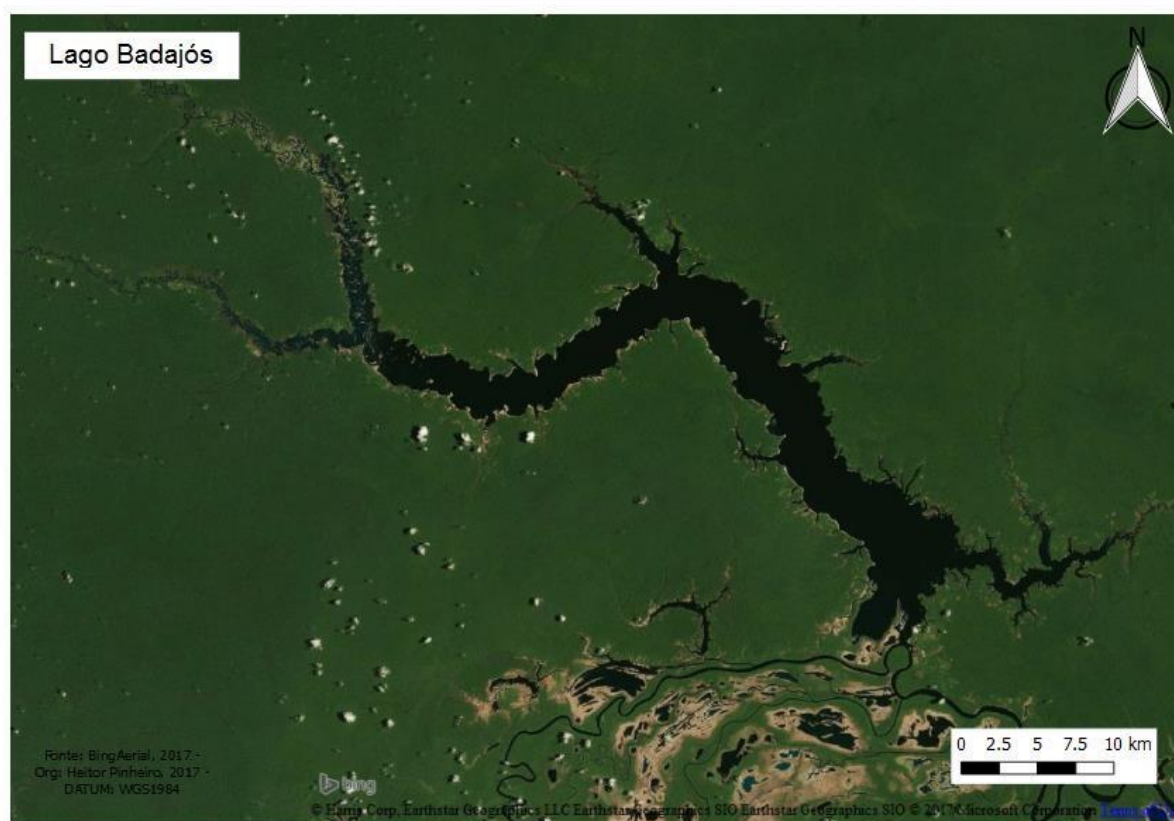


Figura 3: Mapa lago Badajós

O lago Piorini, também de água escura, apresenta algumas semelhanças com o lago Badajós no que consiste sua apropriação pelos moradores: as atividades preponderantes são a

pesca, agricultura familiar, coleta de açaí e castanha-do-pará. No entanto é um lago de maior tamanho e representa o marco de fronteira entre os municípios de Codajás e Coari.



Figura 4: Mapa lago Piorini

1.2 Um olhar para os discursos sobre os lagos do município de Codajás, distrito de Badajós.

Os discursos presentes nos Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas, mais detidamente nos relatórios elaborados na vigência dos seguintes presidentes: Herculano Ferreira Pena (1853-1854) e (1862); Ramos Ferreira (1866) e João Wilkens de Matos (1870-1871) foram tomados à luz do pensamento do filósofo Michel Foucault (1926-1984).

Soma-se ao percurso investigativo os estudos de dois comentadores de Foucault: Manoel Barros da Motta em *Arqueologia das ciências e história do pensamento/Michel Foucault* (2000) e Salma Tannus Muchail em *Foucault, simplesmente* (2004).

Manoel Barros da Motta (2000) assinala que para Foucault a verdade é uma certa relação do saber consigo próprio, trata-se de “saber se esta relação tem ou não uma história”,

interessando-se de forma particular pela história das ciências e saberes, pelos fundamentos da racionalidade. O percurso de seus estudos vai em direção ao problema da natureza do pensamento racional, de seus fundamentos, de seus poderes e de seus direitos, mas também de sua história e exercício, de seu momento, de seu lugar e de sua atualidade (MOTTA, 2000: p. 10). Sobre a arqueologia, Motta (2000) entende que esta não especifica particularmente as estruturas das ciências, mas os diferentes domínios do saber; a hipótese de Foucault é que a própria história do saber não formalizado possui um sistema. Contudo, não há na arqueologia qualquer aspecto evolutivo, progressivo ou retrospectivo. Se ela permite uma leitura retroativa é porque elimina o juízo sobre o saber do passado a partir da atualidade da ciência. Não existindo, na perspectiva de Foucault, um passado sancionado ou ultrapassado.

Salma Tannus Muchail (2004) ressalta que o primeiro momento dos escritos de Foucault têm um enfoque explicitamente histórico e a preocupação está centrada na descrição dos discursos não, porém quaisquer discursos, mas aqueles considerados científicos e, mais particularmente, as chamadas ciências humanas. A autora assinala a observação que esta descrição histórica dos discursos não é feita nem à maneira do “comentário”, nem ao modo de uma análise linguística:

Nas análises de Foucault os discursos são tomados em sua positividade, como “fatos”, e trata-se de buscar não sua origem ou seu sentido secreto, mas as condições de sua emergência, as regras que presidem seu surgimento, seu funcionamento, suas mudanças, seu desaparecimento, em determinada época, assim como as novas regras que presidem a formação de novos discursos em outra época (MUCHAIL, 2004: p. 11).

Os fatos discursivos, descritos por Foucault, se limitam a enunciados já formulados que compõem as formações discursivas, estes desejam estabelecer não as regras formais de sua inteligibilidade, mas o jogo de regras que define as condições de possibilidade do aparecimento, das transformações e do desaparecimento de tais ou quais discursos, e não de outros, numa época dada e numa dada sociedade, jogo este que é, portanto, variável num curso histórico marcado por diferenças e descontinuidades.

Para Foucault, a arqueologia é o método de análise da discursividade local (MUCHAIL, 2004: p. 15); esta primeira fase (da “arqueologia”) diz respeito a um nível de pesquisa, um nível de positividade, de formalização. Analisa coisas muito concretas assimilando a pesquisa não como uma reflexão sobre a dimensão do ser e sim em sua materialidade que reside naquilo que os documentos carregam em si. Constitui-se em estudos muito rigorosos e anti-metafísicos, pois pelo crivo de Foucault não passa nada que seja metafísico. É um período que antevê as

exigências do positivismo, detendo-se somente naquilo que é dado, debruçando-se assim, sobre as diferentes maneiras de análise do discurso. Dessa forma, Foucault analisa discursos existentes, aqueles que foram pronunciados e se configuram como o objeto de estudo do historiador e do arquivista, estes responsáveis por classificar documentos.

Para o autor a verdade não se encontra na consciência, na imaginação ou no espírito. Ele procura ver as relações que podem ser percebidas pela comparação de determinados discursos, elaborando correlações que permitem estabelecer a unidade nos textos. Detém-se sobre a organização, sobre a articulação interna do discurso na qual o tempo passa a ser uma dimensão privilegiada da pesquisa e a análise da sucessão não significa continuidade, pois a marca do tempo é o acaso. Foucault trabalha com as condições históricas do discurso, pois este encerra uma materialidade que não esconde nada. Existe uma materialidade no discurso que marca a sua materialidade histórica.

O Município de Codajás, Estado do Amazonas, localiza-se na mesorregião do Centro Amazonense² e na microregião do rio Coari³, à margem esquerda do rio Solimões partindo-se da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, da qual está distante 240 km em linha reta; é constituído pelos Distritos de Badajós e Codajás⁴, abrangendo uma área de 18.712 km² com uma população de 23.206 habitantes. Mesorregião constitui-se numa subdivisão dos estados brasileiros, congregada por diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Essa subdivisão foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos, não constituindo, portanto, uma entidade política ou administrativa. Já uma microrregião é, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.

O Município de Codajás possui seus limites definidos ao norte com os Municípios de Barcelos e Novo Airão, ao nordeste com o Município de Caapiranga, a leste com o Município de Anamá, a sudeste com o Município de Anori e a centro-oeste com o Município de Coari. As divisas interdistritais entre o Distrito de Codajás e Badajós estão definidas por uma linha divisória que vai da margem direita do rio Solimões, passando pela região de encontro do rio

² Formada por 30 municípios agrupados em seis microrregiões: Microrregião de Coari, de Itacoatiara, de Manaus, de Parintins, de Rio Preto da Eva e de Tefé.

³ Composta pelos Municípios de Anamá, Anori, Beruri, Caapiranga, Coari e Codajás.

⁴ Esta divisão considera a cidade de Codajás e o Povoado de Badajós como Setores Urbanos - Aglomerados Rurais. Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2011.

Badajós com o rio Solimões, até alcançar a intersecção com o divisor de águas rios SolimõesManacapuru.

A divisão interdistrital do município, entre os distritos de Codajás e Badajós, que perdura até os dias atuais foi realizada em 1891, final do século XIX, quando os atuais territórios dos municípios de Anori e Anamã ainda faziam parte do então termo judiciário de Codajás subordinado à comarca de Coari.

O Distrito de Codajás, com aproximadamente 17.507 habitantes⁵, abrange uma faixa territorial que comporta a cidade de Codajás, e os aglomerados rurais no seu entorno; são comunidades de moradores organizadas ao longo da margem direita do rio Solimões (Ilha dos Coros, Ilha de Codajás, lagos Oncinha e Urucurizinho, estes são considerados reservas ecológicas, Jurupari, Onças, Jamacanã e Joanico) e do Lago Miuá, localizado na margem esquerda do rio Solimões.

O Distrito de Badajós abrange a faixa territorial consideravelmente maior do município e possui aproximadamente 2.193 habitantes⁶: são comunidades de moradores organizadas ao longo de uma região caracterizada pela presença de muitos lagos interiores, dentre estes os maiores são os lagos Acará, Badajós e Piorini⁷.

Para Bourdieu (1998), a ideia de região é uma realidade que em primeiro lugar é uma representação: a região é o que está em jogo como objeto de lutas (BOURDIEU, 1998, p. 108). Para o autor, o debate em torno da noção de região deve considerar que as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais.

A região e suas fronteiras são vestígios apagados do ato de autoridade, que consiste em circunscrevê-la, assim como o território, consolidando uma definição legítima, conhecida e reconhecida das fronteiras e do território, o princípio de divisão legítima do mundo social (BOURDIEU, 1998, p. 114). Este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é uma totalidade de conhecimento, o qual, por estar firmado no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia.

⁵ Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2011.

⁶ IBGE *idem*

⁷ Esteves (1998), analisando os sistemas lacustres brasileiros, elenca uma distinção entre vários tipos de lagos a partir de sua gênese ou formação. O autor designa os lagos amazônicos como sendo de origem tectônica, pois ocupam linhas de falhas ou vales tectônicos, posteriormente alagados e aprofundados pela erosão e, como evento final, ocorrendo um “afogamento” (preenchimento da foz com sedimento) destes vales pelo rio Amazonas. O autor cita os lagos Badajós e Piorini dentre esses lagos, formados por movimentos diferenciais da crosta terrestre (ESTEVES, 1998, p. 67).

A realidade social de parte a parte e as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior de relações de força no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, entendida como produto de um ato jurídico de delimitações, produz a diferença cultural e é resultante desta (BOURDIEU, 1998, p. 115).

Conforme dados históricos⁸, o município de Codajás surgiu a partir de uma aldeia indígena denominada Cudaiá, de índios Cudaiás e, mais tarde, de uma pousada dos índios Muras, estes, ainda em meados do século XVIII – os dados são do ano 1768⁹ – ocupavam as margens e os lagos do rio Solimões, vindos dos rios Madeira e Amazonas, no contexto de colonização europeia da região e disputas entre portugueses e espanhóis. O histórico de sua Formação Administrativa se inicia em 30-06-1862; pela Lei Provincial n.º 175 foi criada a freguesia de Nossa Senhora das Graças de Codajás. Distrito criado com a denominação de Nossa Senhora da Graça de Codajás, pela Lei Provincial n.º 175, de 30-06-1868. Elevado à condição de vila com a denominação de Codajás, pela Lei Provincial n.º 287, de 01-05-1874, desmembrada do município de Manaus. Sede na atual distrito de Codajás (anteriormente Nossa Senhora da Graça de Codajás), sendo o município instalado em 05.08.1875. Em 10-04-1891, pelo Decreto Estadual n.º 95-A, foi criado o termo judiciário de Codajás, subordinado à comarca de Coari. Posteriormente, foi o município dividido em quatro distritos: Codajás, Badajós, Anori e Anamã. Pela Lei Municipal n.º 06, de 17-07-1893, foram criados os distritos de Anamã e Anori e anexados ao município de Codajás. Em 27-09-1911, pela Lei Estadual n.º 682, foi criada a comarca de Codajás, que se instalou em 25-01-1912. O município foi então constituído de 3 distritos: Codajás, Anamã e Anori. Em 30-10-1913, pela Lei Estadual n.º 141, foi extinta a comarca. Em 25-11-1921, pela Lei n.º 1.126, ocorreu a instalação de Manacapuru, o termo de Codajás passou a subordinar-se o termo de Coari. Em 07-02-1922, pela Lei n.º 1.133, foi restaurada a comarca de Manacapuru a qual foi novamente anexado o termo de Codajás. Em 10-03-1924, pela Lei n.º 1.220, passou o termo de Codajás a subordinar-se novamente à comarca de Coari. Em 04-01-1926, pela Lei n.º 1.223, voltou mais uma vez o termo de Codajás a integrar a comarca de Manacapuru. Pelo Ato Estadual n.º 45, de 28-11-1930, a vila de Codajás foi suprimida, sendo seu território anexado ao município de Coari, como simples distrito. Em 14-09-1931, pelo Ato Estadual n.º 33, foi restaurado, ficando o termo judiciário subordinado à comarca de Manacapuru e o município constituído de um só distrito. Na divisão judiciária de

⁸ REIS, Arthur César Ferreira. História do Amazonas. (s/d).

⁹ Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes adaptado do Mapa de Curt Nimendaju (1944). IBGE, 2007.

1937, figura Codajás como termo único de comarca do mesmo nome. Em 30-03-1938, pela Lei Estadual n.º 68, a sede municipal recebeu foros de cidade. Na divisão administrativa, fixada pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1º de Dezembro de 1938, figura o Município de Codajás com três distritos: Codajás, Anamã e Anori. Os dois últimos foram criados pelo mesmo decreto citado, com território desmembrado do distrito-sede, mantendo até 1956 a mesma composição distrital e é sede da comarca do mesmo nome. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Codajás, Anamã e Anori. Assim permanecendo em divisão territorial datada 1-07-1955. A Lei Estadual n.º 117, de 29-12-1956, desmembra do município de Codajás os distritos de Anori e Anamã, para constituir o novo município de Anori. Em divisão territorial datada de 1-7-1960, o município foi constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-1-1979. Pela Emenda Constitucional n.º 12, de 10-12-1981 (Art. 2º - Disposições Transitórias), delimitado pelo Decreto Estadual

n.º 6.158, de 25-02-1982, é criado o distrito de Badajós e anexado ao município de Codajás. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

No século XIX, as investidas no interior da região, realizadas por funcionários do governo provincial com o intuito de encontrar lugares propícios ao assentamento de Colônias e Aldeamentos administrados e subordinados à Província do Amazonas, resultaram na identificação detalhada feita pelo Conde Rozwadowski da região dos lagos Miuá e Cudajás (*sic*) como atendendo tais expectativas:

Os que lhe parecerão preferíveis pela altura sobre o nível das maiores enchentes, pela forma da sua salubridade, e pela abundância de pescado, e dos vários frutos e drogas, que o solo produz espontaneamente [...]

Nº 9. N (Norte) - Miuá – Boca e laneiros do lago, com muitas ilhas de terra firme, isto é, não sujeitas à inundação. Já existem aqui vários moradores, além dos muras.

Nº 10. N (Norte) – Cudajás – Boca e barreiras dos lagos, que seguem pelos centros em considerável extensão. A comunicação que sai até o lago Capiuára (acima d'Ega) é praticável por igarités-grandes, e batelões em todo tempo. (Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas. Presidente Conselheiro Herculano Ferreira Pena (1853-1854): p. 33).

Os lagos mais notáveis são: os de Saracá, Manacapuru, Manaquery, *Cudajàs*, Anatazes, do Rei e Ananá (Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas. Presidente Conselheiro Herculano Ferreira Pena (1862): p. 29).

Convergindo com classificações relacionadas às condições favoráveis a instalação de aldeamentos, as relações sociais entre moradores são identificadas na esfera do poder público que opera tanto a definição de lagos como demarcadores de limites entre Codajás e Coari, ainda distritos, como a necessidade de atenção às contingências relativas aos deslocamentos de moradores no sentido da abrangência do poder de ação das instâncias responsáveis em manter a estabilidade da vida social, explicitando, assim, uma intensa realidade de vivências sociais refletidas aos olhos do governo provincial:

A portaria da presidência de 7 de junho ultimo (1866), aprovando a proposta do chefe de polícia, alterou a divisão dos distritos policiais de Cudajáz e Alvellos (Coary), ficando para o distrito de Cudajáz, na margem esquerda do Solimões, os lagos Trucary e Acará, e a margem direita do rio Cudajáz [*atual Rio Badajós*] desde o lago Trucary até na foz; servindo o lago Câmara de divisão dos seus distritos pela margem direita do mesmo rio Solimões. Esta nova divisão, atendendo aos comandos dos habitantes, que passarão a pertencer ao distrito de Cudajáz, do qual se acham muito mais próximos do que de Alvellos, facilita ao mesmo tempo a ação da policia (Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas. Presidente Ramos Ferreira. Relatório em 5 de setembro de (1866): p. 14; Divisão Policial).

A existência de numerosos lagos nas imediações da então Povoação de Cudajás remonta, como aspecto mister para o processo de ocupação ocorrido no século XIX, surgindo então uma feitoria de pescadores para onde, em 1864 convergiu José Manoel da Rocha Thury, vindo do Maranhão e iniciando fazenda de criação bovina denominando a localidade Barreiras de Codajás¹⁰ e também administrando a vinda de muitos migrantes:

Ao cidadão, José da Rocha Thury, se deve a vinda de mais de seiscentas pessoas de diversos pontos da província do Pará para os distritos de Cudajáz e Purus. De Villa Bella da Imperatriz, subiu para Cudajáz, há meses, o tenente Joaquim Cavalcante Falcão Barahuna acompanhado de algumas dezenas de moradores daquele município, que seguiram ao seu novo domicílio (Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas. Presidente João Wilkens de Matos (1870-71): p. 33).

Aldabalde (2010) ressalta que os relatórios provinciais eram dirigidos aos deputados provinciais e se constituíam na materialização das falas dos administradores. Para compreender o contexto em que se dá a sua produção é preciso considerar o próprio cargo da presidência, que remete ao marco histórico de transição das capitânicas para as províncias em 1821, pois a partir

¹⁰ *Codajás* resulta da palavra *curucudaiá*, contraído como é freqüência na língua, em *cudaiá*. Curucuda é um cipó, que se desenvolve nas margens dos rios, oferecendo uma fruta comestível, semelhante a castanha. Essa fruta recebe o nome de curucudaiá ou somente cudaiá, que significa: fruto do curucuda (MELLO, Octaviano. Topônimos Amazonenses. s/d).

de então os governantes seriam tratados pelo título de presidentes e nomeados pelo chefe máximo do império. Dessa forma, o cargo de presidente da Província seria instituído regularmente por lei em 20 de outubro de 1823. Cada presidente era nomeado pelo imperador e possuía as seguintes funções: administrar os órgãos e serviços provinciais, as obras públicas, a instrução pública, a tesouraria provincial e a secretaria de governo; sancionar, vetar e fazer executar as leis provinciais; nomear, suspender e demitir os empregados provinciais. Deveria haver no mínimo uma sessão de assembleia ao ano, quando então o presidente deveria levar sua fala, que seria base para o relatório impresso e publicado posteriormente. Antes de serem encaminhados às tipografias, os relatórios dos presidentes eram confeccionados como discursos político-administrativos autógrafos para serem lidos aos deputados e continham descrições detalhadas do estado em que se encontrava a Província, apontando questões relevantes ao desenvolvimento regional.

Portanto, os discursos apresentados nas assembleias provinciais eram a corporificação das atribuições do poder executivo provincial e os presidentes se incumbiam de realizar estes relatórios e publicá-los anualmente para efeitos de prova de sua administração frente ao imperador, as assembleias provinciais, outros presidentes de Província e todas as demais autoridades públicas superiores. A direção contida na abertura dos relatórios era referida aos deputados da Assembleia Provincial, que estabeleciam o orçamento anual para todos os municípios e aprovavam as posturas municipais. Cabia à própria Assembleia julgar e aprovar ou alterar resultados do processo eleitoral. A legislatura tinha mandato de quatro anos em eleição indireta, ou seja, era estável, ao contrário do presidente. Frente à constante mudança presidencial é notável a importância de um órgão estável para consecução de políticas públicas. Os presidentes não podiam deflagrar o processo legislativo apresentando projetos de lei, pois a iniciativa era exclusiva do poder legislativo. Ou seja, as políticas públicas necessariamente eram permeadas pela discussão e aprovação dos legisladores. Cabia aos deputados provinciais legislar sobre a instrução pública, divisão civil, judiciária e eclesiástica, podendo até mesmo alterar o local da capital. Um dos domínios da Assembleia Provincial estava na dependência dos municípios em relação aos deputados, pois estes deveriam analisar propostas das Câmaras Municipais e controlar as atividades financeiras dos municípios, aprovando seu orçamento e recursos para investimento. Cabia ainda à Assembleia a definição da estatística provincial; a criação de casas de socorro como hospitais, leprosários, abrigos de expostos; a catequese dos indígenas; a implantação de colônias de povoamento; a garantia da inviolabilidade dos direitos à propriedade e a segurança. O perfil dos deputados era de homens brancos a partir dos 26 anos

de idade com “decente subsistência comprovada”, ou seja, deveriam pertencer à elite econômica da Província.

Sobre a Província do Amazonas, Aldabalde (2010) elucida que o Arquivo da Província ligava-se à Secretaria do Governo, órgão que respondia pelo apoio à administração provincial e era subordinado ao presidente da Província. Datado de 1853, o primeiro relatório se refere ao “Arquivo da Câmara Municipal da Vila de Barcelos” e evoca o valor histórico dos documentos arquivísticos, remontando a memória documental que registrou os tempos da

“antiga Capitania do Rio Negro” e que, portanto, “possam interessar ao Governo ou a nossa História, especialmente as questões de limites”. Em suas conclusões Aldabalde (2010) ressalta:

Os arquivos, portanto, são mencionados nos relatórios como depósito das “tradições” e da “história” provincial que correspondem ao atual entendimento da memória pública institucional, e que da mesma forma que hoje, ofereceram uma retrospectiva conjuntural útil aos administradores provinciais na “dificílima ação da presidência que tantas vezes teve que recorrer ao passado”¹¹.

Portanto, esta história administrativa, ou o estudo do “passado” histórico-administrativo eram reconhecidamente elementos necessários para compreender o desenvolvimento e construção do estado em que se encontravam as ocorrências em âmbito provincial a fim de que fosse possível administrar racionalmente a província (ALDABALDE, 2010: p. 375).

Contudo, em seu contínuo estudo sobre os arquivos dos governos provinciais no período imperial Aldabalde (2010) explicita: “Em que pese a aparente identidade entre as atribuições do Governo (nas suas diversas áreas de atuação) e as das Secretarias de Governo, é importante ver nestas o lugar, por excelência, das atividades-meio, isto é, daquelas que se apresentam como suporte e veículo das finalidades do Estado. Podemos estudá-las, portanto, a partir das três grandes funções instrumentais que caracterizam sua organização no período imperial: expediente, publicidade (incluindo a impressão de atos oficiais e a elaboração de dados estatísticos) e arquivamento (ALDABALDA, 2010: p. 11).

A própria materialidade histórica destes documentos (relatórios de presidentes de Províncias) é exaltada no corpo dos textos analisados por Aldabalde (2010): “É interessante notar que no decorrer dos anos, os relatórios englobam uma série de argumentos em defesa dos

¹¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria, Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azere'o, 1861 p. 92.

investimentos e de medidas a favor dos arquivos, evocando diversas vezes o seu valor administrativo, histórico, legal, informativo e probatório” (ALDABALDA, 2010: p. 13).

No clássico ensaio *A pesca na Amazônia*, publicado originalmente em 1895, José Veríssimo traça um longo panorama de localidades, desde a Ilha de Marajó, no Estado do Pará, abrangendo lagos e afluentes dos rios Amazonas, Solimões, Negro, entre outros.

Os lagos de Codajás, no rio Solimões, Estado do Amazonas, aparecem neste elenco de *paragens* considerados *centros de produção*.

Toda ela [a região Amazônica] sendo profusamente cortada de águas e todas estas extremamente piscosas, não há lugar dela, pode-se dizer, onde a pesca não seja praticada, em maior ou menor escala. Paragens há, todavia, que por atraírem maior número de pescadores e produzirem maior porção de pescado, ou por se acharem mais perto de consumo e comércio, são mais conhecidas e citadas e, portanto podem ser consideradas *centros de produção*. Tais são para o pirarucu *os lagos centrais de Marajó, principalmente o Arari, que é também o maior da ilha*, os rios e lagos da Guiana brasileira ao norte do Araguari, os rios e lagos do Maicuru e todas as águas do sistema hidrográfico deste rio na comarca de Monte Alegre, a região de lagos entre a margem esquerda do Tapajós, município de Alenquer e Rio Curuá, o Lago grande de Vila Franca e águas adjacentes, o rio e série de Lagos do Paru, à margem esquerda do Trombetas, na comarca de Óbidos, os lagos e aguaçais entre o Trombetas, o Jamundá e o Amazonas, os lagos de Faro, formados pelo Jamundá, o Lago Arari, na Ilha dos Tupinambaranas, os lagos do Rei, de Tefé, **de Codajás no Solimões**, os lagos e aguaçais do Rio Negro, do Rio Branco e do Uaupés (VERÍSSIMO, 1895: p. 13-14).

Segundo Anísio Jobim (1934)¹², o surgimento do Povoado de Badajós, povoação que se configura com sua centralidade no Distrito de Badajós, data de 1880. Foi resultado de moradores que negociavam com os índios Muras, no lago Codajás (atual lago Badajós), tendo para lá emigrados do Ceará.

O Povoado de Badajós começou por um barracão, recebeu o nome de Badajós (Vila da Espanha), tendo-se perpetuado esta denominação, que se estendeu também ao rio. Já foi importante empório¹³ de goma elástica, tendo decaído grandemente de sua relativa prosperidade.

O florescente desenvolvimento desse povoado deve-se aos esforços do Capitão Cláudio Correia da Costa. Este operoso negociante, sem medir esforços, e somente pondo em ação a sua influência, conseguiu dos moradores a

¹² Manoel Anísio Jobim nasceu na cidade de Maceió, Alagoas em 1879. Chegou ao Amazonas no ano de 1912 para desempenhar as funções de Desembargador por diversas cidades do Estado. Durante esse período dedicou-se ao levantamento geográfico e histórico das vilas e cidades interioranas. In: BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias*; vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. pp. 72-75.

¹³ Def. Praça ou porto comercial de elevada importância; lugar importante como centro de comércio; estabelecimentos onde se vendem objetos de muitas espécies.

construção de muitas casas e de uma modesta igreja na orla do lago (JOBIM, 1934, p. 12).

A vinda de migrantes nordestinos para a Amazônia, no final século XIX, propiciou a formação de vários núcleos demográficos da região. Anísio Jobim (1934) evidencia, em seu texto, a relação entre o Povoado de Badajós e uma vila espanhola. Há uma cidade da Espanha de nome Badajóz, capital da província de Badajóz que “levanta-se sobre uma colina à beira do rio Guadiana, em sua margem esquerda, sete quilômetros da fronteira com Portugal”¹⁴. Talvez a similaridade de representações geográficas explique o nome atribuído por seus fundadores se considerarmos, segundo Faulhaber (1998), a presença de disputas por parte das Coroas Portuguesa e Espanhola por aldeamentos ao longo do rio Solimões, no séc. XVII, e o fato de missionários espanhóis atuarem ativamente nas regiões do Rio Japurá e Médio Rio Solimões até meados do século XX.¹⁵ Mas, há também a possibilidade de considerar as reverberações do histórico Tratado de Badajós.

Dessa forma, as representações sociais sobre os lagos do município de Codajás, como dentre os numerosos lagos da floresta Amazônica, processualmente são produzidas ao passo que conferem sentido, seja localizados como *centros de produção*, seja como localidade propícia ao povoamento.

A representação literária do lago Badajós foi comentada em *Terra de Icamiba*, primeiro livro do escritor Abguar Bastos, publicado em 1931, que teve como primeiro título *Amazônia que ninguém sabe*. O enredo em que o lago Badajós figura como cenário principal, está povoado de mensagens de cunho social que evocam, através do personagem principal, Bepe, morador do lugar, a urgência de formas de subversões locais como meio de modificar a situação de exploração vivenciada pelos moradores e operada por agentes do capitalismo.

Localizando o lago Badajós dentre os “círculos hidrográficos com fama de grandeza” logo nas primeiras linhas do romance, o escritor ressalta a fama de grandeza do lago dentre outros conhecidos lagos, a despeito das distâncias espaciais:

Depois das rebeliões quaternárias, Badajós alargou as suas águas e arredou as suas terras para o lado enorme do tempo.

Hoje, no lago de Badajós, há um silêncio comprido, que começa nos corações, e um silêncio de imensidade, que acaba nos astros.

Badajós compactua com outros círculos hidrográficos que têm fama de grandeza: Coari, Peorini, Mamiá, Anamã, Acará...

¹⁴ Fonte: Enciclopédia Novo Século. Vol. 2. Visor: 1989. pp 203.

¹⁵ Fonte: FAULHABER, P. *O lago dos espelhos*. Etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

Adiante está o Anouri, lago pequeno, que finge miniatura. As suas laranjeiras rebentam e os barcos arquejam, com as laranjas vermelhas, que são as mais doces do Solimões. Quando o arco-íris bebe água no Badajós, as flores se miram no ventre da aparição (BASTOS, Abguar [1931]. *Terra de Icamíaba*: romance da Amazônia, 1997).

O percurso desvelador dos discursos sobre os lagos do Município de Codajás, quando elencados de acordo com as representações que emergem socialmente dos referidos lagos, evidenciam a problematização da ideia de abundância. Nesta perspectiva a ideia disseminada é a de que há bens e recursos para todos, assim não se compete para criar estoques, o que ocorre é a situação de criação, o que aumenta o fluxo e diminui o custo das trocas de bens e recursos; quando os custos diminuem inclui-se aqueles que não podem pagar e assim a ideia de que tem para todos se auto realiza.

Contudo, o que incide sobre os discursos dos lagos do Município de Codajás, distrito de Badajós, como ambientes de considerada abundância em termos de propriedades naturais? Qual é o peso de tais representações em determinados contextos sociais nos quais adquirem relevância?

Sérgio Campos Gonçalves (2009) apresenta um estudo panorâmico sobre a análise discursiva que Michel Foucault prescreveu através da construção de seu método arqueológico. O método de análise das ciências do homem e sua teoria do discurso, como observado, foram apresentados por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber* (1969). A grande função desse método é tentar compreender as condições históricas e sociais que possibilitaram as irrupções de acontecimentos discursivos. Neste sentido, Foucault evidencia o desvelamento de regras próprias da prática discursiva buscando uma perspectiva entre os níveis da estrutura e o do acontecimento.

A análise das práticas discursivas, de acordo com a perspectiva arqueológica de Foucault, busca definir os discursos enquanto práticas que obedecem a regras formadas dentro e fora da linguagem. Consciente de que há um embate em torno do estatuto de verdade, do conjunto de regras através das quais se estabelece o verdadeiro e o falso, dessa forma, o que a arqueologia investiga é um domínio de saber dentro de um sistema lógico, linguístico e psicológico que configura determinado regime de verdade (GONÇALVES, 2009: p. 14).

Há uma uniformidade quanto à percepção e representação da noção e ideia de abundância que perpassa os discursos concernentes aos referidos lagos do município de Codajás. Porém, essa uniformidade abre-se a uma variabilidade discursiva quanto às formas de apresentar, de legitimar esse discurso.

Em *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1966) [1999], Michel Foucault empreende um profundo estudo sobre a história das classificações, das palavras, das trocas. Problematizando os códigos fundamentais da cultura, das ideias e suas práticas disseminadas no transcorrer do âmbito das relações humanas.

Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar (FOUCAULT, 1966: p. 16).

O tempo e o espaço são problematizados no movimento das semelhanças e diferenças.

O “olhar codificado” para os lagos do município de Codajás expressa a visualização de bens e recursos que se conformam para a apropriação humana. O “conhecimento reflexivo” converte em discurso político de povoação, ocupação e habitação dessas referidas localidades. As variáveis de configuração que convertem as características ambientais e físicas se aproximam em semelhanças que corroboram para unificar a proposição que se fundamentou mister para o delineamento do processo de conhecimento e reconhecimento desta região.

Assim, entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas, contínua e graduada ou fracionada e descontínua, ligada ao espaço ou constituída a cada instante pelo impulso do tempo, semelhante a um quadro de variáveis ou definida por sistemas separados de coerências, composta de semelhanças que se aproximam sucessivamente ou se espalham mutuamente, organizada em torno de diferenças crescentes (FOUCAULT, 1966: p. 17).

Frente às inquietações propositivas de instituições políticas, dúvidas quanto à localidade, o transporte e a incursão nessa região de interior amazônico, constata-se a produção de um conhecimento que envolve valores e percepções.

Tal análise, como se vê, não compete à história das ideias ou das ciências: é antes um estudo que se esforça por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual a priori histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer ideias, construir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticularem e logo desvanecerem. Não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer; o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a epistêmi onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou as suas formas objetivas enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas

do conhecimento empírico. Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma “arqueologia” (FOUCAULT, 1966: p. 18-19).

Como relacionar um discurso político a um discurso literário que pressupõe as características e os processos sociais de uma região historicamente alicerçada em bases de estrutura patronal e de extração de recursos naturais?

Trata-se em suma, de uma história da semelhança: sob que condições o pensamento clássico pode refletir, entre as coisas, relações de similaridade ou de equivalência que fundam e justificam as palavras, as classificações, as trocas? A partir de qual a priori histórico foi possível definir o grande tabuleiro das identidades distintas que se estabelece sobre o fundo confuso, indefinido, sem fisionomia e como que indiferente, das diferenças? (FOUCAULT, 1966: p. 21-22).

Em *A arqueologia do saber* (1969) [2008] Foucault apresenta o que busca a análise arqueológica:

O que busca a arqueologia é revelar a regularidade de uma prática discursiva que é exercida, do mesmo modo, por todos os seus sucessores menos originais, ou por algum de seus predecessores; prática que dá conta, na própria obra, não apenas das afirmações mais originais (e com as quais ninguém sonhara antes deles), mas das que eles retomaram, até recopiaram de seus predecessores (FOUCAULT, 1969: p. 163).

O que prevalece neste percurso investigativo é a regularidade de uma prática discursiva. Em se tratando de conformar os aspectos dispersos que compõem a visibilidade dos lagos do município de Codajás, a regularidade repousa na visibilidade preponderante acerca na situação de abundância, propriamente dita, de recursos naturais que caracteriza as referidas localidades, perpassando a noção de *centro de produção* conceituada por José Veríssimo (1895) até o delineamento literário como *círculo hidrográfico com fama de grandeza*, feito por Abguar Bastos (1931).

(...) pode ser o caso de coerências que estabelecemos no nível de um indivíduo – de sua biografia, ou das circunstâncias singulares de seu discurso -, mas que podemos também estabelecer segundo marcos mais amplos e dar-lhes as dimensões coletivas e diacrônicas de uma época, de uma forma geral de consciência, de um tipo de sociedade, de um conjunto de tradições, de uma paisagem imaginária comum a toda uma cultura. Sob todas essas formas, a coerência assim descoberta desempenha sempre o mesmo papel: mostrar que as contradições imediatamente visíveis não são mais que um reflexo de superfície; e que é preciso reconduzir a um foco único esse jogo de fragmentos dispersos. (FOUCAULT, 1969: p. 169-170).

Uma análise comparativa do discurso que remete a um efeito multiplicador, pois amplia as possibilidades de compreensão do universo de códigos, saberes e conhecimentos. Assim, da comparação entre discurso de um grupo político e um discurso literário emerge uma pluralidade de conceitos e visibilidades, de práticas que assinalam a importância do público ao qual se dirigem tais discursos.

O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois, uma ciência, uma racionalidade, uma mentalidade, uma cultura; é um emaranhado de interpositividades cujos limites e pontos de cruzamento não podem ser fixados de imediato. A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador. (FOUCAULT, 1969: p. 180).

É possível assim emergir um encadeamento de instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos articulados entre si. Nos últimos anos do Brasil Império a corrida por ocupar a região amazônica foi pautada pela “ideia” de abundância, estabelecido o sistema patronal seringalista na região as relações são processualmente construídas ao passo que conferem o sentido da exploração dos recursos naturais, contudo esses eram os objetivos iniciais quando da busca por lagos notáveis e propícios à ocupação e habitação.

A arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). Tais aproximações não têm por finalidade revelar grandes continuidades culturais ou isolar mecanismos de causalidade. Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se questiona o que pôde motivá-lo (esta é a pesquisa dos contextos de formulação; não busca, tampouco, encontrar o que neles se exprime (tarefa de uma hermenêutica); ela tenta determinar como as regras de formação de que depende – e que caracterizam a positividade a que pertence – podem estar ligadas a sistemas não discursivos; procura definir formas específicas de articulação (FOUCAULT, 1969: p. 182-183).

O caráter político que perpassa a ocupação e habitação da região dos lagos do município de Codajás se liga na atualidade a constituição de uma divisão inter-distrital municipal e ainda mais, confere as formas de delimitação de microrregião que tem em seus lagos os limites territoriais.

(...) a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva; ela tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, por isso, um *status* de pura idealidade e de total independência histórica; o que ela quer revelar é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu

tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidade diversas (FOUCAULT, 1969: p. 185-186).

Assim é que a tomada de discursos sobre os lagos do município de Codajás aparenta um determinado encadeamento de posições e disposições que é superado quando analisamos detidamente cada discurso.

Em outros termos, a ramificação arqueológica das regras de formação não é uma rede uniformemente simultânea; há relações, ramificações, derivações que são temporalmente neutras; há outras que implicam uma direção temporal determinada. A arqueologia não toma pois, como modelo nem um esquema puramente lógico de simultaneidades, nem uma sucessão linear de acontecimentos, mas tenta mostrar o entrecruzamento entre relações necessariamente sucessivas e outras que não o são. Não se deve acreditar, conseqüentemente, que um sistema de positividade seja uma figura sincrônica que só podemos perceber colocando entre parênteses o conjunto do processo diacrônico. Longe de ser indiferente à sucessão, a arqueologia demarca os *vectores temporais de derivação*. (...)

O discurso, pelo menos tal como é analisado pela arqueologia, isto é, no nível de sua positividade, não é uma consciência que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem; não é uma língua, com um sujeito para falá-la. É uma prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão (FOUCAULT, 1969: p. 190-191).

As mensagens de cunho social evocadas nas linhas ficcionais de Abguar Bastos vão de encontro ao escritor que põe visibilidade ao traçado geográfico já contido nos discursos políticos, mas que remete a uma realidade social enrijecida por um sistema de exploração dos recursos naturais e exploração social por parte do segmento patronal seringalista da época.

Os territórios arqueológicos podem atravessar textos “literários” ou “filosóficos”, bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas. (FOUCAULT, 1969: p. 205).

Assim, buscou-se compreender um percurso investigativo que contemplasse a análise dos discursos existentes que corroboram para a busca e construção sobre um saber dos lagos do município de Codajás relacionada à produção e disseminação de dados, informações, códigos e expressões situadas e datadas, mas que extravasam as figuras científicas epistemológicas chegando a compor um feixe de relações a serem consideradas.

1.3 Ideias de abundância, espaço e sociabilidade.

O percurso desvelador dos discursos sobre os lagos do Município de Codajás, quando elencados de acordo com as representações que emergem socialmente dos referidos lagos, evidencia a problematização da ideia de abundância.

Freitas (2012), assinalando o processo de intervenção europeia sobre os territórios e povos do Novo Mundo explicita: A emergência de uma “geografia da diferença” ao lado de um determinismo entre raça, calor e abundância de ouro faz parte das narrativas de classificação do ambiente e das populações americanas; uma geopolítica da conquista efetiva da prática de que os territórios são mais importantes do que os povos (FREITAS, 2012, p. 17).

Nesse sentido, especificar espaços sociais onde é recorrente a presença de abundância de recursos naturais traz a tona a reflexão sobre espaço e sociabilidade.

Em *Ensaio sobre as Variações Sazonais da Sociedade Esquimó* (1978) Marcel Mauss, estuda a *morfologia social* das sociedades esquimó e empreende um trabalho descritivo e explicativo do substrato material das sociedades, a “forma” assumida ao se estabelecerem num dado espaço físico, bem como o conjunto de relações em que se assenta à vida coletiva, para além de uma descrição etnográfica da sociedade em questão, pretende estabelecer relações que tenham certa generalidade a outros grupos sociais. Segundo Mauss, a apreensão da sociedade esquimó como linhas gerais para perceber e pensar sobre as demais sociedades assenta-se no aspecto privilegiado que é a variação de sua *morfologia* no decorrer das diferentes quadras do ano. Tais variações permitem estudar a maneira pela qual a forma material dos agrupamentos humanos, isto é, a natureza e composição de seu substrato, afeta os diferentes modos de atividade coletiva. Porém, antes de analisar as variações, Mauss está interessado em entender as constâncias. Sejam quais forem às mudanças por que ela passa, há certos traços fundamentais que permanecem sempre os mesmos e dos quais emanam particularidades viáveis. Para Mauss há um fundo permanente sobre o qual se produzem as variações periódicas que devemos descrever e explicar.

Observando as inconstâncias das sociedades esquimó em relação à linguagem distinta, denominações coletivas, estabelecimento de fronteiras, o autor verifica, porém, que a organização tribal não é de todo estranha, encontrando assim um certo número de agregados sociais que parecem apresentar determinados traços comumente considerados tribais, os quais na maior parte do tempo apresentam formas incertas, muito inconstantes.

Assim, exatamente a tribo não constitui uma unidade territorial. O que principalmente a caracteriza é a constância de certas relações entre grupos aglomerados e entre os quais as comunicações são fáceis, muito mais do que a adesão de um grupo único a um território com o qual se identifica e que fronteiras definidas distinguem nitidamente de grupos diferentes e vizinhos (MAUSS, 1978, p. 251).

O *estabelecimento* é, antes de tudo, a unidade territorial, nome que designa um grupo de famílias aglomeradas e unidas por laços especiais, que ocupam um habitat pelo qual se distribuem desigualmente conforme o período do ano, mas que constitui seu espaço de apropriação. Mauss se refere à necessidade de começar a entender o todo pela parte, mas sem jamais deixar de observar que a percepção de totalidade em si encerra uma multiplicidade de relações: “É necessário ver como os estabelecimentos se distribuem no território, qual é a sua dimensão, qual é a proporção respectiva dos diversos elementos que os compõem sob o aspecto das relações entre sexos, das relações de idade e de estado civil” (MAUSS, 1978, p. 254).

Atentando para a percepção do indivíduo de si mesmo e de sua atividade é possível desenvolver uma compreensão do que amalgama o espaço de interação social dos indivíduos, assim como o conhecimento que desenvolvem acerca do seu espaço de domínio.

Filomena Silvano em *Territórios da Identidade* (1997) trata das relações que os grupos sociais e os indivíduos estabelecem com o espaço, estudando a questão da identidade no contexto da transformação do espaço contemporâneo. Embora admitindo que a relação espaço/sociedade não é a única a integrar a dinâmica de constituição das identidades, a autora privilegia-a na construção do seu objeto de trabalho baseada na legitimação do campo disciplinar da antropologia do espaço: “A relação com o espaço é, por assim dizer, uma garantia universal da particularidade das identidades” (PAUL-LÈVY & SEGAUD, 1983, p.30 *apud* SILVANO, 1997, p.3).

Dessa forma, a morfologia, as práticas e as representações surgem como dimensões independentes, e não necessariamente coincidentes mediadas pelo espaço. E a mobilidade espacial surge como um elemento organizador das representações do espaço. Mobilidade que pode ser real ou simulada do ponto de vista daqueles que a vivem. A proximidade material do espaço de referência (correspondente ao espaço que serve de referência ao indivíduo, o “além” que sugere distinção) é irrelevante, pois, mesmo longínquo, ele organiza as representações e as práticas dos indivíduos e, conseqüentemente, estrutura a sua identidade, que passa a resultar de transferências várias entre os valores presentes e os valores ausentes. A mobilidade dos atores traduz-se na mobilidade das referências e esse processo resulta, dada à lógica de reconfiguração

das múltiplas referências, na produção de novas formas de representar o espaço, essencialmente traduzidas no aparecimento de formas mais complexas do que uma simples oposição de relacionar os espaços locais com espaços globais.

Estamos face a um problema de multiplicidade de escalas de representação do espaço. O ator móvel desloca-se entre espaços que se organizam a escalas diferentes e por isso o seu território não é homogêneo [...] A questão da identidade deixa assim de ser limitada ao espaço da comunidade em estudo (o lugar) para passar a integrar as interações que este estabelece com os espaços exteriores (SILVANO, 1997, p. 6).

A dinâmica da representação do espaço, segundo Filomena Silvano, é outro fator a ser considerado. As representações atualizam-se quando os indivíduos as convocam, normalmente em contextos de comunicação/negociação que envolve pontos de vistas diversos. Pontos de vistas esses, potencialmente capazes de originar aproximações e distanciamentos, acordos e conflitos, consensos e dissensos, ao menos no plano das representações.

Silvano pensa o espaço a partir de duas lógicas: a do pensamento representativo (pensamento sociocêntrico e estável que fixa, através da memória coletiva e por vezes do ritual, as configurações espaciais) permite que os grupos sociais se situem em um espaço de ancoragem estável; e a do pensamento operatório é suscetível de integrar e coordenar a diversidade cultural numa representação projetiva do território e, por isso, permite que os grupos sociais pensem e realizem suas transformações.

A análise contempla a ideia de que os lugares relacionam-se uns com os outros enquanto partes integrantes de espaços mais vastos. E por essa linha condutora de entendimento do espaço, o sentimento de pertença a um espaço específico é reforçado pela referência a outros espaços. Espaço de pertença e espaço de referência são duas modalidades, enunciadas por Silvano, através das quais o grupo social constrói seu território. O partido teórico considera o espaço como uma construção simbólica; construção esta operada a partir de um ponto de vista. Dessa forma, o espaço não pode ser representado se não se operarem disjunções que opõem o aqui ao além. Trata-se de trabalhar as formas de relação com o além, o que significa frequentemente estudar as formas de relação com o outro. E como um sujeito é colocado no interior dessa relação, um discurso sobre território não se instaura se não houver uma identificação do sujeito do discurso com um lugar que se opõe a um outro lugar. Sendo necessário distinguir o lugar da enunciação e o lugar enunciado, o estudo conclui que não há território sem posicionamento prévio, e há tantos lugares quantos os pontos de vista. Portanto, para compreender a relação entre o sujeito produtor do discurso e o território representado (considerado sempre como uma relação

entre diferentes recortes espaciais) baseia-se nas noções de espaço de pertença, espaço objeto e espaço de referência: o *espaço de pertença* corresponde ao lugar de identificação do indivíduo; o *espaço objeto* corresponde ao espaço de atuação do indivíduo, é o objeto de sua ação, o “aqui”; e o *espaço de referência* é o espaço que lhe serve como “além”.

Em *Sobre Comunidade* (1987) a compreensão da comunidade, de um determinado modo de vida em comum, em sua dimensão relevante, é refletida na filosofia social de Martin Buber que é a afirmação da condição relacional do homem. Em sua afirmação da comunidade autêntica, a que se manifesta na relação direta entre homens, Buber rejeita ao mesmo tempo o individualismo atomístico e o coletivismo totalitário. Contra ambos, Buber aponta a visão de uma “comunidade orgânica”, uma “comunidade de comunidades” construída por pequenas comunidades. O autor afirma enfaticamente que a meta da comunidade é a própria comunidade, negando qualquer possibilidade de se reduzir o “comum”, a existência plural, a uma unidade. A comunidade é uma pluralidade que deve ser preservada da subordinação a qualquer aparelho unificador. Nesta pluralidade as pessoas veem assegurado a singularidade de sua condição humana. A pluralidade, condição necessária para a comunidade, tem dupla característica: igualdade e distinção. Igualdade não no sentido de igualdade de nascimento, mas igualdade de condição de existência comum no espaço comum da comunidade. Tal igualdade vai de par com a distinção, ela não é a redução ao idêntico, ao invariável, mas paridade fundamental que autoriza a participação da palavra que nos distingue do outro manifestando-nos nossa identidade própria. O Eu-Tu não autoriza a fusão no outro, mas é a relação recíproca e total no outro.

A comunidade exige o espaço comum da ação recíproca, espaço que não é geométrico ou uma estrutura social, mas o lugar que dá origem, princípio (*archein* no duplo sentido de colocar em movimento e sustentar) da relação. O “entre-dois” é este espaço ontológico cuja característica é reunir sem fundir uma na outra – igualdade e distinção-; é o “entre-dois” que autoriza o intervalo que congrega a distância. O “entre-dois” funda o espaço público como espaço comum que permite não o “estar-diante-do-outro”, mas o face a face direto que interdiz o anonimato. O homem se torna Eu na relação com o Tu, afirma Buber.

Na discussão acerca da socialização, a vida de grupos entendidos como unidades, Georg Simmel (2006) fundamenta seus questionamentos em investigações relativas à diferença entre as características essenciais do sujeito da sociedade e da vida individual, buscando entendê-las a partir de uma perspectiva de “interação” e elucidar até que ponto nós podemos separar ou integrar o nível social e o nível individual. A questão analítica posta dessa maneira não direciona a ênfase somente para sociedade (Durkheim), ou para o indivíduo (Weber); o que direciona esta

perspectiva é o entendimento do peso que o indivíduo tem dentro de um grupo social, assim como também a interferência dos grupos sociais nos indivíduos. Ao atribuir relevância à unidade do grupo que se sustenta sobre os indivíduos, seus componentes, Simmel ressalta a importância que deve ser dada a esta unidade, tratando-a “*como se ela fosse um sujeito com vida, leis e características internas próprias*”.

Nesse sentido, o autor problematiza as determinações do grupo e as hesitações do indivíduo intencionando verificar a liberdade individual e as determinações naturais das ações de coletividade; se as ações das sociedades têm um propósito e uma objetividade muito mais definidos que o individual, considerando que os objetivos do espírito público, de uma coletividade em geral, correspondem àqueles que o indivíduo deve apresentar para si mesmo como os mais fundamentalmente simples. Segundo Simmel, o indivíduo sofre impulsos fundamentais a partir dos quais ele pode se associar de modo conveniente, a seu gosto, a muitos outros indivíduos. O que implica a definição de um “mínimo ético”, como as primeiras e essenciais condições de vida de conjuntos grandes e pequenos. O indivíduo considera as normas – condição sob a qual ele pode existir externamente como ser social – como também se liga, a partir delas, a uma grande quantidade de outras leis. Diante desta composição, o autor verifica as condições do pertencimento grupal do indivíduo: uma diferença de nível entre a coletividade e o indivíduo, constatado dentro de um espírito de uma sociedade que se desenvolveu ao longo do tempo, onde os elementos espirituais que penetram o indivíduo como tradições conscientes e inconscientes se evidenciam de maneira tanto mais segura e individual a ponto de se tornarem próximos às expressões imediatas e às necessidades da vida; porém, à medida que vão se aprimorando, tornam-se mais ou menos individuais. Dessa forma, é observando a diferença perante os outros seres que o indivíduo determina em grande parte sua atividade. Assim, o espírito subjetivo, diante de uma igualdade geral que atinge a mesma importância da diferença, apreende a igualdade na forma inconsciente e a diferença na forma consciente.

E nesse sentido a análise de Pierre Bourdieu acerca da casa kabyle em *A casa kabyle ou o mundo às avessas* (1999) contribui para a assimilação da perspectiva que contempla as inter-relações entre indivíduos face às estruturas postas, pois o autor focaliza a organização do espaço e a orientação dos objetos e das atividades, transpondo a percepção única das utilidades e necessidades técnica das coisas, assinalando com isso a diferenciação e distinção entre espaço geográfico e espaço de interação social. Bourdieu visualiza o complexo código cultural que a construção da casa e sua organização encerram ao mesmo tempo em que “camuflam” à

apreciação desinteressada; o autor compreende o princípio lógico que comanda o próprio modo de estabelecer relações, enfatizando o aspecto das relações sobre as próprias coisas.

1.4 Crença e justificação na produção do discurso sobre a área de estudo.

Uma duplicidade de espaços é tanto percebida quanto efetivada quando nos referimos a comunidades de moradores de áreas adjacentes a lagos: seja no espaço indiviso e juridicamente considerado público¹⁶ de rios e lagos, seja no espaço terrestre das áreas que configuram margens dos mesmos. Há uma uniformidade quanto à percepção e representação da noção e ideia de abundância que perpassa os discursos concernentes aos referidos lagos do município de Codajás. Porém, essa uniformidade abre-se a uma variabilidade discursiva quanto às formas de apresentar, de legitimar esse discurso. Dessa forma, os conceitos evidentes se assentam na percepção relacionada ao seu espaço de deslocamento, mobilidade, atuação, atividade e práticas sociais. Contudo, como no meio da trama coletiva da existência surge e se impõe a individuação? Como os discursos produzidos e reproduzidos são evidenciados no delineamento das percepções e práticas sociais dos agentes cognitivos?

A crença como representação do mundo elaborada pelo agente cognitivo é conducente à verdade. Justificação é a atividade de fundamentar uma crença. É uma relação adequada que deve existir entre a satisfação da condição de crença e a satisfação da condição de verdade e no contexto epistemológico pode, em linhas gerais, ser compreendida também como sinônimo de ‘racionalidade’ (o termo ‘justificação’ pode ser interpretado analogamente como possuindo o mesmo sentido do que o termo ‘racionalidade’).

Luz (2013) elabora sua discussão teórica a partir do conhecimento proposicional: “o que significa em sentido proposicional conhecer?” A condição da crença é indispensável numa definição plausível de conhecimento. Assim, não é preciso definir a noção de verdade para que sigamos com as investigações sobre o conhecimento.

Ricardo Guimarães em *Conhecimento e justificação na epistemologia da memória* (2009) analisa o aspecto epistemológico da memória, buscando compreender minimamente o que significa a mesma estar vinculada com o conhecimento, e se de fato a memória necessariamente conduz fidedignamente ao conhecimento. Aprofundando-se nas fontes do conhecimento e na epistemologia da memória, Guimarães (2009) elucida que de maneira geral

¹⁶ Consideramos a Constituição que designa águas de domínio público.

temos essencialmente seis fontes principais de conhecimento, a saber: percepção, memória, razão, raciocínio, introspecção e testemunho.

Dizer que uma fonte de conhecimento é básica é atribuir à mesma uma produção de conhecimento que não dependa de outras fontes de conhecimento e justificação. Nesse sentido, a percepção, o raciocínio, a razão e a introspecção podem, grosso modo, serem consideradas fontes básicas de conhecimento, pois independem de outras, uma vez que o acesso cognitivo às informações recebidas pelo agente epistêmico é direto, sem a intermediação de nenhuma outra faculdade. Já a memória e o testemunho, duas das mais importantes fontes de conhecimento e justificação, não são fontes básicas de conhecimento, uma vez que dependem primariamente da percepção e da própria memória, respectivamente [...]. É importante apreender que a função básica da memória, como faculdade responsável pela evocação no presente das informações obtidas no passado, é a faculdade da lembrança. Em certa medida podemos dizer que o conhecimento memorial deriva da percepção, mas não todo: se a aquisição do conceito de algo se dá no exato momento desta apreensão, não há a necessidade da recordação deste algo para formar a crença no mesmo, onde as crenças perceptuais e memoriais são formadas simultaneamente, neste caso. A percepção, de uma maneira geral, pode ser considerada uma fonte básica e independente de conhecimento porque pressupõe uma relação causal direta entre o sujeito cognoscente e a coisa, o objeto a ser conhecido, não havendo a mediação de nenhuma outra faculdade neste caminho entre a apreensão perceptual da coisa, seja visual, auditiva, tátil e olfativa, e a representação da mesma na mente do sujeito cognoscente (GUIMARÃES, 2009: p. 20).

Neste sentido, considerando a crença na apreensão da abundância referente aos lagos de Codajás, lagos Badajós, Piorini e Acará, em que base se assenta sua justificação? Até que ponto os discursos condizentes a situação de vivências da abundância de recursos naturais dos referidos lagos se efetiva e se propaga no âmbito das comunidades de moradores da área de estudo?

Raymond Williams (2011) em *Cultura e Materialismo* debruça-se sobre o estudo e análise sobre a ideia de natureza, segundo o autor a ideia de natureza contém uma quantidade extraordinária de história humana. A discussão, para o autor centra-se na composição frequente de que a ideia da natureza é a ideia do homem; e isso não apenas de modo geral ou absoluto, mas a ideia do homem na sociedade e, de fato, as ideias de tipos de sociedade. O fato de tornarmos a natureza singular, abstrata e personificada oferece-nos ao menos uma conveniência: permite-nos olhar, com uma clareza incomum, para algumas interpretações bastante fundamentais de toda a nossa experiência. A natureza pode ser algo simples, uma força ou um princípio, mas essas definições possuem uma história real (WILLIAMS, 2011).

A representação literária do lago Badajós foi comentada em *Terra de Icamiba*, primeiro livro do escritor Abguar Bastos, publicado em 1931, que teve como primeiro título *Amazônia que ninguém sabe*. O enredo em que o lago Badajós figura como cenário principal, está povoado

de mensagens de cunho social que evocam, através do personagem principal, Bepe, morador do lugar, a urgência de formas de subversões locais como meio de modificar a situação de exploração vivenciada pelos moradores e operada por agentes do capitalismo.

Localizando o lago Badajós dentre os “círculos hidrográficos com fama de grandeza” que incluem também os lagos Piorini e Acará, logo nas primeiras linhas do romance, o escritor ressalta a fama de grandeza do lago dentre outros conhecidos lagos, a despeito das distâncias espaciais. A referida região volta a ser revisitada por personagens delineados por Abguar Bastos em sua obra literária *Safra: o romance da vila* (1937), publicada seis anos após *Terra de Icamiba* (1931). O romance se passa na então Vila de Coari (atual cidade de Coari, Estado do Amazonas), aproximadamente em 1926, quando a produção e comercialização da borracha estão em declínio e o trabalho que envolve a coleta e comercialização da castanha assume grande importância. Centrado nas relações sociais estabelecidas em castanhais (extensas áreas de terras nas quais a coleta da castanha é a atividade majoritariamente praticada), o enredo está datado no mesmo período de vivências do escritor na cidade de Coari.

Marco Aurélio Coelho de Paiva (2008) em *Um outro herói modernista* a partir de uma análise do romance de estreia de Abguar Bastos, *Terra de Icamiba*, intenta demonstrar como a cisão do movimento modernista em diferentes vertentes estéticas e políticas foi apreendida por autores de regiões mais distantes dos centros culturais do país. Se o movimento de 1922 representou uma pretensa ruptura com o passadismo literário, ele acabou por converter-se em um momento decisivo para a formação de um campo literário no Brasil. O romance inaugural de Abguar Bastos ganha importância em função de sua divergência com Mário de Andrade quanto às temáticas da nacionalidade e do regionalismo, fazendo reverberar por outras regiões e cenáculos literários os debates acerca dos rumos do movimento. O entendimento de uma sociologia singular a presidir o processo de criação artística e literária pode nos fazer melhor dimensionar o tipo de articulação a ser estabelecida entre uma obra cultural e o seu tecido próprio social. O que se busca é a análise dos meandros que fundamentaram por parte do autor a formulação de uma dada representação regional.

Abguar Bastos nasceu em Belém no dia 22 de novembro de 1902. Seus estudos primários e secundários foram realizados em sua cidade natal até 1921, quando ingressou na Faculdade de Direito em Manaus, bacharelando-se em 1925. Começou a trabalhar como bancário em Belém e, depois, ocupou o posto de secretário da prefeitura da cidade de Coari, no interior do Amazonas; em seguida, assumiu interinamente o cargo de prefeito. Entre 1926 e 1928 exerceu o ofício de tabelião em um cartório, tornando-se logo depois, já em 1929, redator de debates da

Assembleia Legislativa do estado do Amazonas¹⁷. A atividade jornalística, por sua vez, marcou tanto o seu ingresso no “mundo das letras” como a sua inevitável inserção nos pequenos círculos intelectuais de Manaus e de Belém. No início dos anos 40 já desfrutava a posição de um autor de referência de uma literatura nortista, uma espécie de expressão legítima e legitimada de uma literatura amazônica. Sua carreira literária já havia, inclusive, desdobrando-se em uma carreira política. Sua participação efetiva na Revolução de 1930 propiciou uma aproximação com os grupos políticos vitoriosos do movimento. Tornou-se, por conta disso, assessor direto do então interventor no estado do Pará e parlamentar nos anos seguintes. Mas, em função do seu engajamento político na Aliança Nacional Libertadora, a eclosão do Estado Novo em 1937 encurtou o seu mandato de deputado federal.

Segundo Paiva (2008), o delineamento do “herói regional” em tudo diverge do “herói nacional” forjado por Mário de Andrade. Se Macunaíma, paradoxalmente, tinha como principal característica a ausência completa de “caráter”, entendido esse termo não no sentido estritamente moral, mas no sentido de não possuir uma “forma definitiva” e estável (daí suas mudanças e andanças um tanto quanto desordenadas ao longo da narrativa), Bepe, o herói de *Terra de Icamiba*, é dotado de, inversamente, um “caráter” fixo e rígido.

Em todas as regiões há um indivíduo que se destaca. É o gênio do lugar.
 O de Badajós é o altaneiro, compacto e brônzeo.
 Novo e possante Aniaoba desafia, com o peito nu, a valentia das raças. Chama-se Bepe.
 Conhece os lagos e seus arredores. Conhece-os, dentro do meio dia, com os olhos profundos, ou, de tato, dentro da treva. Nem um fenômeno mesológico ou milagre geogênico lhe surpreende as décadas itinerantes. Os seus instintos advinham as metamorfoses do tempo, matematicamente como os sábios.
 Advinham as chuvas, os ventos, os rumos, as cheias.
 Nas frentes difíceis o gênio de Badajós não muda.
 Quando diz: eu vou e volto, volta mesmo.
 O trabalho é a disciplina de sua força e a esperança disciplina-lhe o coração
 [...] (Bastos, 1997, p. 2).

Na trama de *Terra de Icamiba* Bepe combate os poderosos e estrangeiros, alia-se claramente aos estratos sociais rebaixados e oprimidos; deixa a cidade de Belém com seus modismos e opta por habitar os recônditos da selva. Lá ele lidera um punhado de caboclos, índios, negros e migrantes nordestinos em uma rebelião contra os estrangeiros e poderosos da região, e funda, utopicamente, ao final do romance, após peregrinar pela selva em busca da

¹⁷ Dados biográficos de Beloch e Abreu (1984) e Menezes (1978).

“terra das icamiabas”, uma sociedade assentada na ausência de desigualdades sociais e da exploração de uns sobre os outros.

Abguar Bastos, logo no pórtico de seu romance, explicita seus objetivos na elaboração daquela narrativa, insinuando de maneira clara o tipo de relação a ser estabelecido entre a realidade e sua respectiva expressão simbólica, então devidamente ajustada:

Fiz um livro na Amazônia. Ajustei os símbolos à realidade. Procurei o homem na paisagem da vida, mas fixei a vida no panorama da terra. Andei, vi, percrustei [...]
As histórias estão tatuadas nas gentes, talhadas nas pedras, calcadas nas árvores, delineadas na terra, submersas nas águas. Todos podem lê-la convenientemente. É questão de querer descer ao chão e escutar, com amor, os corações subterrâneos [...] (BASTOS, 1997, p. iii)

Segundo Paiva (2008) sendo a Amazônia tradicionalmente representada como uma região envolta por uma aura de mistérios e mitos, os intentos e as pretensões de Abguar Bastos estavam focados em “desvelar” o substrato social a engendrar e dar corpo a essa variedade de lendas e mitificações. Contudo, apesar de lançar mão do fabulário e das mitologias disseminadas pela região na composição da narrativa, o seu modo de entender a sociedade amazônica ancorava-se em certa prioridade conferida ao aspecto econômico como instância da explicação válida, ganhando primazia, portanto, ante qualquer outra esfera ou dimensão da realidade social, acreditando assim, conferir um diagnóstico mais consistente ao todo regional. Nesse sentido, seu projeto literário estava aproximado, de fato, da fatura daquilo que viria ser os romances sociais surgidos ao longo da década de 30. Paiva (2008) ainda assinala que embora esse primeiro trabalho literário de fôlego de Abguar Bastos ainda pudesse ser aproximado das resoluções estéticas propagadas pelo primeiro modernismo, o que chama a atenção de sua narrativa, entretanto, é a preocupação com o “solo social” da região. O próprio nome do herói do romance, Bepe, foi resgatado por Abguar Bastos da mitologia indígena tariana, habitante do alto rio Negro.

Capítulo 2

Chegando aos lagos Badajós, Piorini e Acará

Chegar à área de estudo com a perspectiva e o objetivo investigativo pressupõe o estar assentado em vias teórico metodológicas da interface construtiva do objeto, baseado no estudo exploratório entrelaçado as condições empíricas dispostas.

Nesse sentido, esboçamos a transversalidade da reflexão do aporte teórico desenvolvido no primeiro capítulo no que diz respeito aos discursos dos lagos Badajós, Piorini e Acará, para alinharmos as bases conceituais reflexivas no presente capítulo.

Assim, o desencadear das ideias se direciona para a compreensão das representações de vida. Partimos da sociologia clássica de Durkheim referente às *representações sociais*, seguimos o percurso compreensivo de Weber na elaboração de *ethos* e no conceito relacional de *habitus* forjado por Bourdieu. A este desencadear conceitual vem o encontro do pensamento de Schultz, que na confluência da sociologia compreensiva de Weber, aponta para as representações da experiência vivida, apresentando soluções originais para a problemática da *intersubjetividade*. Ao indagar sobre a essência do ser humano, sobre que é ação social a resposta de Schultz decorre do pensamento weberiano. Weber define ação como “um comportamento relativo ao objeto”, ou seja, um comportamento motivado por uma intenção, o qual o indivíduo relaciona a uma dimensão subjetiva; com base nessa proposição Schultz considera a ação como uma atitude consciente e voluntária empreendida por um sujeito dotado de intencionalidade.

Émile Durkheim no clássico *As regras do método sociológico* (2004) delinea e solidifica os conceitos de representações sociais, definindo fato social e esquematizando a trama metodológica com que estudou os fenômenos sociais.

Se, como nos concedem, essa síntese *sui generis* que constitui qualquer sociedade dá origem a fenômenos novos, diferentes dos que ocorrem nas consciências solitárias, deve-se admitir que esses fatos específicos residem na própria sociedade que os produz e não nas suas partes, quer dizer, nos seus membros. São, portanto, neste sentido, exteriores às consciências individuais consideradas como tais, do mesmo modo que os caracteres distintivos da vida

são exteriores às substâncias minerais que compõem o ser vivo. Não podemos reduzi-los aos elementos sem nos contradizermos, uma vez que, por definição, supõem algo mais que o que contêm esses elementos. Assim se justifica, por uma nova razão, a distinção que mais longe estabelecemos entre a psicologia propriamente dita, ou a ciência do indivíduo mental, e a sociologia. Os fatos sociais não diferem apenas qualitativamente dos fatos psíquicos; *possui um outro substrato*, não evoluem no mesmo meio, não dependem das mesmas condições. Isto não significa que não sejam também, de certo modo, psíquicos, visto consistirem todos em maneiras de pensar e agir. Mas os estados da consciência coletiva são de uma natureza diferente da dos estados da consciência individual; são representações de outro tipo. A mentalidade dos grupos não é a dos particulares; tem as suas leis próprias. As duas ciências são tão nitidamente distintas quanto isso possa ser possível, quaisquer que sejam as relações que, de resto, as aproximem (DURKHEIM, 2004: p. 20-21).

Que a *matéria* da vida social não possa ser explicada por fatores puramente psicológicos, quer dizer, por estados da consciência individual, nos parece evidente. Desse modo, o que as apresentações coletivas traduzem é a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo é constituído de modo distinto do indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos nem os mesmos objetos não podem depender das mesmas causas. Para compreender a maneira como a Sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, é a natureza da sociedade, e não a dos particulares, que devemos considerar. (DURKHEIM, 2004: p. 21).

Max Weber vê o fenômeno da racionalização como principal características do desenvolvimento das sociedades ocidentais, essa racionalização equivale à organização metódica das atividades, a capacidade de prever os resultados e o controle da eficácia dos processos e meios acionados para atingir os objetivos, nesse sentido o *ethos* pressupõe a compreensão e a articulação de diversos elementos sociais.

Ao estudarmos qualquer problema da história universal, o produto da moderna civilização europeia estará sujeito à indagação sobre a que combinações de circunstâncias se pode atribuir o fato de na civilização ocidental, e só nela, terem aparecido fenômenos culturais que, como queremos crer, apresentam uma linha de desenvolvimento de significado e valor *universais* (WEBER, 2005:p. 23).

Racionalizações dos mais variados tipos têm existido em vários setores da vida, em todas as áreas da cultura. Para caracterizar suas diferenças de um ponto de vista da história da cultura. Para caracterizar suas diferenças de um ponto de vista da história da cultura é necessário saber quais setores foram racionalizados, e em que direção. Por isso, nossa primeira preocupação é desvendar e explicar a gênese e a peculiaridade do racionalismo ocidental e, por esse enfoque, sua forma moderna (WEBER, 2005:p. 32).

Dois ensaios anteriores foram inseridos no início, como tentativa de abordar um aspecto importante do problema, que em geral é mais difícil de ser apreendido: a influência de certas ideias religiosas no desenvolvimento do espírito econômico, ou o *ethos* de um sistema econômico. Nesse caso, estamos

lidando com a conexão do espírito da moderna vida econômica com a ética racional da ascese protestante (WEBER, 2005: p. 32).

Pierre Bourdieu forja a noção de *habitus* como estrutura estruturada estruturante onde a ação social é governada por disposições adquiridas pela imersão contínua em jogos sociais.

Alfred Schultz elabora seu pensamento apresentando soluções originais para a problemática da intersubjetividade, lançando o tema da subjetividade numa perspectiva sociológica que confere a importância das inter-relações sociais consubstancializando as representações da experiência do mundo vivido.

Codajás não tem aeroporto. A forma mais usual de chegar até a cidade é através de “recreios”, grandes barcos a motor, também denominados navios quando se trata de barcos de ferro, ou barcos de pequeno porte que partem da cidade de Manaus, do Porto Fluvial ou do Porto da Feira da Manaus Moderna, em uma viagem com duração em média de 17 horas, realizando o transporte de passageiros e cargas através de linhas regulares que ligam Manaus às cidades de Codajás, Coari e Tefé, no curso do rio Solimões ou 5 horas de viagem em embarcação chamada A Jato (lanchas de linha comercial). Os deslocamentos entre, a cidade de Codajás, aglomerado urbano, e as áreas denominadas aglomerados rurais¹⁸ do município, são de responsabilidade da esfera da administração política municipal. Porém, relações de vizinhança, compadrio e outras formas de reciprocidade proporcionam o que os moradores locais denominam “conseguir uma passagem”, ou seja, moradores das áreas rurais que não dispõem de meios de transporte próprio, canoas, lanchas ou barcos, contatam vizinhos, parentes ou compadres que possuem tais meios, como forma de realizarem seus deslocamentos de ida a cidade de Codajás e retorno à sua área rural de moradia.

Codajás possui um intenso fluxo de pessoas e atividades concentradas na rua principal que se localiza em frente à cidade, nela estão dispostas lojas de roupas, comércio em geral (mercados, drogarias, lanchonetes), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Colônia de Pescadores de Codajás, a Casa de Cultura, uma praça, seguindo às margens do rio Solimões está o porto flutuante de Codajás, Terminal de Cargas e Passageiros Nathan da Silva Bastos, o posto de abastecimento de gasolina/combustível que atende o abastecimento de embarcações fluviais e um complexo de lazer que possui dois campos de futebol de areia. Nesse espaço encontram-se moradores, passageiros que chegam ou estão de partida aguardando o barco, vendedores ambulantes, carregadores de bagagens que tem o seu trabalho estreitamente ligados ao movimento de passageiros e barcos, carregadores de mercadorias que chegam de Manaus assim

¹⁸ Classificação vigente elaborada pelo IBGE, 2000.

como de outras cidades. O Porto flutuante é um local de intensa movimentação, constantemente acumulam-se aí grandes quantidades de madeira, sacas de açaí, caixas de frutas, e muitos outros produtos destinados, a grande maioria, à Manaus; barcos, navios, canoas e lanchas encostam e permanecem nas proximidades da orla da cidade, está é composta por muitos flutuantes, dentre estes alguns são somente moradia de famílias, outros são além de moradia estabelecimentos comerciais onde são vendidos peixes, gelo, combustível para embarcações, frutos como castanha, açaí, banana e outros. Barcos e canoas de pescadores também se concentram na orla da cidade. Bares e pontos de mototáxi¹⁹ também compõem os espaços de sociabilidade ao longo da rua principal da cidade, onde o fluxo de bicicletas, motocicletas e carros dos carregadores de mercadorias e bagagens é constante.

Percorrendo as ruas de Codajás vê-se o cotidiano de uma cidade onde as atividades relacionadas à pesca são marcadas: veem-se moradores em frente às suas casas tecendo ou consertando redes de pesca, denominadas malhadeiras. Em algumas casas nota-se grandes redes de pesca que foram tingidas²⁰ estendidas no pátio. A pesca no trecho do rio Solimões em frente à cidade é recorrente o ano inteiro²¹, o movimento de pescadores embarcados em canoas e barcos pequenos, utilizando redes de pesca pode ser observado de uma margem à outra do rio. As chegadas e partidas de pescadores com destino aos igarapés e lagos da região são eventos que congregam familiares que estavam à espera do produto da pescaria para a venda ou alimentação diária.

A venda de peixes é realizada na feira da cidade, porém há outros locais onde são negociados os produtos das pescarias, destinados ao consumo local dos moradores: no Porto Flutuante da cidade assim como também nos flutuantes localizados na orla de Codajás; porém, com frequência vê-se homens, jovens e crianças, vendendo peixes, nas ruas dos bairros Colônia e Laguiño, pescados no rio Solimões.

O acesso ao distrito de Badajós, partindo da cidade de Codajás, é realizado por via fluvial, numa distância total percorrida em 12 horas em uma embarcação de médio porte²² também conhecida por “recreio” que viaja até o lago Badajós. A região torna-se de difícil acesso dada a distância e a inexistência de rotas e linhas fixas de transporte fluvial entre o lago Badajós e a

¹⁹ Mototáxi convencionou-se chamar o meio de transporte no qual um motociclista oferece serviço de transporte em motocicleta. Em Codajás é o meio de transporte mais usual em concomitância com a bicicleta.

²⁰ Tingir redes de pesca convencionou-se uma técnica usada para atrair determinadas espécies de peixes.

²¹ Segundo relatos de moradores da cidade colhidos quando da realização de pesquisa de campo.

²² Embarcação de porte menor se comparada aos barcos comerciais que realizam o transporte de passageiros e cargas entre as cidades do Estado do Amazonas.

cidade de Codajás. Dificuldade acentuada no período da vazante e seca da região amazônica, ocorrido entre os meses de junho a novembro, devido à diminuição do volume de águas nos rios e a formação de praias na região estudada, o que aumenta a probabilidade de ocorrência de acidentes.

Porém, o fluxo de moradores dessa região que se deslocam por meio de canoas motorizadas²³ até a cidade de Codajás, assim como desta até o lago Badajós é constante. A administração municipal disponibiliza um barco ao fim de cada mês para os moradores se deslocarem até a cidade de Codajás, permanecendo durante uma semana na cidade e retornando ao lago após esse período. Existe também um barco que realiza esse trajeto, no início de cada mês, mais voltado ao transporte de produtos da região – peixe, banana, madeira, açaí, castanha e outros - a serem levados e comercializados em Codajás e/ou daí para Manaus, mediante o pagamento de uma taxa²⁴ por parte dos usuários. Assim, o trajeto até o lago Badajós é cercado de expectativas por parte dos passageiros desde a informação da chegada e saída do “recreio”, até o embarque para o lago Badajós, sendo comum relatos acerca das dificuldades do transporte no período da cheia, mas principalmente no período da seca. Partindo de Codajás se vê uma intensa atividade de pesca no rio Solimões: geralmente dois pescadores embarcados em uma canoa pescam, um puxa a rede de pesca, malhadeira, o outro rema. Nas margens do rio crianças brincam e também pescam com redes menores.

Na viagem transcorrida há moradores que retornam às suas comunidades de moradia, após a permanência de uma semana em Codajás ou outras localidades como Manaus, e há também aqueles que vão visitar parentes ou suas propriedades, casas, plantações e roçados. Alguns passageiros destinam-se às comunidades situadas ao longo do rio Solimões.

No período de uma hora avista-se a “entrada” do lago Miuá e em duas horas, navegando pelo rio Solimões chega-se ao rio Badajós, numa localidade que figura como a divisão interdistrital do município (os Distritos de Codajás e Badajós). Rio bastante sinuoso e de águas pretas, abriga uma grande quantidade de lagos interiores e algumas comunidades ao longo de suas margens. A primeira comunidade localiza-se logo na entrada, intersecção com o rio Solimões, denominada Comunidade Tamandaré, em seguida, encontram-se demais Comunidades Toamirim, Iracema, Ubim e Caiana, separadas pela distância de uma hora, localizadas alternadamente nas margens esquerda e direita do rio. Após seis horas de viagem

²³ Conhecidas por rabeta: canoas grandes com motor movido por combustível localizado na parte posterior, a *poupa* da canoa.

²⁴ Ao custo de dez reais por passageiro.

avista-se a entrada do lago Acará, na margem esquerda do rio Badajós. Deste lugar até o Povoado de Badajós ainda encontram-se as Comunidades Arpão-úba, Araçá, Três Bocas e Flora. Com um número médio de dez moradias em cada uma das comunidades, os moradores destas, mantêm um fluxo constante de saída e deslocamentos na região, principalmente até as cidades de Coari e Codajás.

A chegada ao Povoado de Badajós, Setor Urbano do Distrito de Badajós, passadas doze horas de viagem, é marcada pela dispersão dos passageiros, que se destinam a várias localidades, sejam para as comunidades situadas no interior do lago Badajós ou para suas propriedades isoladas de comunidades, que localmente se convenciona chamar “propriedades” dos terrenos da margem. Assim, distribuídas ao longo das margens no interior do lago Badajós, após o Povoado de Badajós encontram-se as Comunidades de Santa Etelvina, a mais próxima do Povoado, Comunidade do Capitari, localizada no Igarapé Capitari, Comunidades Igarapé-Açú, São Sebastião, as últimas Comunidades são Comunidade de São Pedro e Monte Cristo, a partir destas o lago dividi-se em Mãe do Lago e rio Cunuarú, segundo relato dos moradores.

Com grande extensão e volume de águas, o lago Badajós é navegável em seu canal durante todo ano, isto equivale a dizer que o lago não fica represado, exceto alguns igarapés e lagos interiores. Porém, a dinâmica natural da região – enchente, cheia, vazante e seca – favorece a navegação do recreio (que adentra o lago transportando moradores até as comunidades interiores), de grandes barcos e navios somente no período de inverno, época de enchentes quando o fluxo de embarcações que adentram o lago é intenso, e dificulta a movimentação de embarcações no verão, período da seca, quando se formam em suas margens praias, grandes extensão de arrozais, assim como áreas de formações argilosas (que ficam metade do ano submersas) e os deslocamentos restringem-se somente no canal da área interior do lago, ficando isoladas algumas comunidades de moradores. Porém, segundo relatos dos moradores e observação participante, a percepção do *risco* perpassa a ação da navegação nos dois períodos, cheia e seca, tanto na extensão do lago como nos lagos interiores. Esta noção de risco recorrente nos comentários refere-se a idéia de perigo constante a que estão sujeitas embarcações de médio e pequeno porte (canoas, lanchas, barcos) quando adentram o lago num período de ventos fortes ou tempestades que causam a formação de grandes ondas. A pesquisa desdobra-se em dois momentos: a apreensão e o reconhecimento da rede de sociabilidade pertinente tanto a incursão no lago Badajós como a incursão no lago Piorini.

2.1 Histórias de vida: a dimensão da experiência e da ação.

O estudo *Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica*, de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornélia Eckert presentes na publicação *Etnografia da Duração* (2013) fundamenta a reflexão do método etnográfico como método da reciprocidade, ele aponta para uma ética de interação construída sobre a premissa da relativização e da reciprocidade cognitiva pela convivência consentida. Por *Etnografia da Duração* as autoras designam os estudos desenvolvidos sobre a rítmica dos tempos superpostos e propõem como fio condutor o estudo da memória com base na dinâmica do tempo.

Conhecido o entendimento de que o método da história de vida não se basta a si mesmo, assegura-se que a técnica é utilizada como importante fonte de pesquisa, mas sua acuidade se dá à medida da sua correlação com as demais fontes de dados do método etnográfico: a convivência prolongada, que permite uma observação antropológica elaborada; o conhecimento dos ritmos e espaços da vida cotidiana, os complexos eventos coletivos, as múltiplas redes sociais onde os indivíduos circulam e negociam identidades (os rituais, os laços familiares, de parentesco, o poder local, os agentes etc.), Rocha e Eckert (2013) elucidam que tem sido quase sempre este tom reflexivo e crítico a discussão entre os pesquisadores relativamente sobre como adotar a narrativa biográfica como método de história oral e/ou história de vida.

Schultz destaca as noções de memória, duração, simultaneidade, tempo e reflexão. Reconhecidamente este se dedicou a resolver um dos problemas mais graves da reflexão sociológica, referente ao estatuto da intersubjetividade.

A preocupação central de Schultz é descrever os processos sociais que ele compreende como (a) a passagem da *duração* ao *mundo espaçotemporal* e (b) a constituição dos contextos de experiência e ação. A passagem da duração ao mundo espaçotemporal corresponde à conformação da experiência – uma experiência individual que, no entanto, é fundamentalmente social, posto que tecida cooperativamente, no processo social. A conformação dos contextos de experiência, por sua vez, constitui o que Schultz compreende como a base da ação social, ou seja, o espaço intersubjetivo propriamente dito, por meio do qual as condutas são reguladas.

As duas noções que centralizam a reflexão schultziana são experiência e ação. O problema efetivamente explicitado pela obra do autor diz respeito à possibilidade de se empreender uma análise sobre a conformação da experiência e da ação, compreendidas como um espaço intersubjetivo, no processo social.

Schultz propõe que a experiência e a ação são atos correlatos que não resultam de uma mente produtora de sentidos, mas da conexão entre diversas mentes, em interação no processo social. De onde a necessidade de falar em intersubjetividade, e não mais em subjetividade ou, ao menos, em compreender a subjetividade como um ato subjetivo.

O autor elucida assim a noção de “reservas de experiências” que se refere ao processo de sedimentação dos conhecimentos sociais, sejam eles saberes práticos e empíricos, sejam saberes teóricos ou afetivos. A noção é completada por um segundo conceito, o de “estruturas de pertinência”, que se refere à forma como os sujeitos sociais organizam e regem as diversas situações de sua vida. Por meio dessa teoria se tem uma visão dos fenômenos culturais como dinâmicas resultantes de processos intersubjetivos do “mundo da vida”, ou seja, dinâmicas de sedimentação contínua considerando que os principais tópicos que constituem o pensamento schultziano estão centrados sobre a explicação das dimensões sociais, espaciais e temporais do mundo da vida.

Assim, *como se forma a experiência social* é a reflexão que norteia Schultz. Para tanto elabora uma tese sobre a coordenação das experiências e das ações – à qual denomina *análise constitutiva da experiência e da ação* – e propõe uma tipologia das relações sociais.

A noção de reservas de experiência se refere à sedimentação dos saberes herdados pelo indivíduo, seja por meio de suas experiências próprias, seja por meio de seus educadores – ou seja, sejam eles de natureza prática ou teórica. A segunda noção, a de tipicidade da vida cotidiana, é contígua a primeira: refere-se ao modo pelo qual as diversas experiências sociais se conformam com base num modelo anteriormente estabelecido [...] A terceira noção, a de estruturas de pertinência, refere-se às formas de controle, pelos indivíduos, das diversas situações sociais [...] **Reservas de experiência, tipicidade da vida cotidiana e estruturas de pertinência** conformariam, segundo Schultz, a cultura. Elas seriam herdadas socialmente. Porém, também seriam reelaboradas, continuamente, ao longo do processo social. (CASTRO, 2012: p. 55)

Em Schultz a experiência se desenvolve na *duração*.

A *duração* seria a corrente de experiências vivas, um fluxo infinito de qualidades heterogêneas, que se desenvolve de *Agora e assim* em *Agora e assim*. Porém, a *duração* não seria, simplesmente, uma sucessão de unidades dissociáveis e indivisíveis. Ao contrário, se estas unidades existem (um *Agora e assim* determinado), elas se interpenetram e mantêm entre si operações de *solidariedade íntima*.

2.2 Setor urbano distrital: percepções do lago Badajós.

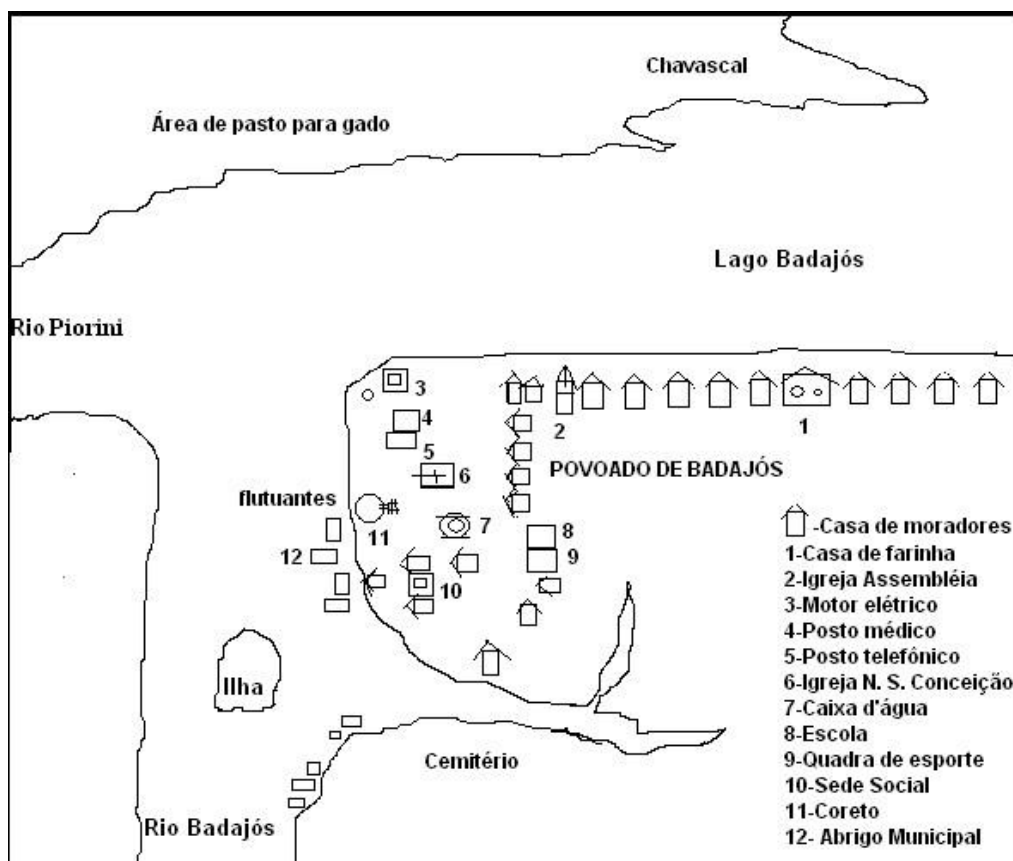


Figura 5 – Croqui do Povoado de Badajós Fonte:
Pesquisa de campo

O Povoado de Badajós é formado por sessenta e três famílias, dispostas em três ruas, sendo uma dessas pavimentada; há ainda aproximadamente nove flutuantes²⁵ no entorno do povoado. Há também uma escola municipal responsável pelo ensino primário, fundamental e médio; uma quadra de esportes; um posto de agente de saúde; um prédio físico dos correios funcionando; três igrejas: duas protestantes – Igreja Assembleia de Deus Tradicional e Assembleia de Deus – e uma católica – Igreja de Nossa Senhora da Conceição, cuja fundação remonta ao período de formação do Povoado; uma rede de postes elétricos ligada ao motor que funciona com combustível e uma rede de encanamento e distribuição de água ligada ao poço, não acessível aos moradores de flutuantes. Um coreto²⁶ está erguido na frente da igreja católica, onde se

²⁵ Def. Casas, construídas de madeira, dispostas sobre lugares de grandes profundidades no lago, conhecidos como poços, para que no período da seca, o flutuante não encalhe na margem rasa. Essas habitações são ligadas à margem por uma corda muito grande e resistente, fixada a uma base firme, geralmente um grande tronco de árvore, para evitar seu distanciamento do lugar devido a correnteza. ²⁶ Def. Coro pequeno construído ao ar livre para concertos musicais.

reúnem crianças para brincar, jovens e adultos para conversar, avistar aviões e embarcações que vêm longe.

A Sede Social do Povoado de Badajós é o local onde ocorrem reuniões entre moradores, comemorações de aniversários e festas, realização de velórios e é também o local onde, cotidianamente, homens se reúnem para tecer suas redes de pesca, ou consertá-las, evento que possibilita a socialização entre eles e a troca de informações sobre as atividades relacionadas não somente a pesca.

A disposição das casas e dos flutuantes ocorre ao longo das margens, na confluência entre o rio Badajós e o lago. A proximidade da moradia entre membros da mesma família foi verificada tanto entre moradores de flutuantes como moradores de terra firme. Esta proximidade proporciona a troca permanente de informações entre parentes, a formação das parcerias de trabalho em suas respectivas plantações, assim também como a formação das turmas e parcerias de pescarias, assim denominadas pelos moradores, sejam elas entre jovens (primos, amigos) ou adultos (irmãos, cunhados). Apesar de estabelecido em uma faixa de terra elevada em relação ao nível das águas do lago, o Povoado de Badajós está sujeito a inundações periódicas conforme a dinâmica natural da região amazônica que impõe o regime de grande volume de águas nas áreas interiores alagadas no período das enchentes e cheias. Assim, a área de terra firme que abriga a maioria das famílias de moradores, dispostas ao longo de três ruas, permanece alagada durante o período da cheia, quando os deslocamentos dos moradores são realizados somente através de canoas, ficando poucas áreas não inundadas e acentua-se a proximidade com os moradores de flutuantes.

No período de vazante, quando o nível das águas vai baixando, forma-se uma outra paisagem, surgindo ambientes que são apropriados pelos moradores de diversas formas. É o período da formação das praias onde encostam grandes embarcações, canoas e onde se dispõem as balsas²⁶ dos moradores; nestas são desenvolvidas atividades como lavagens de roupas, o trato dos peixes e onde são tomados banhos. Cada família possui sua balsa. O uso de uma balsa por parte de outros que não sejam seus donos requer a permissão destes após um diálogo efetivado entre as partes, um fato que não ocorrendo configura-se como uma espécie de intrusão de um local de uso familiar, o que não possui uma boa representação local, pois esses espaços de uso são bem definidos entre os moradores.

²⁶ Def. Jangada construída com tábuas ou toros de árvores que possui a propriedade de flutuação no meio fluvial.

No Povoado ocorrem duas festas, “festejos”, como são denominados pelos moradores: um no dia 20 de outubro para comemorar o aniversário de fundação da igreja Assembleia de Deus, o outro no dia 8 de dezembro para comemorar o dia de Nossa Senhora da Conceição. Sendo a Igreja Assembleia de Deus mais frequentada pelos moradores, a religião protestante é praticada por um número maior de pessoas, embora existam moradores católicos.

A representação política concentra-se na figura do presidente e do vice-presidente do Povoado de Badajós, eleitos pela maioria em eleições organizadas pelos moradores; ambos são os responsáveis por conciliar uma relação entre as demandas locais e a esfera administrativa municipal de Codajás.

O Povoado de Badajós atualmente sob a seguinte gestão: Presidente Pastor Jarlison Santos Araújo, Vice-presidente Cristiano Alves Mesquita, Secretaria Alcineth Pinheiro da Silva, Tesoureira Edilene Ribeiro, com o início do mandato em 12/02/2016 e término: 12/12/2018 possui 248 habitantes, destes 80 são crianças, um total de 63 famílias.

Jarlison Santos Araújo, presidente do Povoado de Badajós não é natural do município de Codajás, pastor da Igreja Assembleia de Deus Tradicional está há cinco anos efetivamente morando no Povoado de Badajós.

Eu nasci em Santarém no Pará em 1987, vim pra Manaus com um ano de idade, em dezembro de 2011 foi que eu cheguei aqui no Povoado e já estou aqui com cinco anos morando aqui. Eu me lembro que nós viemos na função só como pastor, pastorear e passamos aqui 2012, em 2013 fui convidado a assumir a comunidade, fui participar de uma reunião houve votação e fui votado e escolhido, então já completo cinco anos que sou morador da comunidade e também como presidente da comunidade (Jarlison Araújo, presidente do Povoado de Badajós).

Em reuniões convocadas pela prefeitura municipal, realizadas na cidade de Codajás, são trocadas informações pertinentes a ambas as esferas; nestas reuniões se fazem presentes os presidentes de todas as localidades da área rural do município de Codajás, são chamados líderes rurais. Neste evento, os presidentes são informados sobre decisões oficiais que incidem sobre os campos de políticas públicas como saúde, educação, transporte, além de explicitarem as demandas locais e anseios coletivos de suas comunidades; dentre os anseios coletivos o fornecimento de combustível que possibilita a distribuição de energia elétrica, o fornecimento de medicamentos, melhor estrutura do transporte fluvial que realiza o transporte até a cidade de Codajás, aparecem como as demandas mais apontadas.

O presidente da comunidade apresenta suas atividades:

Como pastor nossa função é sempre visitando os lares, as famílias e como presidente tenho dado o apoio no que for preciso, as comunidades, os moradores, até porque aqui na comunidade não tem posto de saúde, já fizemos várias viagens também levando paciente para a cidade de Codajás, então já deu pra conhecer o lago de Badajós, até porque com cinco anos a gente aprendeu. Eu não sei nadar, mas nessas atividades tenho enfrentado essas atividades. Assim, de socorrer aqueles que estão necessitados, precisando. Eu creio que seja essa atividade porque pescar pescador eu não sou, em nível de peixe, já fui algumas vezes e é muito farto e eu não tive assim a necessidade de sair pra pescar. Até porque de ser tão farto, os irmãos que vão pescar, eles pegam tanto peixe que eles mandam aqui pra casa. Então é assim, eu nunca saí assim para pescar passar um dia inteiro, dois dias (Jarlison Araújo, presidente do Povoado de Badajós).

A percepção do lago Badajós é explicitada pelo atual presidente do Povoado de Badajós:

O lago do Badajós ele é muito rico, ele é muito farto, eu vejo como muito farto, tanto no tempo da cheia como na seca há muita fartura. Muita fartura mesmo, muito peixe, muita caça. Então eu vejo que nós aqui comemos as melhores comidas vamos dizer assim. E aqui o lago é farto demais mesmo. Aqui você encontra toda qualidade de peixe bem dizer. O Badajós foi um dos lugares mais fartos que eu já encontrei, assim que nós passamos pelos municípios Urucará, não é bem farto como o Badajós, Urucurituba também, tanto é que a gente sentiu uma diferença muito grande quando estávamos morando em Uricurituba que viemos pra Codajás. Uricurituba a feira era bem dizer quase fechada, em Codajás não, há um movimento muito grande. Quando eu não conhecia o Badajós quando fomos enviados pra cá como pastor da igreja e eu cheguei aqui e vi muita fartura mesmo, o povo vivendo bem e é muito rico, é um local abençoado. Eu vejo que é melhor dos outros locais que a gente já passou porque a onde nós já passamos lá tem as suas épocas, aqui não, a fartura é direto, é o ano inteiro (Jarlison Araújo, presidente do Povoado de Badajós).

A unidade familiar se configura como base para a realização de todas as atividades, associada também às relações parentais, que aproximam vários núcleos familiares do local e a um modo de parceria que congrega vizinhos e amigos. Pai, mãe, irmãos, tios e sobrinhos trabalham juntos ou pelo menos muito próximos nas atividades que renderão sua subsistência imediata, a alimentação do dia ou da semana. Eventos como a raspagem da mandioca envolve a família, parceiros, parentes e amigos que completam a força de trabalho. O agrupamento reúne conversas sobre fatos cotidianos do Povoado.

O trabalho em áreas de posse, próximas ou distantes do Povoado, as famílias plantam seu roçado ao passo que já visualizam áreas potenciais para plantações futuras, considerando a proximidade no período correspondente à seca, pois é o período no qual informa serem mais difíceis os deslocamentos, e a cheia, período onde os deslocamentos são favorecidos pela presença de igarapés e furos. As atividades distribuem-se conforme o período correspondente e

apropriado ao seu desempenho como por exemplo o período apropriado para a plantação do roçado, para a pesca de determinadas espécies de peixe, coleta de determinados “produtos” da floresta como o açaí, banana, castanha, e período de caça.

O resultado dessas atividades de trabalho, se não são destinados a fins de consumo familiar, constituem-se em negociações com barcos que adentram o lago para comercializar, com os moradores do Povoado e de outras comunidades também. São compradores do pescado, da banana, da farinha, do açaí e da castanha-do-Brasil que, em períodos específicos, movimentam a rede de negociações entre compradores de fora dos mercados e feiras das cidades de Codajás e Manaus, e moradores do Povoado.

O deslocamento dos moradores até a cidade de Codajás ocorre significativamente e representa uma forma de obtenção de renda necessária a subsistência familiar.

Importante sinalizar o relato de uma professora do Povoado de Badajós sobre sua trajetória de estudos. Sandra da Silva Pinheiro, professora do Pré ao Segundo ano do Ensino Fundamental, formada em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas, 27 anos, solteira, nasceu no Povoado de Badajós e estudou cinco anos na cidade de Codajás.

Desde pequena quando eu era criança eu brincava de duas coisas, professora e médica, ser uma doutora, uma médica, trabalhar em hospitais, só que quando chegava golpe, pessoas traziam seus familiares que se acidentavam aqui pra comunidade, que sempre aqui teve agente de saúde, quando eu via me dava nervosismo, então eu disse não é minha área não. Foi quando chegou, aqui na época tinha até o quarto ano, quando chegava no quinto ano já tinha que ir pra cidade, que naquela época era assim. Meus pais que eram muito rígidos na época não soltavam muitos filhos, o meu pai acho que era um dos mais rígidos daqui de dentro da vila, da comunidade. A única que se formou das cinco irmãs eu sou a única... Meu pai, eu lembro como se fosse hoje no roçado ele me perguntou se eu queria terminar meus estudos ou se eu queria o meu aniversário de quinze anos. Eu claro quis terminar meus estudos (Sandra Pinheiro, professora do Povoado de Badajós).

Sandra evidencia sua percepção sobre o lago Badajós:

Desde que eu me entendo, o lago tem ano que é farto, mas tem ano que é bem escasso. Até porque toda a seca é do que em geral a comunidade vive, é do peixe, da roça, e por essa época agora, no tempo da seca os moradores pescam muito, homens e mulheres, vão pra beira do rio, do lago, pescar e já no ano seguinte dá pouco peixe, as pessoas não querem comprar mais, devido que os peixes são muito pequeno, que chega o tempo da reprodução. No ano seguinte os peixes são pequenos e os compradores não querem comprar mais. Tem ano que no período da seca é farto, mas quando dá a cheia já fica difícil, só pra quem tem malhadeirinha própria apropriada consegue pegar um peixe, mas

quem não tem fica difícil (Sandra Pinheiro, professora do Povoado de Badajós).

As atividades relacionadas à pesca no lago de Badajós são descritas pelos moradores do Povoado como sendo realizadas por todos. Várias vezes a pesca foi comentada entre os moradores como uma aventura, pois não é possível planejar a superação das situações de contingenciamento como fome, frio, incômodos com animais perigosos.

Nesse sentido, as atividades de pesca são realizadas nos lagos interiores.

Os lagos interiores são lagos menores que se localizam no interior do rio Badajós, do lago Badajós e do rio Piorini.

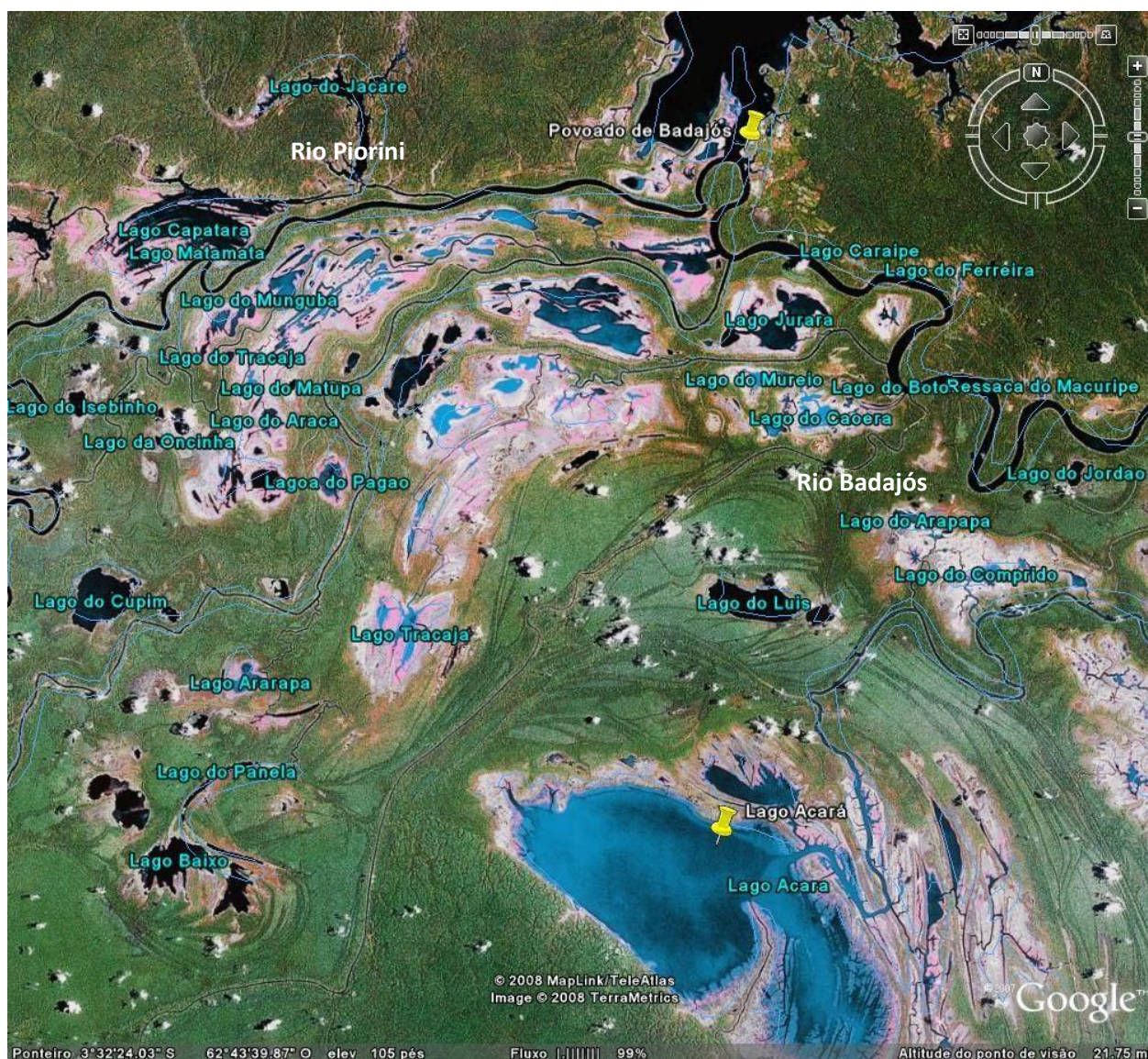


Figura 6 – Lagos interiores e suas denominações

Uma foto de satélite aproximada (Figura 6) dessa área formada por lagos interiores que evidencia nomes de lagos e localização destes em relação ao Povoado de Badajós.

Em contraste com as atividades de pesca desenvolvidas pelos moradores que têm os lagos interiores como os mais utilizados ambientes de pesca existe a presença das atividades relacionadas à pesca que conformam o *lanço*. O *lanço* é realizado por moradores no interior do lago Badajós e ocorre a partir da interação ou negociação entre um morador da margem do lago e o pescador ou dono de barco *peixeiro* ou *geleiro e converte-se em arrendamento*. Arrendamento é um tipo de contrato pelo qual uma das partes concede a outra o gozo de algum imóvel, mediante retribuição. Arrendamento rural é aquele que tem por objeto a locação de área para fins de exploração agrícola ou pecuária, nas condições de uma regular utilização.

As histórias de vida de Badajós são assinaladas na percepção dos moradores a senhora Jandira Rodrigues Bastos, 72 anos e o senhor Messias Carvalho Martins, 54 anos. A identificação, os primeiros acontecimentos, registros de memória de vida, a

dinâmica social da família.

Meu nome é Jandira Rodrigues Basto, eu tenho 72 anos, mas dou graças a Deus ainda sou uma mulher de talento pra trabalhar. A nossa vida, a vida dos meus pais foi uma vida muito sofrida assim pelo centro, meu pai ia, a minha mãe ia depois ela achou que não dava certo, o meu pai se chamava Jeovásio Pinheiro de Castro, a minha mãe Francisca Rodrigues de Oliveira e eu perdi minha mãe eu tinha onze anos de idade, fiquei com meu pai fomos pra Manaus, voltamos novamente. A gente aqui não tinha recurso era pouco, aí minha tia veio pra morar com eles e estudar... Naquela época era uma vida muito farta, muito, muito, era uma vida que tinha tudo, mas faltava pelo outro lado o estudo. Nós morava distante, nós morava ali numa ilha chamada Sítio que a mamãe

plantava muito. A mamãe tinha sítio, fruta de tudo quanto era qualidade, mas pra mim quem pensa numa vida melhor, essa não é a vida. Foi o tempo que nós ficamos sós com ele, nós éramos sete irmãos (Jandira, 72 anos).

Eu nasci no paraná do Jussara, é um afluente daqui do Badajós, dentro do Genipapo aqui, depois viemos pro Badajós, aí cresci um pouco, tive adolescência, aí voltei pra costa do Jussara, na beira do Solimões, pra casar eu já tive que retornar de novo pro Genipapo, aí depois vim pra cá pro Badajós de novo, voltei a trabalhar por aqui, depois a gente passou mais alguns anos acho que uns dez anos em Coari, então retornei pro Badajós que é o tempo que a gente tá aqui agora, trabalhando, sempre a minha vida foi no interior mais, trabalhando pra viver na lavoura, na pesca. (Messias, 54 anos)

A memória social do lago Badajós:

Num foi do meu alcance foi do meu pai, mas em setenta e dois anos já dá pra colher muita coisa, quando eu me entendi, que sou filha aqui de Badajós, eu já tinha quatorze anos quando sai Meu trabalho é na agricultura, na roça, banana, quebrando castanha, eu só não cheguei cortar seringa, o meu pai, a minha mãe, os meus avós tudinho cortaram seringa aqui dentro do Badajós, daqui mas aqui tinha uma riqueza muito grande. Meu pai falava que o líder daqui era o finado

Maneco ele era um homem que ele trabalhava e ele preservava aqui esse lago, motor nenhum passava aqui pra cima, ninguém, só era aqui. Ele era o chefe daqui. Aquela multidão de gente que ia assim quando chegava a época era o Denoval Barros, o Nena, Pedro Rocha, era muita gente, Zé da Matinha, que pegava aquele pessoal e levava pro seringal aí pra dentro explorar seringa, balata também, copaíba....Aqui tinha o seu Maneco que era o delegado, tinha juiz, tinha promotor, tinha prefeito, vereador e muitas casas, as casas eram de barro coberto de palha... Num tinha motor não, era voga, tinha um navio que vinha deixar as coisas pra ele aqui, quando o pessoal chegava com a mercadoria ele perguntava qual é a produção, eu

quero pirarucu bota mercadoria pra terra, se era borracha então bota a mercadoria pra terra, abastecia de borracha, pra cá não passava ninguém não. Foi o tempo que ele morreu, ai foi passando de geração em geração, ai o tempo foi mudando, ai foi dificultando o custo de vida, porque acabou a seringa, balata que exploravam também, a copaíba. (Jandira, 72 anos)

Piorini, antes dessa geração nova o povo vivia só disso, castanha e seringa, todos esses rios, hoje a

atividade parou da borracha, mas aí ficou a castanha, a malva, eu trabalhei muito em malva, com banana, com pesca eu me envolvi muito pouco, tenho carteira de pescador, mas pesco muito pouco, muitas vezes fazia pescaria pra se manter, até hoje o trabalho é esse trabalhar na agricultura eu gosto muito e continuo trabalhando, pescando, plantando, criando. (Messias, 54 anos).

A percepção sobre a abundância do lago Badajós:

Papai falava que aqui peixe-boi, tracajá, tartaruga daqui desse barranco daqui flechava, **num era explorado**, produzia uma quantidade ele não deixava extraviar, era assim uma coisa preservada em liberdade por que aqui ele deixava o pessoal pescar pra se manter... Só que quando secava não entrava negócio de peixeiro, pra pegar peixe, pra vender, como hoje ele é explorado né. Era uma riqueza muito imensa. (Jandira, 72 anos).

Muito farto, tanto o Badajós como o Piorini são muito farto, aqui é muito farto, a dificuldade que nós temos aqui é sobre exportação, porque as pessoas que vem comprar quer colocar um precinho bem razoável, pra massacrar o produtor, tanto a farinha, quanto a banana, quanto o peixe, tudo isso é um preço muito razoável, mas é de que a gente vive, mas é muito farto... (Messias, 54 anos).

O limiar das demandas e mudanças na organização social do lago Badajós é refletido quando da reflexão da necessidade de práticas associativas e cooperativas na localidade.

Hoje aqui o que ainda tem um pouco aqui, um pouco é pirarucu e tracajá, mas muito distante, pirarucu esse ano tá até aparecendo muito, **mas aquela riqueza que tinha ela foi muito explorada** já, por peixeiro, e quando seca o povo pega muito peixe pra vender, aquela riqueza que tinha de fartura tão se acabando, tá sumindo, não é mais como era antes, as vezes eles tentam assim de dizer pra fechar, mas de quê que esse povo

Eu achei que associação, com a experiência que eu tenho é a única forma de melhorar a vida das pessoas na região, o nosso sonho era em 2012 ai devido o presidente da associação, que eu não sou presidente, eu só fico assim incentivando, caminhando, era o pastor que foi embora, então quando foi agora eu vi o projeto que a gente quer criar, o quê que a gente quer criar aqui, uma meta de criação de animais, o plantio do maracujá,

vão viver, aqui tem como viver, só que não tem alguém lá na frente pra fazer a cabeça, aqui tem pra viver, se você tirasse uma área, separadamente assim, e plantasse macaxeira, cará, batata, duas quadras assim pra criar porco, campo pra gado, ai fazia o processo quando tivesse eliminando aqui botava pra cá, galinha você cria quantas cabeças você quiser, depende de você, pato do mesmo jeito, mas não tem aquele alguém pra dizer assim a gente vai dar a mão, dar recurso, pra fazerem isso, e por que que não tem, porque não ai uma união de fazerem uma cooperativa, se tiver alguém na frente que disser vamos tirar dez família pra trabalhar, vamos plantar. (Jandira, 72 anos)

plantio de verdura, de hortaliça, porque a gente pensa assim de fazer um manejo daqui mais um tempo, pra fazer manejo aqui dizer hoje ninguém pesca mais eu vou criar um problema sério com o povo, o povo vive mais da pesca, enquanto poucos trabalham na agricultura, muitos só vivem da pesca, então eu sonho de nós primeiro ajeitar o povo com outra atividade pra depois nós manejar o peixe pra ficar melhor, criar um frigorífico pra associação, comprar o peixe do povo, pra quem vai servir, pra comunidade, eu sonho em fazer esse tipo de coisa, criar uma cooperativa, com uma fábrica de óleo de cumaru, andiroba, castanha, tudo tem aqui, toda essa região tem. (Messias, 54 anos)

A atualização da percepção da organização social do lago.

Então a vida tá ruim porque não tem uma cooperativa, porque se tivesse, olha pimentão, o tomate é uma coisa que se você plantar dentro do nível como é pra ser plantado vou te dizer que ele produz e muito. É uma vergonha vim tudo de fora e a riqueza toda aqui e ninguém sabe como gastar esse dinheiro, o dinheiro que eu quero dizer é fazer o plantio, porque de tudo precisava, agora aqui é o seguinte se um planta roça todo mundo quer

plantar, ai ela desvaloriza, ah eu não vou mais plantar não, então tem que ser variado, tem que ter a cooperativa, pra ter como o barco vem, se de quinze em quinze dias tá muito diminui, então vem de semana e semana e pega a produção e leva, falta inteligência pra trabalhar e falta o amor de um para o outro e a confiança, se não tiver esse adubo de isso aí não funciona. Então esse lago tá explorado porque não tem essa atividade assim de alguém

dizer vamos plantar, quando alguém quer fazer uma coisa dizem isso não vai dar certo, não vais dar certo, e finda não dando certo, em vez de dizer vamo que vai dar certo, porque lá você colocou o positivo não o negativo. A vida não tá ruim não, quem tá ruim são as pessoas que não sabem se orientar pra trabalhar, é esse o problema, que depois que começar, que eles ver que dar certo eles vão se animar, mas nenhum se manifesta. (Jandira, 72 anos)

Lá no Roque, no Juruá eles criaram essa cooperativa, e eu me informando na comunidade do Roque, acima de Carauari, uma comunidade

que agora tá virando município, entre Carauari e Itamarati, mudou a vida de muitas pessoas porque você já tem o terreno, e você vende o produto, tem o terreno, coloca o camarada pra tirar, compra daquela pessoa, ai já vende pro comprador, comprador já vai vender pra fábrica, a fábrica vai empregar alguém pra trabalhar, quer dizer você cria um projeto pra alimentar muitas famílias, no caso da gente aqui por exemplo no meu terreno tem muita copaíba, muita copaíba, andiroba, muru-muru, castanha, então no caso a gente cria um projeto desse aqui o que que eu vou fazer, vou colocar as pessoas pra colher, ai eu já compro daquela pessoa que colheu, como a castanha, e ai já passa a produção pra fabrica, então todo mundo vai participar, ai eu sonho em criar a cooperativa, só que pra criar a cooperativa tem que criar primeiro a associação pra transformar ela em cooperativa pra poder ficar um cooperado pra trabalhar. (Messias, 54 anos)

2.3 Céu e água: percepções do lago Piorini.

Diferente da pesquisa empreendida no lago Badajós onde foi possibilitado o tempo de permanência tanto no Povoado de Badajós como nas comunidades adjacentes ao lago Badajós, a pesquisa de campo realizada no lago Piorini alcançou relevo na incursão por meio de barco em um período de onze dias. Relatos comuns quando referia-se a incursão ao lago Piorini davam descrição de sua grande quantidade de água, e a grande quantidade de horas, dias necessários para percorrê-lo em embarcação de médio porte.

Só céu e água. Percorremos horas, dias e entre uma comunidade e outra só vemos céu e água. Chega às vezes é cansativo, mas o Piorini é muito grande. Tem que saber navegar, levar o barco... (Jeferson Dantas, trabalhador do lago Piorini).

A preparação para a entrada no lago Piorini é precedida pelas interações organizativas que ocorrem no lago Badajós: o trajeto a ser percorrido é traçado e tomado a partir da interação com o senhor Antônio Dantas e sua família que trabalham comprando a produção da coleta da castanha-do-Pará do lago Piorini e residem no lago Badajós.

O senhor Antônio Dantas apresenta sua percepção:

O conhecimento da presença e comercialização da castanha-do-pará no mercado internacional; os processos da castanha. Afirma ter trinta anos de trabalho na castanha. Recebe financiamento, capital da Empresa CIEX em Manaus e investe nos trabalhadores, fregueses. Recebe a castanha até o final de junho. A safra é de ano em ano. Segundo sua percepção a castanha é abundante durante quatro, cinco anos, depois um ano a coleta é pequena. A

castanha coletada e comercializada é a castanha-do-pará. Final do mês de março, início de abril é época da primeira viagem para recolher a castanha em Badajós e Piorini (Caderno de campo, abril/2017).

O Grupo Ciex tem sua origem em Manaus quando seu fundador Isaac Jacob Benzecry iniciou suas atividades em 1936. O Grupo consolidou-se no mercado local e internacional, atuando em diferentes segmentos através de suas empresas CIEX Indústria, voltada para o mercado de produtos amazônicos, Jutal, produtora de materiais derivados da Malva e Juta, e a CiexLaghi, empresa voltada para o ramo de construção civil. Considerada a maior exportadora mundial de castanha do Brasil em casca para o mercado norte-americano. A CIEX Indústria é o braço principal do grupo e seu principal produto é a castanha do Brasil, exportando internamente para outros estados do Brasil e localidades internacionais como China, Israel, Austrália e Europa.

Itinerário da viagem previamente apresentado pelo senhor Antônio Dantas evidencia as denominações colocações forjadas no contexto da extração da borracha e apreendidas no sistema de produção e trabalho em castanhais:

Paraná Capatará (Codajás-mirim), Limão (colocação), Amparo (colocação), Sarampo (colocação), Arapari (colocação), Jacaré, Maloca, Comunidade Liberdade, Santo Antônio, Comunidade Caju, Campina (colocação), Tiririca (colocação), Biribá (colocação), Comunidade Canavial, Comunidade Igarapé-açu, Comunidade Cupim (ou Itamarati) (Caderno de campo, abril/2017).

O itinerário percorrido foi dedicado à apreensão das histórias de vida de moradores do lago Piorini. Dadas às devidas dimensões, a pesquisa elegeu dois entre os moradores do lago Piorini: a senhora Janete Lima de Amorim – Comunidade Igarapé-açu e Pedro Antônio Plácido de Aquino – Cupim/Itamarati.

Inicialmente relatam a percepção do início da vida que se entrecorta com o início da localidade, da comunidade de morada. A senhora Janete nasceu na localidade do lago Piorini.

O senhor Pedro não nasceu na localidade do lago Piorini, nasceu no município de Carauari:

Eu nasci aqui e me criei aqui nesse Piorini, vou fazer 61 anos dia 16 agora. Eu morei na Liberdade, eu nasci ali no outro lado ai depois de grande que eu me casei ai eu morei para o outro lado, morei uma porção de tempo pra lá ai eu vim morar pra cá. Eu sou de 1956. A comunidade foi eu nasci no Juruá, no município de Carauari, no seringal Mari-mari. Com dez anos nós viemos pra cá. Em 1982 eu vim pra cá cortá seringa, eu era bem novinho até que o patrão não queria me vender porque eu era muito novo, jovem e ele achava que eu não pagava ele. O nome dele era Lu, o meu

fundada depois que nós moramos aqui. (Janete, 61 anos) cunhado falou, venda, se ele não paga o senhor fala com nós, que eles vieram conosco.

O pessoal não queria que eu andasse só mas eu já era acostumado. Cortava só, de noite. Dai eu fiquei trabalhando aqui, trabalhei no Eldorado, Bom Intento, trabalhei no São Benedito, já ta pegando 24 anos, aqui eu arranjei família. A minha esposa é daqui. Meus filhos nasceram aqui. Tem dois em Codajás. (Pedro, 60 anos)

Em continuidade os moradores antigos relatam os processos de formação da comunidade. A senhora Janete descreve os deslocamentos, a mobilidade familiar referente ao processo de constituição da comunidade Igarapé-açú no lago Piorini. Comunidade que surge a partir de uma devoção religiosa católica e atualmente também é formada por moradores de religiosidade não católica. O senhor Pedro evidencia em seu breve relato que a comunidade Cupim ou Itamarati, última comunidade conhecida do lago Piorini, é formada pelos membros de sua família organizados num total de dez casas.

Não foi muito fácil, até agora ainda tá sendo. É Essa comunidade é filhos, cunhada, cunhado e porque primeiro morava aqui minha cunhada, nós sobrinho. É só uma família aqui. São dez casas. morava ali fora. Quando o padre vinha a gente ia (Pedro, 60 anos) pro Ipiranga, pra Liberdade pra participar das reuniões, batizado, assisti casamento. Era assim. O marido da minha cunhada disse será que era bom que nós formasse uma comunidade aqui? Vamos mandar uma cartinha. Eu fui pro Ipiranga batizar um filho meu e mandei uma cartinha pro padre. Ele foi e mandou a resposta. Na outra visita ele já vinha visitar a casa dele. Quando foi na outra visita já foi na casa dele. A gente rezava na casa dele. Vamos construir uma igreja. Se reuniram o pessoal, tiramos palha. Fizeram a igreja, cercaram de paxiuba, a gente rezava lá. Passou muitos anos, fizeram outra igreja nesse lugar, tava feinha ai fizemos outra que é essa daí que ainda tá em construção que ainda falta terminar de ajeitar. Mas isso foi com muita luta, não foi pouca coisa não, que a gente tem que lutar muito pra alcançar as coisas. Quando foi pra nós levantar essa comunidade nós falamos com o seu Tico ele foi e deu, que isso aqui é uma ilha. Ele foi e deu. Ele era um homem muito devoto de São Francisco ele disse que participava no Ceará...ele foi e trouxe uma imagem pra nossa igreja e ele foi e deu esse local para nós fazer a nossa comunidade foi dado pelo Tico Moreira essa área aqui pra nós. Era duas famílias depois foi aumentando, aumentando, hoje a gente vê aqui tipo uma vilazinha, muita casa né. Ai o pessoal dessa outra religião formaram a deles pra li. (Janete, 61 anos)

A relação política das comunidades com as cidades de Codajás e de Coari é refletida pelos moradores. No âmbito pessoal as relações são tecidas a partir das demandas básicas dos moradores: desde a prática de sua religiosidade com a realização de missas, emissão de registro civil dos moradores e de título de eleitor. Os referidos relatos de moradores antigos evidenciam

a complexidade que há na fímbria de localidades presentes em áreas que são limites territoriais inter municipais. A despeito da proximidade maior ser do município de Coari, constatando a distância da cidade de Codajás, os moradores refletem o impasse de ora politicamente se voltarem para o município de Codajás, ora efetivamente se voltarem para o município de Coari. A explicitação das dificuldades do cotidiano também evidencia o contexto de fragilidades na efetiva interação política das duas comunidades: comunidade Igarapé-açú e comunidade Cupim.

A gente tem a visita do padre de Coari. Aqui num quem tivesse um registro, quem tivesse um davam título nada. E veio um juiz de Codajás conheceu eu, vieram uma viagem e eu disse: ai juiz aqui tem tanta gente que não tem registro ai ele disse Janete mês de junho eu venho aqui na tua comunidade. Bem ai onde essa minha filha mora, tinha um taperebazeiro grande, ai ele parou o motor lá ai todo mundo tirou o registro. Veio de lá tirar aqui, ai tirou o título de todo mundo que tinha idade de tirar título de Codajás, o Lincon prefeito foi mandado por ele. Nós aqui não tinha motor de luz não tinha nada ai eu digo vou mandar uma carta pro doutor Lincon, mandei uma carta pra ele. Agora já acabou de Codajás, isso foi logo no começo. Quando passou mais ou menos quinze dias que eu tinha mandado a carta, ai tava eu e uma mulherzinha lavando roupa ela já até morreu, nós vimos aquele barco tocando, mas meu Deus quem é...e nós na brincadeira dizia, é festa, é festa. Ai ele disse quem é Janete nessa comunidade.

A trajetória de vida da senhora Janete é narrada pela mesma explicitando sua constituição familiar. A lembrança do registro de seu trabalho coletando e quebrando castanha vem à tona, assim como o trabalho com a lavoura. As interações comerciais com os compradores de suas produções são evidenciadas, o deslocamento facilitado e atualizado até a cidade de Coari (mais próxima do que a cidade de Codajás) é realizado por meio de rabetas, canoas motorizadas.

A trajetória de vida do senhor Pedro evidencia sua percepção da localidade do lago Piorini. Localidade na qual planta açaí e coleta açaí e castanha-do-Pará. A narrativa do senhor Pedro abrange a caracterização do trabalho de coleta destes recursos naturais, o trabalho de observação e percepção da temporalidade natural e comercial do fruto do açaí é refletido pelo senhor Pedro: “Então, no verão o açaí daqui começa em agosto. É o tempo que não tem em Codajás, no Badajós, nem em canto nenhum então é uma época que dá pra gente ganhar um

Aqui é município de Codajás, só que eles não tinha apoio pra nós aqui devido a lonjura. Veio Mandaram me chamar era ele. Ele trouxe uma televisão pra nós, trouxe o motor de luz. Hoje nós temos um motor de luz dado por Codajás, de Coari nós nunca ganhamos não agora nós tamo com uma fé de ganhar que o homem prometeu. Essa casa ali era de assistir televisão, se reunia todo mundo ali de noite. Hoje cada qual já tem na sua casa. Agora já mudou que cada qual tem sua televisãozinha. Só que agora nós estamos sem motor de luz. É com muita luta pra gente alcançar as coisas. (Janete, 61 anos)

os políticos de Coari e já deram apoio de motor de luz, de estudo. Fizemos a transferência dos título pra Coari. A comunidade é puxada pra Coari. Vamos vender em Coari, banana essas coisas, farinha. Castanha a gente vende aqui mesmo. (Pedro, 60 anos)

dinheirinho”. Contudo, é no âmbito da grande procura de mercado que se centra sua percepção refletindo sobre as possibilidades de venda na esfera local e também para a esfera externa. Como possui seu próprio meio de transporte, um barco, o senhor Pedro considera facilitada sua condição de comercializar sua produção assim como a possibilidade de trabalhar em atividades relacionadas à pesca no lago Piorini.

A minha vida foi construída com luta.

Trabalhando pra criar, eu tive nove filhos, sete filha mulher e dois filhos homem. Trabalhando em roça. Quando era o tempo da castanha quebrava castanha. Mas na época de roça, era plantar milho, plantar batata tudo. Sempre tinha pessoas que passava assim comprando ai encomendava duas sacas, três sacas, ai a gente tirava macaxeira. Aquele seu Beto que era de Codajás ainda comprou muitas vezes de nós, cará, macaxeira. Agora mudou qualquer coisinha a gente vai vender em Coari. Como agora ninguém compra mais rancho por aqui. A gente arruma o dinheirinho da gente e vai comprar na cidade que é mais barato. É difícil a gente comprar um rancho aqui. A gente se reúne e vai bater em Coari chega lá e compra um rancho grande. A gente vai de canoa. Sai daqui uma hora da madrugada quando é três horas da tarde chega lá, se for um motor de força. Quando tá seco ai vai por baixo, a gente sai de manhã e viaja o dia todinho.

Meus pais trabalharam na seringa e na roça. Quebravam castanha. Terminava ia pra seringa de novo. E assim a gente vivia nessa luta. Sempre aqui no Piorini. (Janete, 61 anos)

Na realidade pra mim, a minha vida toda eu achei o Piorini um lugar melhor, desde eu solteiro, eu novo passava desde oito meses trabalhando. Logo eu não tive oportunidade de ter um estudo.

Quando eu cheguei na idade já procurei trabalhar. Porque eu achava difícil na cidade, o trabalho de lá. Aqui eu trabalhava, ganhava meu dinheiro, toda vida sempre fui bem visto, nunca fui flagelado, caçado por polícia. Por essas coisas. Graças a Deus hoje tenho minha família, meus filhos. Eu fui pra lá, passei dois anos lá porque eu tava operado não podia trabalhar muito no pesado. Eu tenho um plantio de açaí meio grande aqui então eu voltei. O açaí a gente vende pra Codajás. Agora mesmo eu fui colher uma castanha, já vim por lá olhando. Tem muito cacheado. Então, no verão o açaí daqui começa em agosto. É o tempo que não tem em Codajás, no Badajós, nem em canto nenhum então é uma época que dá pra gente ganhar um dinheirinho. Agora a circulação do açaí ta ficando muito grande porque tem muito comprador, vem comprador do Pará, tem muita concorrência do açaí, se a gente quiser vender lá vende, se não vende aqui mesmo. Até mesmo aqui, se bater açaí aqui, dia de sábado, domingo ir até lá no

Canavial, se levar 200 litros a 5 reais não volta nenhum litro. Pra mim eu tenho um barquinho, vou em Codajás pego um gelo dá pra trabalhar, trabalhar com a pesca. (Pedro, 60 anos)

A percepção do lago Piorini é apresentada pela senhora Janete inicialmente por uma perspectiva de positividade no que se refere à sociabilidade, no entanto no que se refere à percepção da abundância, fartura propriamente dita, há um panorama comparativo entre o hoje e o passado: “agora já tem menos porque de primeiro ainda era mais farto”. E então esboça todo o rememorar de dias vivenciados no passado de abundância.

O encadear da narrativa do senhor Pedro também avança pelos caminhos comparativos entre o hoje e o passado, assinalando pontualmente os motivos de diminuição da abundância do lago Piorini: “a perseguição mais do pessoal de Coari”. Nesse sentido há uma reflexão sobre escassez elaborada pelo senhor Pedro. Escassez nas atividades relacionadas à pesca, à caça. A relação com o patrão também é evidenciada pelo senhor Pedro: com a baixa produtividade da castanha apresentada (em 2017) o que assegura a relação de cumprimento de acordo comercial com o patrão aviador é a próxima produção de banana.

Eu me sinto feliz de morar aqui. É um lugar que não tem violência, um lugar calmo. Pra mim é bom porque é um lugar que quase não tem doença perigosa. Porque tem lugar que é muito perigoso, graças a Deus aqui não. Aqui quase não tem violência de nada. Pra mim é farto porque todo dia agente almoça, janta, pega aquela quantidade de peixe não tem negócio de passar necessidade de nada. Toda a vida foi assim. Agora já tá menos porque de primeiro ainda era mais farto. De primeiro aqui só morava duas pessoas e hoje mora essa multidão de gente. Só filha minha são...quatro filha minha mora aqui. Duas é viúva. Uma ficou viúva com três meninos e a outra ficou com seis. Meu marido tá espiando malhadeira. Eu sei que pra mim é bom, eu vivo perto das minhas filhas. A mais tem mais meu filho que é casado, são cinco. Mora uma na Liberdade. Mora outra no Itapéu e a mais velha mora em Manaus. Liberdade é ali do outro lado

Itapéu é lá no Solimões. (Janete, 61 anos)

O Piorini já teve muito farto, muito farto, de poucos anos pra cá mudou muito devido a perseguição do pessoal mais de Coari. Porque tá mais próximo e os moradores não... são os primeiro a entra com eles...porque aqui nessa área, da boca do Eldorado, ali em cima, nós não aceitava ninguém pesca de arrastão no rio, fazer batção. Era onde ainda se via bicho de casco à vontade tinha aqui. Mas há dois anos eles vinham de noite e faziam o trabalho de noite. E esse ano ficou escasso. Mas só que sobre o peixe no verão pra cá tem muito, qualquer menino desses aí bota uma malhadeira e tem o peixe. Esse ano foi um ano assim, um ano muito devagar de produção. O bicho atacou em todas...fruta, açai, castanha. Mas pra esse outro ano a gente tá esperando mais. A gente acredita que de junho em diante já vai começar a melhorar, em junho, julho já vai começar banana, açai, todo mundo plantou banana e já tem banana aqui. Todo mundo colocou seu roçado de banana e tem uma banana

até boa. A castanha não deu, mas já vai ficar essa ajuda porque se não tivesse essa ajuda da banana, aí castanha não deu, aí como que o patrão ia vender pra gente. Não deu nem pra cobrir o que tava devendo. Aqui a gente vive uma vida mais tranquila. A gente trabalha é um pouco mais dificultosa que na cidade porque na cidade se agente trabalha todo sai e tem que comparar e aqui às vezes tem e não tem o que comprar. Mas por outra parte a gente fica a vontade, a gente dorme bem, anda por aí tranquilo. (Pedro, 60 anos).

Assim, a pesquisa vislumbrou o encadear de narrativas referentes aos moradores antigos do lago Piorini refletindo suas percepções sobre sociabilidade, vivências e representação do mesmo.

2.4 Vestígios e apropriações: percepções do lago Acará.

O lago Acará reconhecidamente é apresentado como uma localidade de difícil acesso. Muito embora seja relacionado à fundação e formação administrativa do município de Codajás desde os registros do século XVIII, em notas de Antonio Porro (2006):

O lago de Codajás corresponderia então a toda a região lacustre situada a oeste da cidade de Codajás; a sua *primeira barra* poderia ser o pequeno lago Miuá, quinze quilômetros acima daquela cidade, o qual tem comunicação a leste com o lago Anamã e a oeste com os lagos Acará, Piorini e Badajós (NORONHA, 2006: p. 82).

O breve registro acima remete uma reflexão na qual emerge o encadeamento do lago Acará na referida região lacustre do município de Codajás, demonstrando o posicionamento deste referido lago em relação a demais lagos no registro elaborado por José Monteiro de Noronha em *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas Colônias do sertão da Província (1768)*²⁷.

A dificuldade apresentada para a incursão ao lago Acará ocorre na esfera do transporte e da rede de conhecimento efetivadas em possibilidades de adentrar as propriedades que se situam nas áreas adjacentes ao lago, áreas essas de apropriação privada.

Nesse sentido, a entrevista, o relato da administradora local do lago Acará se faz mister na presente pesquisa, assim também como impossibilidades, silêncios e ausências de informações.

Hoje o que posso dizer é que eu apenas administro o lago Acará. Para conceder todas as respostas sobre o lago Acará terei que consultar os demais herdeiros. Pois, não somos apenas nós, existem mais herdeiros que não moram aqui no Amazonas eu preciso consulta-los sobre todas as questões sobre o lago (Adna Bastos, administradora do lago Acará).

A senhora Adna Bastos relata uma séria de dificuldades e impossibilidades de oferecer mais informações sobre atividades, recursos naturais e percepção sobre o lago, impossibilidades estas ligadas a conflitos judiciais:

²⁷ Noronha ocupou diversos cargos na magistratura e no poder judiciário do Grão-Pará, ingressando posteriormente no clero secular. Foi nomeado vigário-geral do Rio Negro em 1760 e, em 1790, governador do bispado do Pará, falecendo em 1794.

Porque eu tenho enfrentado muitos problemas, problemas de pessoas que não sabem e contestam a propriedade nossa do Acará. Mas tenho tudo, toda a documentação que demonstra a especificação do Acará. Aqui veja, o Acará é diferente, é um lago que tem somente essa única passagem, então essas terras todas são de propriedade, na verdade é uma reserva, porque aqui é castanhal e nós bem, é o trabalho dos colocados na castanha (Adna Bastos, administradora do lago Acará).

Sobre os trabalhos, as atividades exercidas no lago a senhora Adna Bastos relata:

Eu fico pensando em como nós damos trabalho para essas pessoas é todo ano elas vem trabalhar na castanha, não tem ano que não venha. Um ano como esse, que tá dando pouca, pouca mesmo, castanha, mas nós temos trabalhadores. Eles vem, fazem o trabalho deles e já dizem no outro ano a gente vem de novo. É a castanha que eu digo que a nossa é abençoada, lá é muita, muita castanha (Adna Bastos, administradora do lago Acará).

Reconhecidamente uma área de grandes quantidades de árvores castanheiras, as áreas adjacentes ao lago Acará, despontam no relato da senhora Adna como as áreas mais exploradas comercialmente por parte de seus proprietários, a despeito das atividades de pesca.

Antes eu vendia para a Ciex lá de Manaus, mas agora a produção vai direto pra benefício em Belém, Pará. A pesca quase não fazemos, muito pouco, só pra consumo e ainda quando vamos pra lá. Mas esses barcos aí eu sei, eles entram mesmo sem respeitar, vem de longe, levam tudo, todo o pescado do lago, que isso é uma reserva (Adna Bastos, administradora do lago Acará).

Quando a castanha chega para a armazenagem na usina ou agroindústria de beneficiamento, realiza-se a pesagem e sua qualidade é avaliada de forma empírica, onde o encarregado da usina faz uma amostragem de 100 unidades de castanha escolhidas aleatoriamente. Esse procedimento, denominado "corte" é realizado imediatamente após a chegada dos lotes ao pátio da usina e verifica o percentual de castanhas estragadas no carregamento. Os carregamentos que possuem índice superior a 10% de castanhas defeituosas e estragadas são descartados ou comercializados com preços muito abaixo de mercado. Por este motivo, as castanhas devem estar limpas, secas e em boas condições de sanidade e isentas de matérias estranha.

Capítulo 3

Desembocadura: uma sociologia do conhecimento

O presente capítulo intenciona esmiuçar as condições de possibilidade, neste espaço do saber, onde aparecem as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico.

Neste sentido, como buscar as bases relacionais de um discurso político e um discurso literário que pressupõem as características e os processos sociais de uma região historicamente alicerçada em bases de estrutura patronal e de extração de recursos naturais?

Para identificar as representações culturais utilizadas por determinadas pessoas, devemos nos voltar para o conhecimento e para o discurso que essas pessoas empregam para interpretar e objetivar suas vidas (Barth apud Tom Lask, 1993: p. 346-7).

O que de fato precisamos é encontrar os modelos mais adequados aos fenômenos com que nos deparamos e trabalhar no sentido de teorizar sobre a esfera à qual se pretende fazer referência por meio de palavras como *cultura e sociedade*... É possível mostrar de forma razoável que muito do que os membros de um determinado grupo consideram como dados naturais é meramente um reflexo de seus próprios pressupostos. Essas pessoas, contudo, bem como qualquer um de nós, necessariamente agem e reagem de acordo com sua **percepção de mundo**, impregnando-o com o resultado de suas próprias construções. A realidade de todas as pessoas é composta de construções culturais, sustentadas de modo eficaz tanto pelo mútuo consentimento quanto por causas materiais inevitáveis. Esse consentimento, ao que tudo indica, está incrustado em **representações coletivas**: a linguagem, as categorias, os símbolos, os rituais e as instituições. O que os antropólogos chamam de cultura de fato torna-se fundamental para entender a humanidade e os mundos habitados pelos seres humanos (BARTH, 2000: p. 111).

As percepções elaboradas e observadas quando da incursão e realização da pesquisa sinalizam ao processo de constituição de uma variabilidade discursiva que assinala o encadeamento entre os níveis da estrutura e do conhecimento. A uniformidade quanto à percepção e representação da noção e ideia de abundância que perpassa os discursos concernentes aos referidos lagos do município de Codajás, está relacionada de forma contínua e graduada, ligada ao espaço, explicitada em um quadro de variáveis, composta de semelhanças que se aproximam e organizada em torno de diferenças crescentes.

Assim, analisar determinadas padronizações culturais referentes à ideia de abundância intenciona a possibilidade de desvelamento dos atributos e características conformadoras do processo social.

A afirmação de que a realidade é culturalmente construída não resolve verdadeiramente a questão de como e de onde surgem os padrões culturais. Desprender esses padrões de uma pressuposta correspondência a uma realidade objetiva e não-cultural não significa dizer que todos os padrões culturais são autônomos ou propriedade da cultura como tal; nem tampouco implica supor axiomáticamente a existência de múltiplas culturas locais discretas e internamente integradas. Ao contrário, assumir a tese da construção cultural da realidade aumenta a necessidade de explorar empiricamente o *grau* de padronização na esfera da cultura e a *diversidade* de fontes desses padrões. Mais especificamente, há espaço para argumentar que padrões culturais fundamentais podem ser resultados de processos *sociais* específicos, e que nem funcional, nem estruturalmente tais padrões são essenciais para as operações simbólicas e expressivas da cultura (BARTH, 2000: p. 112).

Como interagem os distintos agentes sociais em relação aos usos e percepções de espaços sociais relativos à elaboração de suas atividades e vivências sociais? Como, no decorrer do processo social, a definição dos códigos e valores referidos a extração, apropriação e veiculação de recursos naturais da área de estudo, molda, relaciona, atribui significado e sentido no próprio campo discursivo? Quais as fronteiras constitutivas objetivamente entre a variabilidade de percepções sociais construídas ao longo tempo e espaço?

Dadas as condições objetivas, as pessoas se veem diante de fatos sobre os quais tentam elaborar uma construção cultural, mas que em si próprios não são produtos dessas construções. Somente a partir da inserção de análise cultural em uma matriz de processos mais ampla torna-se possível a compreensão dessas construções (BARTH, 2000: p. 117).

3.1 Processo social

Norbert Elias em *O Processo Civilizador* (1994) ao estudar processos de longa duração, instiga as pesquisas a buscar no tempo, na história, a compreensão do espaço estudado, em processo. Segundo Campos (2017) o conceito de processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração de *figurações* formadas por seres humanos ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas (Campos, 2017, p. 106). De acordo com Elias (2006), conforme citado por Campos (2017, p. 107):

Processos sociais e seres humanos singulares, logo também suas ações, são absolutamente inseparáveis. Se os seres humanos parassem de planejar e agir, então não haveria mais nenhum processo social. Elias destaca o fato de que a autonomia relativa dos processos sociais baseia-se, em outras palavras, no contínuo entrelaçamento de sensações, pensamentos e ações de diversos seres humanos singulares e de grupos humanos, assim como no curso da natureza não humana. Dessa interdependência contínua resultam permanentemente transformações de longa duração na convivência social, que nenhum ser humano planejou e que decerto também ninguém antes previu.

O município de Codajás possui uma Secretaria Municipal do Meio Ambiente, no entanto no que se refere à articulação institucional não possui Conselho Municipal do Meio Ambiente e também não mantém acordo administrativo que delegue atribuições de meio ambiente para órgão estadual. A Prefeitura não participa de consórcio intermunicipal sobre: deslizamento de encostas, disposição de resíduos sólidos domésticos, enchentes, plano diretor local e regional, presença de vetores de doenças, qualidade da água, recuperação de áreas degradadas, sistema de captação e distribuição de água potável, tratamento de esgoto urbano, uso de recursos naturais, zoneamento ecológico-econômico regional e não participa do Comitê da Bacia Hidrográfica. A Prefeitura desconhece o início da elaboração da Agenda 21 local, não sendo estabelecido o Fórum da Agenda 21 Local. Nesse sentido, não há mobilização de associação de ambientalistas, associação de moradores, associação de profissionais (CREA, OAB, etc.), entidades de ensino e pesquisa, entidade empresarial, entidade religiosa, entidade de trabalhadores e nem instrumentação regulamentar: decreto, lei, resolução. O município não possui legislação específica para questão ambiental.

O último censo em 2010 demonstra a maioria da população do município de Codajás em situação domiciliar urbana.

POPULAÇÃO RESIDENTE

SEXO	
Masculino	12.117 pessoas
Feminino	11.099 pessoas
SITUAÇÃO DOMICILIAR	
Urbana	15.806 pessoas
Rural	7.400 pessoas
MÉDIA DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS	5,17 moradores

Fonte: IBGE

A Produção Agrícola – cereais, leguminosas e oleaginosas – foi registrada em 2007 tendo o milho (grão) alcançado a maior produtividade: 500 toneladas.

ARROZ (EM CASCA)	
Área colhida	12 ha
Área plantada	12 ha
Quantidade produzida	24 t
Rendimento Médio da produção	2.000 kg/ha
Valor da produção	17,00 (x1000) R\$
FELJÃO (GRÃO)	
Área colhida	200 ha
Área plantada	200 ha
Quantidade produzida	160 t
Rendimento Médio da produção	800 Kg/ha
Valor da produção	304,00 (x1000) R\$
MILHO (GRÃO)	
Área colhida	410 ha
Área plantada	450 ha
Quantidade produzida	500 t
Rendimento Médio da produção	1.219 Kg/há
Valor da produção	170,00 (x1000) R\$

Fonte: IBGE

A Produção Agrícola – Lavoura Permanente registrada mais recentemente em 2016 evidencia a alta produtividade do açaí em área destinada à colheita: 3.993 toneladas. Também uma produção significativa de banana (cacho), cacau (amêndoa), goiaba e maracujá.

AÇAÍ	
Quantidade produzida	3.993 t
Valor da produção	7.986,00 (x1000) R\$
Área destinada à colheita	200 ha
Área colhida	200 ha
Rendimento médio	19.965 Kg/ha
BANANA (CACHO)	
Quantidade produzida	120 t
Valor da produção	240,00 (x1000) R\$
Área destinada à colheita	30 ha
Área colhida	10 ha
Rendimento médio	12.000 Kg/ha
CACAU (AMÊNDOA)	
Quantidade produzida	18 t
Valor da produção	63,00 (x1000) R\$
Área destinada à colheita	20 ha
Área colhida	20 ha
Rendimento médio	900 Kg/ha
GOIABA	
Quantidade produzida	9 t
Valor da produção	5,00 (x1000) R\$
Área destinada à colheita	2 ha
Área colhida	1 ha
Rendimento médio	9.000 Kg/ha
MARACUJÁ	
Quantidade produzida	67 t
Valor da produção	228,00 (x1000) R\$
Área destinada à colheita	7 ha

Área colhida	4 ha
Rendimento médio	16.750 Kg/ha

Fonte: IBGE

A Produção Agrícola – Lavoura Temporária também registrada mais recentemente em 2016 evidencia a produção de mandioca, macaxeira ou aipim em 1.664 toneladas.

MANDIOCA, MACAXEIRA OU AIPIM	
Quantidade produzida	1.664 t
Valor da produção	2.496,00 (x1000) R\$
Área destinada à colheita	170 ha
Área colhida	140 ha
Rendimento médio	11.886 Kg/ha

Fonte: IBGE

A visualização da preponderância da extração do açaí pode ser efetivada quando observamos o quadro da Extração Vegetal em 2016: 25.000 toneladas de açaí coletado. Em seguida uma produção alta também é verificada no que se refere a castanha-do-Brasil: 850 toneladas. A quantidade de madeira produzida é relativa à madeira em tora, resultante de manejo florestal devidamente registrado e legalizado.

AÇAÍ (FRUTO)	
Quantidade produzida	25.000 t
Valor da produção	40.000,00 (x1000) R\$
CASTANHA-DO-PARÁ	
Quantidade produzida	850 t
Valor da produção	2.550,00 (x1000) R\$
MADEIRA (EM TORA)	
Quantidade produzida	2.600 m ³
Valor da produção	182,00 (x1000) R\$
COPAÍBA (ÓLEO)	
Quantidade produzida	0 t
Valor da produção	3,00 (x1000) R\$

Fonte: IBGE

No registro sobre a Pecuária no município de Codajás realizado em 2016 é possível verificar a alta produtividade do setor da aquicultura em relação às espécies de alevinos (250 milheiros), matrinxã (77.000 kg), pirarucu (23.000 kg) e tambaqui (42.900 kg). É possível observar seus respectivos valores contabilizados refletindo alta produtividade da pesca no município.

AQUICULTURA	
- Alevinos	
Quantidade produzida	250 milheiros
Valor da produção	33,00 (x1000) R\$
- Matrinxã	
Quantidade produzida	77.000 kg
Valor da produção	616,00 (x1000) R\$
- Pirarucu	
Quantidade produzida	23.000 kg
Valor da produção	230,00 (x1000) R\$
- Tambaqui	
Quantidade produzida	42.900 kg
Valor da produção	429,00 (x1000) R\$
BOVINO	
- Efetivo do rebanho	2.249 cabeças
Vaca ordenhada	300 cabeças
- Leite de vaca	
Quantidade produzida	226 (x1000) l
Valor da produção	452,00 (x1000) R\$
BUFALINO	
Efetivo do rebanho	1.243 cabeças
CAPRINO	
Efetivo do rebanho	114 cabeças
EQUINO	
Efetivo do rebanho	65 cabeças
GALINÁCEO	

Efetivo do rebanho	13.000 cabeças
Galinha	9.000 cabeças
MEL DE ABELHA	
Quantidade produzida	385 kg
Valor da produção	13,00 (x1000) R\$
OVINO	
Efetivo do rebanho	300 cabeças
SUÍNO	
Efetivo do rebanho	200 cabeças
Matriz	29 cabeças

Fonte: IBGE

O Censo Agropecuário disponibilizado para análise do presente estudo é de 2017, permitindo visualizar as características dos Estabelecimentos agropecuários como área, condição do produtor, condição legal do produtor, utilização das terras, sexo do produtor.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS	
ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	68.235,905 hectares
Condição legal do produtor	
CONDOMÍNIO, CONSÓRCIO OU UNIÃO DE PESSOAS	15.524,850 hectares
PRODUTOR INDIVIDUAL	52.711,055 hectares
Utilização de terras	
LAVOURAS	
Permanentes	2.971,515 hectares
Temporárias	1.285,256 hectares
Área para cultivo de flores	3,280 hectares
PASTAGENS	
Naturais	114,000 hectares
Plantadas em boas condições	1.158,080 hectares
Plantadas em más condições	1.648,500 hectares
MATAS OU FLORESTAS	
Naturais	54.105,724 hectares
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	5.522,430 hectares
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	1.126 estabelecimentos
Condição legal do produtor	

CONDOMÍNIO, CONSÓRCIO OU UNIÃO DE PESSOAS	236 estabelecimentos
PRODUTOR INDIVIDUAL	890 estabelecimentos
Sexo do produtor	
MASCULINO	901 estabelecimentos
FEMININO	225 estabelecimentos
Escolaridade do produtor	
NUNCA FREQUENTOU ESCOLA	256 estabelecimentos
CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA	140 estabelecimentos
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – AJA	20 estabelecimentos
ANTIGO PRIMÁRIO (ELEMENTAR)	70 estabelecimentos
ANTIGO GINASIAL (MÉDIO 1º CICLO)	22 estabelecimentos
REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL OU 1º GRAU	391 estabelecimentos
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL OU DO 1º GRAU	13 estabelecimentos
ANTIGO CIENTÍFICO, CLÁSSICO, ETC. (MÉDIO 2º CICLO)	32 estabelecimentos
REGULAR DE ENSINO MÉDIO OU 2º GRAU	125 estabelecimentos
TÉCNICO DE ENSINO MÉDIO OU 2º GRAU	8 estabelecimentos
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO OU DO 2º GRAU	3 estabelecimentos
SUPERIOR – GRADUAÇÃO	44 estabelecimentos
MESTRADO OU DOUTORADO	2 estabelecimentos
Classe de idade do produtor	
MENOR QUE 30 ANOS	170 estabelecimentos
DE 30 A MENOS DE 60 ANOS	726 estabelecimentos
DE 60 ANOS OU MAIS	230 estabelecimentos
Cor ou raça do produtor	
BRANCA	277 estabelecimentos
PRETA	216 estabelecimentos
AMARELA	3 estabelecimentos
PARDA	625 estabelecimentos
INDÍGENA	5 estabelecimentos
Assistência técnica	
RECEBE	325 estabelecimentos
NÃO RECEBE	801 estabelecimentos
Adubação	
UTILIZA	
Adubação química	51 estabelecimentos
Adubação orgânica	26 estabelecimentos
Adubação química e orgânica	7 estabelecimentos

NÃO UTILIZA	1.023 estabelecimentos
Agrotóxicos	
UTILIZA	162 estabelecimentos
NÃO UTILIZA	941 estabelecimentos
Financiamentos/Empréstimos	
OBTENÇÃO	
Obteve	129 estabelecimentos
Não obteve	997 estabelecimentos
FINALIDADE	
Investimento	81 estabelecimentos
Custeio	20 estabelecimentos
Comercialização	3 estabelecimentos
Manutenção	38 estabelecimentos
RECURSOS DO FINANCIAMENTO	
Provenientes de programas governamentais	
Pronaf	1 estabelecimentos
Outro programa (federal, estadual ou municipal)	29 estabelecimentos
Não provenientes de programas governamentais	99 estabelecimentos
Utilização das terras	
LAVOURAS	
Permanentes	867 estabelecimentos
Temporárias	850 estabelecimentos
Área para cultivo de flores	8 estabelecimentos
PASTAGENS	
Naturais	12 estabelecimentos
Plantadas em boas condições	84 estabelecimentos
Plantadas em más condições	17 estabelecimentos
MATAS OU FLORESTAS	
Naturais	848 estabelecimentos
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	165 estabelecimentos
Florestas plantadas	2 estabelecimentos
SISTEMAS AGROFLORESTAIS	
Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	5 estabelecimentos
Sistema de preparo do solo	
CULTIVO CONVENCIONAL	12 estabelecimentos
CULTIVO MÍNIMO	1 estabelecimentos
Com pessoal ocupado	
COM LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR	1.118 estabelecimentos
SEM LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR	153 estabelecimentos

Fonte: IBGE

Barth (2000) incorporou o desafio da problemática de uma das preocupações fundamentais transformando as incongruências da realidade pesquisada na fonte de informação. Assim, as categorias êmicas são a base dos conceitos sociológicos, introduzindo algo novo na metodologia comparativa: a comparação deve ser feita inicialmente dentro da mesma sociedade entre grupos ou vilarejos geograficamente afastados. Deste modo, o significado dos valores êmicos pode ser compreendido em sua plena complexidade local. Procura chegar assim, a uma explicação das diferenças dentro de um mesmo sistema cultural e como aproveitá-las como dado científico positivo na análise antropológica, isso significa para a prática da pesquisa antropológica em vez de reificar os valores de um sistema a partir de suas aparências coletadas em uma única localidade, é necessário analisar as atitudes e o comportamento das pessoas em seu cotidiano num raio de ação maior que o grupo ou a comunidade inicialmente estudada; é necessário aceitar a diversidade cultural, não se devendo retirar da realidade suas imperfeições ou seus enigmas. Segundo Barth, “para identificar as representações culturais utilizadas por determinadas pessoas, devemos nos voltar para o conhecimento e para o discurso que essas empregam para interpretar e objetivar suas vidas”. Nesse sentido, as percepções elucidadas pelos agentes sociais concernentes ao espaço social pesquisado encontram-se, confrontam-se e conformam as especificidades que dizem respeito às constituições do processo social engendrado na área de estudo, considerando representações sociais e discursivas sobre pontos de vista, vivências e experiências.

Importante assinalar para a visão diacrônica dos dados sociais efetivada por Barth. Todos os traços culturais têm um passado e precisam ser compreendidos como resultado de um processo em que estão em jogo vários elementos. Barth define a cultura com base na força heurística dos significados que os agentes sociais dão às suas interações. O levantamento da competência interpretativa evidencia a distribuição da cultura no espaço e indica as fronteiras da sociedade estudada.

Barth (2000) enfatiza o aspecto diacrônico da construção das identidades que são mantidas por meio de uma permanente reconstrução do sistema de valores intrínsecos a sociedade. Diacrônico não quer dizer que esse processo teve um início preciso no tempo e que terá um fim delimitado, sendo necessário abstrair o tempo histórico na análise diacrônica antropológica, permanecendo, contudo, a questão de como resolver a legitimidade entre o tempo histórico e a tradição da história oral.

A resolução da legitimidade entre o tempo histórico e a tradição da história oral na presente pesquisa, apoia-se na compreensão do caminho de construção das noções e categorias de

análises centradas na ideia de percepção dos recursos naturais fundamentada na caracterização de abundância destes e suas significações no campo das experiências e vivências sociais.

A discussão sobre valores vincula as decisões ligadas a ela a uma exigência normativa para a discursividade. A discussão sobre valores não garante nem a verdade nem a retidão. Mas ela exige que as perguntas teóricas e as perguntas práticas sejam colocadas numa conexão intrínseca que tem que ser mediada por argumentos. Ainda mais, ela liga as escolhas existenciais com um processo de crítica, e assim contribui para a objetivação das escolhas existenciais, reconhecendo a importância do sujeito. No lugar da racionalidade material temos a racionalidade formal, e no lugar da racionalidade formal de uma teoria objetiva de valores vem à racionalidade formal de um procedimento.

Assim, retomamos as dúvidas iniciais do presente capítulo para apreendermos a discursividade referente aos pressupostos da pesquisa: como buscar as bases relacionais de um discurso político e um discurso literário que pressupõem as características e os processos sociais de uma região historicamente alicerçada em bases de estrutura patronal e de extração de recursos naturais?

A realização de uma leitura analítica cruzada das expressões narrativas explicitadas busca o exercício de tomar o sentido valorativo da discursividade abordando as dimensões literárias e histórico sociais no que diz respeito às percepções sociais.

Ai estão as legendas remotas, os mitos sagrados, os hieróglifos eternos, os totems propiciatórios. Aí estão os homens e os bichos, a música e as figuras, os hábitos e as cerimônias. Tudo é relevo quando conscientemente analisado. Não há mistérios. Há silêncio nas interpretações (BASTOS, 1997, p. iii).

No relevo literário elaborado por Abguar Bastos tomam formas e delineamentos as estruturas discursivas calcadas no despontamento das interpretações processuais e subjetivas, elencando sujeito e discurso, compreensão e interpretação.

Em todas as regiões há um indivíduo que se destaca. É o gênio do lugar. O de Badajós é altaneiro, compacto e brônzeo. Novo e possante Aniaoba, desafia, com o peito ferido e nu, a valentia das raças. Chama-se Bepe. Conhece o lago e os seus arredores. Conhece-os, dentro do meio-dia, com os olhos profundos, ou, de tato, dentro da treva. Nem um fenômeno mesológico ou milagre geogênico lhe surpreende as décadas itinerantes. Os seus instintos advinham as metamorfoses do tempo, matematicamente, como os sábios. Advinham chuvas, os ventos, os rumos, as cheias. Nas frentes difíceis o gênio de Badajós não muda (BASTOS, 1997, p. 2).

O delineamento do protagonista/herói da trama conforma as reverberações características locais assimilando o caráter variável do tempo e circunscrevendo a ação do mesmo.

A borracha é a vertigem. Vale mais do que ouro. Pra lá Calçoene, Araguari, Cassiporé, com todos os seus auríferos aluviões. Pra lá Gurupi, Jari, Paru, Tumuc-Humac, com todas as suas promessas de filões inconcebíveis. O látex suntuoso das euforbiáceas é que domina, chama, alimenta, enriquece. Terminado os serviços da estrada de ferro, Lucas perdeu o emprego. Então comprou uma canoa e foi fazer comércio no Moju. Porém a sorte não o ajudou bastante e Lucas, quase esmorecido, aventurava, agora, percorrendo o Acará. De regresso, já sem fé nos sucessos da vida nova, cismava em voltar ao ninho das jandaias do seu Ceará despovoado (BASTOS, 1997, p. 12).

A contextualização evidencia a interlocução literário-artístico, pautada pelo tempo histórico. No traçado de constituição do contexto localiza-se o objeto de elaboração do tema e mensagem de cunho social, registrando itinerários percorridos, e já demonstrando as interrelações espaço-temporal.

O homem reanima-se. A terra fabulosa tenta-o, mais uma vez. Um companheiro conta que no Badajós, muito acima da Boca do Rio Negro, a terra dava dinheiro. Quando Lucas vai para Badajós leva bons intuitos: alimentar as fontes agrícolas e abastecer a modéstia da família (BASTOS, 1997, p. 13).

Assim desponta a inclinação a área estudada: atentando-se para as adjetivações é possível elencar as figuras que preenchem o itinerário reflexivo. De fábulas a indicações objetivas e materiais, Badajós é região delineada e conformada pela discursividade, aparece conformando o espectro de busca e conhecimento associando positividade.

O cearense é predestinado. Briga no Ceará com o fogo. Briga no Pará com as águas grandes. Chega ao Amazonas, briga com o mato. Briga com o impaludismo. Briga com a perfídia dos aviadores e dos mascates. E sofre tanto quanto o caboclo. Mas o pior é que sucumbe ao aperto de certas mãos onde a tatuagem é o enigma da fulminação. Antes de ficar no Ceará e morrer sob a faca do patrício, do que correr para o Amazonas e morrer sem alma, porque a alma ficou empenhada, ficou at'e dobrada, dentro do bolso do regateiro. A fortuna de Lucas desapareceu na voragem dos insucessos. Bepe perde a sua glória: os estudos. Vem para Badajós. Ganha uma segunda glória: paga as dívidas do pai. Porém a sua ética muda de proporção (BASTOS, 1997, p. 36).

O imaginário faz reverberar as tensões sociais e fragilidades que caracterizam o sistema de trabalho de coleta nos castanhais somando às estruturas objetivas de extração de recursos

naturais, assinala a constituição do quadro de análise social das condições de vida e trabalho em face à exploração por meio dos proprietários dos meios de produção do referido sistema.

Na imaginação de cada trabalhador chispam cifras multiplicadas e, no alto das cifras, cintila um anel, grosso, de ouro, com brilhante no meio – símbolo do castanheiro faustoso nas pensões de Manaus (BASTOS, 1997, p. 70).

E neste itinerário reflexivo delineado no fazer literário de Abguar Bastos se fundam as proposições concernentes a superação da realidade de desigualdades e exploração engendradas pelo sistema social. Amazônia que ninguém sabe é expressão evocadora e repleta de seus próprios meios e fins de transformação.

Amazônia selvagem! Amazônia que ninguém sabe! Tu podes, sem cérebro nem braços de homem, vingar os desesperados (BASTOS, 1997, p. 136).

3.2 O delta reflexivo: afluências

Delta é terreno de configuração triangular disposto na embocadura de um rio. O rio depõe na foz as partículas provenientes da erosão das terras ribeirinhas, criando, dessa forma, um delta que aumenta gradualmente com o passar dos anos.

Variabilidade discursiva, percepção e processo social configuram as nuances e possibilidades de abordagem da noção de representação dos recursos naturais apropriados na referida área de estudo.

Neste sentido, como abordar as várias correntes identificadas tomando cada uma delas como universo de discurso? Segundo Barth (2000), a elaboração de uma sociologia do conhecimento:

(i) caracteriza seus padrões mais destacados; (ii) mostrar como ela se produz e reproduz, e como mantém suas fronteiras; (iii) ao fazê-lo, descobre o que permite que haja coerência, deixando em aberto para ser solucionado de maneira empírica, como e em que grau os seus conteúdos ideativos chegam a formar um sistema lógico fechado como tradição de conhecimento. Também identificar os processos sociais pelos quais essas correntes se misturam, ocasionando por vezes interferências, distorções e mesmo fusões. Isso é uma afirmação sociológica e não puramente lógica; representa a defesa de uma sociologia do conhecimento em sentido amplo, que mostre como as tradições e suas partes são constituídas, ao apresentar os processos que as geram. Assim, se vivemos em um mundo em que a realidade é culturalmente construída, temos que tentar mostrar como se geram socialmente as formas da cultura (BARTH, 2000: p. 127).

Essas questões nos ofereceram o caminho para descobrir e mapear as formas significativas de coerência na cultura, identificação de processos sociais e pela observação empírica de suas consequências, isto é, pela elaboração do seu modo de operar.

Considerações Finais

A ideia de movimento, mobilidade e circulação perfaz um caminho que é comum a tudo que diz respeito à transformação. Sem adentrar a perspectiva determinista, essa transformação não segue um padrão de crescimento, espraia-se dinamicamente pelas vias dos fatos estabelecidos e dotados de essência, substância e prolongamento. Circuito é a trajetória percorrida entre um ponto ao outro, tendo como objetivo final o ponto de partida. Um circuito também pode ser entendido como uma rota de viagem, um itinerário pré-estabelecido com um destino final.

No turbilhão de possibilidade que cercam a humanidade contemporânea eclodem as imagens, os sons, os movimentos de análise e autoanálise que traduzem fazendo emergir os conteúdos interiores. É o desvelar em cadeias do encontro entre gerações. O contato precedido por uma abertura fundamenta o mínimo de comunicação entre duas interioridades. É necessário empreender uma escalada de entendimento do sentido ontológico do ser no espaço para, assim, apropriar as camadas que compõem e recompõem o encontro.

A presente pesquisa buscou compreender como se processam percepções e representações sobre os lagos do distrito de Badajós, município de Codajás.

Assim, buscou-se compreender um percurso investigativo que contemplasse a análise dos discursos existentes que corroboram para a busca e construção sobre um saber dos lagos do município de Codajás relacionado à produção e disseminação de dados, informações, códigos e expressões situadas e datadas que explicitam as figuras científicas epistemológicas chegando a compor um feixe de relações a serem consideradas.

A construção de um saber localizado sobre gente, tempo e lugar ressoa a fundamentar a construção dos aspectos cognitivos que pressupõem a inteligibilidade das retóricas coletadas.

A pesquisa alicerça suas conclusões localizando percepções sobre ideias de abundância dos referidos lagos em estreita interação com a lógica sazonal em um contexto social de extremo esforço das atividades de extração, coleta e comercialização de recursos naturais mediado por relações políticas que movimentam a rede de conhecimento dos agentes e suas atividades.

O olhar lançado sobre os discursos produzidos e reproduzidos sobre a área de estudo em muito corroborou para a efetivação do entendimento do significativo valor etnográfico de um relato histórico problematizando questões relacionadas à própria ideia de abundância na constituição dos espaços e fronteiras sociais na referida área.

A chave de entendimento do presente trabalho empenhou-se no percurso compreensivo da abordagem que encadeia discursos e representações da vida imbricados numa determinada estrutura social enrijecida pelas práticas e segmentações do espaço social de vivências.

Contudo, essa existência social anunciada espria-se no campo de transformação social num próprio fluir de possibilidades e continuidades, confirmando as mensagens e críticas sociais do fazer literário de Abguar Bastos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de & PANTOJA, Mariana C. *A justiça local: caça e estradas de seringa na Reserva Extrativista do Alto Juruá*. Artigo apresentado na XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, 2000.

_____. *Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, Nº 55, Junho/2004, p. 34-53.

DIEGUES, A. C. (Org.) *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. C. (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

FURTADO, L. G. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

LEITÃO, Wilma M. *Organização e movimentos Sociais dos trabalhadores da pesca*. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Vol. 12, Nº 2, Dez/96. Belém-Pará.

LITTLE, P.E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. In: Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. 251-290p.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: ANNABLUME, 1993. (Selo universidade; 7).

ABREU, Alzira & BELOCH, Isabel (coords.). *Dicionário biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/FGV/Finep, 1984.

ALDABALDE, Taiguara Vilella. *A presença do arquivo nos relatórios de presidentes da província do Brasil (1835-1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

APPADURAI, Arjun. A produção da localidade. In: *Dimensões culturais da globalização*.

Lisboa: Teorema Ltda, 2004.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro:

Contra Capa Livraria, 2000.

___.LASKE, Tomke. Apresentação. Liège, 1998.

BASTOS, Abgvar.[1937] *Safra: o romance da Vila*. 2 edição. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1958.

___. *Terra de Icamiba*. Romance da Amazônia. Manaus: EDUA, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas ditas*. : Ed. Brasiliense, 1989.

___. A casa *kabile* ou o mundo às avessas. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo, nº 8, p. 147159, ano IX, 1999.

___. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de *região*. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil 1998.

___.A ilusão biográfica. Apêndice 1. In: *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996.

BUBER, Martin. *Sobre comunidade*. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

CASTRO, Fábio Fonseca. *A sociologia fenomenológica de Alfred Schultz*. Ciências sociais Unisinos, janeiro/abril 2012.

ESTEVES, Francisco de Assis. *Fundamentos de Limnologia*. 2 edição. Rio de Janeiro: Interciência, 1998.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

___ . As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes: 1999.

GUIMARÃES, Ricardo Rangel. *Conhecimento e justificação na epistemologia da memória*. Dissertação: PUC Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.

JOBIM, Anísio. *Panoramas Amazônicos*. Manaus: Tipografia Phenix, 1934. (Codajás; II).

LUZ, Alexandre Meyer. *Conhecimento e justificação: problemas de epistemologia contemporânea*. Pelotas: NEPFil online, 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as Variações Sazoneiras da Sociedade Esquimó. In: *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo: EDU, 1974.

MENEZES, Raimundo. *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas Colônias do sertão da Província (1768)*. Introdução e notas de Antonio Porro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

PAIVA, Marco Aurélio C. *Um outro herói modernista*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 2, novembro de 2008.

Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas. Presidente Conselheiro Herculano Ferreira Pena (1853-1854): p. 33.

Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas. Presidente Conselheiro Herculano Ferreira Pena (1862): p. 29.

Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas. Presidente Ramos Ferreira. Relatório em 5 de setembro de (1866): p. 14; Divisão Policial.

Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas. Presidente João Wilkens de Matos (1870-71): p. 33.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ERCKET, Cornelia. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

RIBEIRO, Manuela. *As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológico: reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno*. Revista Crítica de Ciências Sociais. N. 44. Dezembro, 1995.

SHALINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: ASSIS CARVALHO, Edgard (Org) *Antropologia econômica*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

SILVANO, Filomena. *Territórios da Identidade: representação do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*. Lisboa: Editora Celta, 1997.

SIMMEL, G. “O nível social e o nível individual” & “A sociabilidade”. In: *Questões fundamentais da sociologia*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. In: *The American Journal of Sociology*, vol. IX, nº 4, 1906. Tradução de Simone Maldonado. <<http://www.triped.com/sociologia/simmel/georg.html>. Acesso em: 15/01/2008).

SOUZA, Jesse (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOORTMANN, Ellen F. Homens de hoje, mulheres de ontem. Gênero e Memória no Seringal. In: FREITAS, Carmelita Brito de (Org.) *Memórias*. Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Goiânia: Editora UCG, 1998.

FREITAS, Marilene Corrêa. A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, Élide Rugai e PINTO, Renen Freitas (Orgs.). *Vozes da Amazônia: investigação*

sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *Elementos para uma sociologia dos viajantes*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1983.

_____. *Regime tutelar e faccionalismo. Política e religião em uma reserva ticuna*. Manaus: UEA Edições, 2015.

_____. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira da Amazônia no séc. XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 1979, v. 10, p. 101.

MARTINS, José de Souza; ERCKET, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby (Orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. São Paulo: Edusc, 2005.

RIBEIRO, Manuela. As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológico: reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N. 44. Dezembro, 1995.

FAULHABER, Priscila & MONSERRAT, Ruth (Orgs.). *Tastevin e a Etnografia Indígena: coletânea de traduções de textos produzidos em Tefé (AM)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da & ERCKET, Cornelia. *Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavizual, 2013.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Editora Martins Claret: São Paulo, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Editora Martins Claret: São Paulo, 2005.

APÊNDICES



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura
na Amazônia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Venho através deste, convidá-la a participar da pesquisa, intitulada **“No círculo das afluências: variabilidades discursivas e percepções dos lagos Badajós, Piorini e Acará no município de Codajás, estado Amazonas, Brasil”** realizada como exigência do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, realizada pela mestrandia Priscilla Oliveira de Souza (e-mail pricilasouza@gmail.com, telefone: 92 99498-9342), orientado pela Prof^a Dr^a Marilene Corrêa da Silva Freitas (e-mail marilene.correa@uol.com.br, telefone: 92 99125-1313).

Essa pesquisa tem por objetivos: Investigar a variabilidade dos discursos sobre os lagos Badajós, Piorini e Acará em um contexto social de mobilidades e deslocamentos de seus moradores bem como de demais agentes sociais que configuram o espaço social dos lagos do município de Codajás, buscando compreender como se processam percepções dos referidos lagos.

Todos os custos do participante serão ressarcidos pela pesquisadora, quanto ao transporte e alimentação ou qualquer outro custo que a entrevista tiver.

A participação é voluntária. Caso você aceite participar, solicitamos que responda as perguntas que vou lhe fazer e nos autorize a usar as informações que relatadas, as informações serão utilizadas apenas para fins acadêmicos. Somente a pesquisadora envolvida neste projeto terá acesso a estas informações.

A entrevista será gravada. As perguntas que vamos fazer não pretendem trazer nenhum desconforto ou risco. Informamos que a qualquer momento você poderá desistir da participação da mesma.

Pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa a nossa pesquisadora. Podendo entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento para obter informações sobre a pesquisa.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicitamos a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Eu, _____, fui informado(a) sobre a pesquisa, concordo em participar da mesma, permitindo que as respostas que dei sejam usadas nesta pesquisa.

Codajás, ____ / ____ / ____



Impressão de dedo polegar
(caso não saiba assinar)

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Serão coletadas histórias orais de vida de dois moradores mais antigos de cada um dos referidos lagos (1 homem e 1 mulher) e se realização entrevistas com: Presidentes de cada “Comunidade”; adultos (2 – homem e mulher), jovens (2 – homem e mulher) e crianças(2).

As entrevistas se fundamentarão nas seguintes perguntas:

- 1. Você nasceu aqui?**

- 2. Há quanto tempo é morador desta localidade?**

- 3. Qual sua atividade no lago?**

- 4. Você vê o lago como abundante? Farto?**

Nome:

Idade:

Data da entrevista:

Local da entrevista: